

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
CIÊNCIAS E MATEMÁTICA



GILFRAN MELO NASCIMENTO

**REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE
NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE
EM ESCOLAS DE BOA VISTA-RR**

Canoas, 2011

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
CIÊNCIAS E MATEMÁTICA



GILFRAN MELO NASCIMENTO

**REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE
NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE
EM ESCOLAS DE BOA VISTA-RR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Luterana do Brasil para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

ORIENTADORA:
Prof^a. Dr^a. MARLISE GELLER

Canoas, 2011

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

N244r Nascimento, Gilfran Melo.
Reflexões sobre a temática da sexualidade no currículo de ciências: uma análise em escolas de Boa Vista-RR / Gilfran Melo Nascimento. – Canoas, 2011.
113 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marlise Geller.
Dissertação (mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática.

1 – Orientação sexual. 2 – Currículo escolar. 3 – Sexualidade. 4 – Ensino de ciências. I - Título. II – Geller, Marlise (orientadora).

CDU – 371.214

GILFRAN MELO NASCIMENTO

REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DE BOA VISTA-RR

Dissertação avaliada e APROVADA pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cristine Gerhardt Rheinheimer

Prof^a. Dr^a. Maria Eloisa Farias – ULBRA

Prof. Dr. Rossano André Dal-Farra – ULBRA

Prof^a. Dr^a. Marlise Geller – ULBRA
(Orientadora)

Canoas-RS, 15 de setembro de 2011

A todos os alunos e alunas
dos quais eu sou ou já fui professor,
por serem a razão da minha ação enquanto educador
e por contribuírem diretamente com minha realização profissional;
e a todos aqueles que, como eu, acreditam na educação, são apaixonados por ela
e, por isso mesmo, dedicam-se em torná-la cada dia melhor.

MINHA GRATIDÃO

Eu agradeço à Santíssima Trindade, Deus que é Pai, Filho e Espírito Santo, por seu amor gratuito e infinito que tem me sustentado a vida com saúde, inteligência e virtude. Adorado seja o Senhor Deus!

Eu agradeço aos meus pais, Gilda Melo e Francisco Nascimento, pela sábia e feliz (embora afanosa) decisão que desde cedo assumiram: garantir a mais preciosa herança que se pode deixar aos filhos: a educação (e de qualidade!). Por nunca terem desistido desse ideal, rendo-lhes meu mais afetuoso “muito obrigado!”, pois é principalmente por causa disso que eu e meus irmãos, Jefferson Carlos e Joyce Kelly, temos conseguido voar cada vez mais alto. Eu os amo muito!

Eu agradeço à minha amada esposa, Suelen Leite, que incansavelmente me incentivou, ajudou e compreendeu durante esse tempo de estudo, pesquisa e trabalho, e que, por isso mesmo, compartilha comigo todo o mérito desta conquista. Eu a amo!

Eu agradeço àquela que, embora não tenha me gerado no ventre, gerou-me no coração, educou-me na fé cristã católica e me ensinou a ser um professor apaixonado pela educação: Maria da Conceição Salomé, de quem eu tenho o santo orgulho de dizer que também sou filho. Peço sua bênção!

Eu agradeço à minha sogra, Maria de Jesus, por suas orações e por seu amor que me impulsionam a prosseguir decididamente na caminhada de fé e de estudos. Seu exemplo me encoraja!

Eu agradeço aos amigos Cidália Maria e Lamar Carramilo, por terem me acolhido como a um filho em seu lar e terem demonstrado especial amor e generoso afeto, singularmente nos momentos mais delicados da minha vida em Roraima. Deus lhes pague!

Eu agradeço aos meus irmãos na fé, que entenderam minhas ausências nos encontros do Grupo de Oração Rainha da Paz, principalmente Lourdes, Jucineide, Jone, Sebastião, Cleber, Cláudio, Andréia e Alrisete. E a todos que rezaram pelo êxito deste mestrado, particularmente, Simeão e Maria de Jesus. Desejo-lhes a paz de Cristo!

Eu agradeço aos meus amigos Luzia Voltolini e Augusto Ximenes, os quais demonstraram, mais por atos que por palavras, verdadeira amizade e

companheirismo quando dos momentos mais difíceis deste curso; sua força e coragem traziam novo ânimo para a superação dos desafios em cada etapa.

Eu agradeço aos amigos Paulo Gil e Livia Neiva, que deveras fraternalmente sempre testemunharam seu carinho e amizade e acompanharam de perto cada passo desta conquista.

Eu agradeço a minha grande e fiel amiga Edna Amorim, por ter permanecido ao meu lado quando eu mais precisei.

Eu agradeço ao meu pároco e diretor espiritual, Padre Vanthuy Neto, por me fazer perceber que as horas de oração e de estudo me transformam em uma pessoa mais humana, em um homem melhor.

Eu agradeço aos colegas de mestrado e amigos Albano Filho e Georgiano Dantas, pela impagável caridade que me dispensaram quando eu necessitei.

Eu agradeço a todos os meus amigos da Família São Vicente de Paula, principalmente Dinalva Ferreira e Nazaré Sicsu, que me amaram e acreditaram no meu potencial quando eu nada tinha para lhes oferecer.

Eu agradeço ao Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Júnior, ao então Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desportos, Luciano Moreira (*in memoriam*) e aos então Reitor e Vice-Reitora da Universidade Estadual de Roraima, Nonato Vilarins e Ilma Xaud, que, ao firmarem o convênio com a ULBRA e investirem em bolsas de estudo de pós-graduação em nível de mestrado para os professores da rede pública estadual de ensino em nosso Estado, demonstraram compromisso com a qualidade da educação pública a partir da valorização dos professores.

Eu agradeço à Professora Sônia Brandão, por ter me motivado sobremaneira; e ao Professor Ricardo Ramos, por ter colaborado significativamente na elaboração do projeto de pesquisa e do referencial teórico da investigação, pois sua ajuda foi de grande valia para a realização deste trabalho.

Eu agradeço aos docentes e gestores das escolas investigadas, os quais tão solícitamente se dispuseram a colaborar com este estudo.

Eu agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da ULBRA, com quem eu aprendi a ampliar minha visão acerca da educação, da pesquisa e do conhecimento.

Eu agradeço aos Professores Doutores Jutta Justo, Maria Eloisa Farias, Rossano André Dal-Farra e Cristine Gerhardt Rheinheimer, que aceitaram fazer

parte das bancas de qualificação e de defesa desta dissertação, pelas valiosas contribuições que deram ao aperfeiçoamento da investigação e à finalização da pesquisa de mestrado ao avaliarem com o devido rigor acadêmico este trabalho.

Eu agradeço especialmente à Professora Doutora Marlise Geller, por ter aceitado ser minha orientadora, pela atenção que sempre me dispensou, pela paciência com que sempre me tratou, pela competência e profissionalismo que sempre demonstrou, pelas indispensáveis contribuições que sempre manifestou e principalmente pela decisão pessoal de não desistir de mim nem do meu trabalho, não obstante o meu comportamento um tanto indisciplinado. Serei sempre grato!

No trabalho com sexualidade na escola,
o que está em questão é a vida em uma de suas formas mais plenas.

Yara Sayão

RESUMO

A orientação sexual no ambiente escolar é o foco principal desta investigação, bem como suas articulações com as políticas públicas nacionais e estaduais voltadas para essa temática, uma vez que adolescentes e jovens, na maioria das vezes, não contam com essa orientação no âmbito familiar. Assim, a escola se torna um lugar privilegiado para o desenvolvimento de ações que os orientem a exercer sua sexualidade de maneira consciente e responsável. Objetivando averiguar as políticas públicas direcionadas à orientação sexual nas escolas, pesquisar como gestores e professores integram essa temática ao currículo de Ciências e investigar as percepções dos estudantes em relação às ações sobre orientação sexual no ambiente escolar e sua realidade, foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa do tipo estudo de caso nas duas escolas públicas estaduais da cidade de Boa Vista-RR que abordam de forma sistemática a temática da sexualidade no currículo de Ciências da 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental. A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo visando responder ao problema e atender aos objetivos da pesquisa. Os principais resultados obtidos levam a constatações sobre como a temática da sexualidade é trabalhada com diferentes perspectivas nas escolas investigadas. Conclui-se, portanto, com esse estudo que o conhecimento dos gestores e docentes acerca das políticas públicas de orientação sexual, sua vinculação ao currículo de Ciências e o envolvimento da equipe escolar com o projeto de orientação sexual da escola pode promover aos alunos não apenas a aprendizagem de conteúdos relativos à sexualidade, mas a participação ativa em discussões que os levam a uma reflexão consciente e saudável sobre a temática.

Palavras-chave: Orientação sexual. Políticas públicas. Sexualidade no currículo. Ensino de Ciências.

ABSTRACT

This study addresses sexual education in the school environment and the links it has with national and state public policies that address it, since in most families do not address this subject with their teenagers and young adults. In this scenario, the school becomes a special place for the development of actions that show them the way of practicing sexuality with conscious and responsibility. With the aim of investigating public policies of sexual education in schools, research on how managers and teachers integrate this theme to Sciences curricula and evaluating the pupils' perceptions in terms of actions related to sexual education in schools and its reality, this paper presents a qualitative and quantitative case study in two state public schools in the city of Boa Vista, State of Roraima, Brazil. The schools systematically address sexuality in 7th and 8th grades of elementary school. Data were analyzed by content analysis to answer to the problem and meet the research objectives. The main results observed shed new light on the way sexuality is addressed under different perspectives in the participant schools. In conclusion, the knowledge of managers and teachers about public policies of sexual education, the inclusion of sexual education in Sciences curricula and the involvement of the school staff with projects of sexual education in the school may help pupils learn better concerning sexuality. Also, pupils may play a more active role in discussions that lead to a conscious and healthy reflections on the theme.

Key-words: Sexual education. Public policies. Sexuality in the curriculum. Teaching of Sciences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Temas das oficinas do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.....	28
Figura 1 - Idade dos alunos – Escola A.....	51
Tabela 1 - Palavras mais citadas pelos alunos como respostas à pergunta: “quais as cinco primeiras palavras que vêm à sua mente quando você ouve a expressão ‘orientação sexual’?” – Escola A.....	52
Figura 2 - Origem dos conhecimentos dos alunos sobre orientação sexual – Escola A.....	54
Figura 3 - Opinião dos alunos sobre como a escola deveria trabalhar a orientação sexual – Escola A.....	55
Figura 4 - Métodos conhecidos pelos alunos para se evitar gravidez – Escola A.....	57
Figura 5 - Métodos que os alunos já utilizaram para evitar gravidez – Escola A.....	58
Figura 6 - Idades com que os alunos iniciaram sua vida sexual – Escola A.....	59
Figura 7 - Assuntos das considerações finais dos alunos – Escola A.....	60
Figura 8 - Idade dos alunos – Escola B.....	67
Tabela 2 - Palavras mais citadas pelos alunos como respostas à pergunta: “quais as cinco primeiras palavras que vêm à sua mente quando você ouve a expressão ‘orientação sexual’?” – Escola B.....	68
Figura 9 - Origem dos conhecimentos dos alunos sobre orientação sexual – Escola B.....	69

Figura 10 - Opinião dos alunos sobre como a escola deveria trabalhar a orientação sexual – Escola B	71
Figura 11 - Métodos conhecidos pelos alunos para evitar gravidez – Escola B.....	73
Figura 12 - Métodos já utilizados pelos alunos para evitar gravidez – Escola B	74
Figura 13 - Idades com que os alunos iniciaram sua vida sexual – Escola B	76
Figura 14 - Assuntos das considerações finais dos alunos – Escola B.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZANDO O AMBIENTE DA PESQUISA.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO	20
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
2.1.1 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN	20
2.1.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID	24
2.1.3 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE	26
2.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	30
2.2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA	31
2.2.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL OU EDUCAÇÃO SEXUAL?.....	34
2.3 FORMAÇÃO PARA ORIENTAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	35
2.3.1 A CARÊNCIA DE PREPARO DOS PROFESSORES.....	36
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	43
3.1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	43
3.1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	44
3.1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	45
4 O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA: ORIENTAÇÃO SEXUAL EM AÇÃO...	46

4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES E DOCENTES – ESCOLA A .	46
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS – ESCOLA A	51
4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES E DOCENTES – ESCOLA B .	60
4.4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS – ESCOLA B	66
4.5 DISCUTINDO SOBRE O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA: ORIENTAÇÃO SEXUAL EM AÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	77
4.5.1 CATEGORIA 1 – CONHECIMENTOS DE GESTORES E DOCENTES SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL	77
4.5.2 CATEGORIA 2 – ORIENTAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: AÇÕES DOS GESTORES E DOCENTES	83
4.5.3 CATEGORIA 3 – PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE AS AÇÕES DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	87
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES.....	103

INTRODUÇÃO

A orientação sexual não pode ser encarada apenas sob seu aspecto puramente higienista, como no início do século XX, mas sim como parte do processo educativo que merece reflexão séria e discussão por se tratar de uma realidade própria do ser humano, a fim de que cada um possa escolher seu caminho de maneira responsável e consciente.

Buscou-se, portanto, com esta pesquisa, pontuar as políticas para o ensino da orientação sexual a partir do ensino de Ciências em duas escolas estaduais de Ensino Fundamental situadas na cidade de Boa Vista, estado de Roraima, que trabalham de maneira sistemática esse tema.

É importante salientar que as matrizes curriculares do Ensino Fundamental trazem como conteúdo obrigatório o estudo do corpo humano na sétima série do Ensino Fundamental (ou oitavo ano no Ensino Fundamental de nove anos), série que coincide com a idade em que os alunos e alunas estão entrando na puberdade e descobrindo sua sexualidade. Por essa razão, a pesquisa teve como foco os alunos e professores das duas últimas séries do Ensino Fundamental das escolas investigadas.

Sempre procurando fazer um paralelo entre as pesquisas já desenvolvidas sobre a área de estudo em questão e os dados coletados nas entrevistas e questionários com gestores, professores e alunos, procurou-se contextualizar no ambiente macro os resultados obtidos no ambiente micro, permitindo uma análise situacional do panorama atual da orientação sexual escolar em Boa Vista, o que poderá inclusive servir de marco para reflexões acerca da inserção dessa temática na formação inicial de professores em Roraima e da (re)estruturação de políticas públicas que atendam às necessidades dos adolescentes e jovens enquanto sujeitos determinantes do contexto social futuro, uma vez que as maneiras como a

sexualidade é vivenciada são determinadas principalmente pela cultura de cada povo.

A orientação sexual na escola deve oferecer aos jovens um espaço de discussão e reflexão sobre a própria vida e sobre os valores inerentes à existência humana. Ajudar os alunos a refletir e tomar decisões conscientes em questões sérias, como sexo e afetividade, é missão de todos que fazem educação, uma vez que a sexualidade faz parte da essência do ser humano e grande parte de sua formação integral depende da instituição escolar, não somente em conteúdos, mas também em convivência e relacionamentos interpessoais (MOIZÉS, 2007).

Perceber, portanto, a necessidade de parceria entre o ensino de Ciências e a orientação sexual no fazer pedagógico do dia-a-dia é importante para o avanço dos educandos em seu aspecto integral. É importante, entretanto, que a orientação sexual esteja contextualizada na realidade escolar de forma a atender interesses educacionais, daí a necessidade de se conhecer as políticas públicas voltadas para essa temática, bem como investigar a articulação entre essas políticas e as ações efetivas desenvolvidas em sala de aula. Assim, os protagonistas dessas ações no âmbito escolar (professores mais diretamente e gestores escolares de uma forma indireta) são chamados a promover orientação sexual de maneira dinâmica e ao mesmo tempo sistemática a fim de que sejam atendidas as expectativas dos estudantes, como citado anteriormente.

A gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis são realidades não raras nas escolas públicas estaduais em Boa Vista, por esse motivo, buscou-se inicialmente conhecer quais dessas escolas de Ensino Fundamental trabalhavam de modo concreto e sistematizado com o ensino sobre orientação sexual.

O fato de ser relativamente comum meninas grávidas (ou já mães) nas turmas de sétima e oitava séries do Ensino Fundamental das escolas públicas e frequentes os questionamentos de alunos nessa faixa escolar acerca de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente sobre seus sintomas, gravidade e formas de tratamento, somados a uma discreta percepção de que o aborto possivelmente seria uma realidade mais próxima dos adolescentes e jovens do que a escola e a família poderiam imaginar, despertaram o interesse deste professor em pesquisar sobre a temática da orientação sexual no ambiente escolar desde a chegada em Roraima, no ano de 2004, quando das primeiras experiências docentes

em escolas públicas estaduais da capital, Boa Vista, e também em um município interiorano.

Assim, buscou-se primeiramente conhecer os dados estatísticos da única maternidade pública existente na capital e do Núcleo de Controle das DST/HIV/AIDS, órgão da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima, a fim de que, dados oficiais a respeito daquilo que era observado nas escolas, justificassem esta investigação.

Tendo como objeto de estudo a Orientação Sexual, a investigação busca responder à seguinte questão: **“Como são articuladas as políticas e ações para o ensino sobre orientação sexual nas escolas públicas estaduais do município de Boa Vista-RR?”**

Para responder ao problema de pesquisa, propõe-se como objetivo geral: investigar a articulação entre as políticas e as ações voltadas ao ensino sobre orientação sexual nas escolas públicas estaduais do município de Boa Vista-RR. Os objetivos específicos, por sua vez, são:

- Averiguar as políticas públicas direcionadas à orientação sexual nas escolas estaduais de Boa Vista;
- Analisar como os gestores e professores integram a temática da orientação sexual ao currículo de Ciências das escolas públicas estaduais;
- Investigar as percepções dos estudantes em relação às ações sobre orientação sexual no ambiente escolar e a realidade vivenciada por eles.

Com uma abordagem metodológica do tipo quali-quantitativa, utilizou-se a pesquisa exploratória do tipo estudo de caso, uma vez que foram identificadas apenas duas escolas que correspondiam ao critério estabelecido.

A investigação foi realizada com a utilização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionários com perguntas abertas e fechadas, entrevistas semiestruturadas, análise e interpretação dos dados e elaboração do texto dissertativo.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além da introdução, em que são apresentadas considerações sobre a experiência do pesquisador, a qual

contribuiu para esta investigação. Nessa parte introdutória também são abordadas informações sobre a temática, os objetivos e a justificativa desta pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta a investigação contextualizando o ambiente da pesquisa e traz em números a realidade boa-vistense acerca dos casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis entre a juventude e de gravidez na adolescência durante o ano de 2010.

O segundo capítulo se reporta ao referencial teórico da investigação, o qual está apoiado nas políticas públicas que contemplam a orientação sexual no ambiente escolar, que são os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e o Programa Saúde na Escola – PSE. Nesse capítulo também há um panorama geral da orientação sexual no Brasil, sob o ponto de vista da historicidade e da distinção das terminologias “Orientação sexual” e “Educação sexual”.

O capítulo terceiro expõe as características da pesquisa e o porquê dela se constituir como estudo de caso. A metodologia utilizada na investigação e os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados também são detalhados nesse capítulo a fim de que o leitor conheça as etapas através das quais este estudo se desenvolveu. O quarto capítulo traz as análises, quantitativa e qualitativa, dos dados obtidos, uma vez que, após descritos quantitativamente, os conteúdos das informações coletadas foram analisados segundo as seguintes categorias a fim de se delinear os aspectos qualitativos da investigação: 1 – Conhecimentos de gestores e docentes sobre orientação sexual; 2 – Orientação sexual no currículo de Ciências: ações dos gestores e docentes; e 3 – Percepções dos alunos sobre as ações de orientação sexual no ambiente escolar.

Em seguida, apresentam-se, juntamente com as conclusões da pesquisa, as contribuições da mesma para o ensino de Ciências em Roraima e algumas indicações de novas pesquisas sob a ótica dessa mesma temática. Por fim, a lista de referências e os apêndices.

1 CONTEXTUALIZANDO O AMBIENTE DA PESQUISA

Roraima é um estado brasileiro que, apesar dos seus quase 225 mil quilômetros quadrados de área, tem apenas 15 municípios e, segundo o Censo 2010 do IBGE, possui pouco mais de 450 mil habitantes, dos quais 284 mil estão na capital, Boa Vista. No tocante à educação, das 61 escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental e Médio localizadas na zona urbana da capital roraimense, 45 oferecem 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental. Somente em Boa Vista, foram matriculados, no ano de 2010, nessas duas séries 9910 alunos, com idades variando majoritariamente entre 12 e 15 anos. Dessas 45 escolas, apenas duas têm um trabalho sistematizado sobre Orientação Sexual voltado aos alunos, as quais foram escolhidas como objeto de investigação desta pesquisa.

Ambas as escolas trabalham apenas com séries do Ensino Fundamental. A Escola A está situada em um bairro de classe média baixa e baixa, próximo ao centro da capital, e tem como corpo discente tanto alunos que residem nesse bairro como alguns oriundos de outras regiões da cidade, inclusive de bairros da periferia. Seu trabalho de orientação sexual está claramente descrito na Proposta Pedagógica da Escola e tem estreita relação com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e com o Programa Saúde na Escola, uma vez que são desenvolvidos, ao longo do ano letivo, projetos que contemplam seminários, exposições, debates e palestras com os alunos.

A Escola B se encontra em um bairro nobre de Boa Vista cujas famílias são de classe média alta e alta e esse estabelecimento de ensino tem apenas alunos que são moradores da sua circunscrição geográfica. Os trabalhos de orientação sexual desenvolvidos nessa escola são diretamente relacionados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, através do qual os acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Estadual de Roraima – UERR, desenvolvem, duas vezes por semana, com os alunos dessa escola, aulas temáticas e oficinas constantes do Projeto Institucional elaborado pela UERR e aprovado pela CAPES como parte integrante do programa. Nessa escola, o projeto contempla exclusivamente a temática da orientação sexual no currículo de Ciências.

Em relação à saúde dos adolescentes, os dados oficiais fornecidos ao pesquisador sob a forma de planilhas eletrônicas pelo Núcleo de Controle de DST e

AIDS, mediante solicitação formal, apontam que, nos últimos 4 anos, dos 17027 casos de DST confirmados só em Boa Vista, cerca de 14% (ou 2405) foram em adolescentes e jovens com idades de 10 a 19 anos. Já em relação à AIDS, no mesmo período, dos 388 casos confirmados, 11 estavam nessa mesma faixa de idade. Considerando que adolescentes e jovens nessas idades não têm o hábito de fazer exames médicos de rotina, é muito provável que esses dados não reflitam ainda a realidade, ou que as descobertas dessas doenças se deem mais frequentemente na idade adulta.

No tocante à gravidez na adolescência, os números do único Hospital Materno-infantil da rede pública de saúde em Boa Vista, disponibilizados ao pesquisador em planilhas eletrônicas, mediante solicitação formal, apontam que em 2010 foram realizados 5012 partos normais, dos quais 1401 foram em adolescentes e jovens com idades de 10 a 19 anos, o que corresponde a cerca de 28%. Dos 2917 partos cesáreos, realizados no ano de 2010 naquele hospital, 694 correspondem a mães na mesma faixa etária citada anteriormente, perfazendo um total de quase 24%. E ainda, naquele mesmo ano foram realizados 1534 procedimentos de curetagem (cirurgia realizada após um aborto), dos quais 362 em adolescentes e jovens de 11 a 20 anos, ou seja, mais de 23%.

Esses números revelam que somente no ano de 2010 foram pelo menos 2095 mulheres com idade escolar de Ensino Fundamental e Médio que se afastaram da sala de aula por licença maternidade e não é conhecido quantas delas retomaram seus estudos após o término das licenças.

2 REFERENCIAL TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, descreve-se o referencial teórico que sustenta a pesquisa. Inicialmente, há um panorama das políticas públicas que contemplam a orientação sexual, seguido do resgate da temática da orientação sexual no Brasil a partir de uma perspectiva de historicidade. Na sequência, aborda-se a formação para orientação sexual no âmbito escolar.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Para apoiar esta investigação, considera-se fundamental abordar as políticas públicas nacionais e estaduais que contemplam a orientação sexual no âmbito escolar, a saber: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Saúde na Escola (PSE).

2.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN

Lançados em 1997, pela então Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação (MEC), os Parâmetros Curriculares Nacionais representaram um passo importante na educação brasileira, pois foram elaborados mediante longo trabalho de muitos educadores brasileiros e traziam a marca de suas experiências e de seus estudos, permitindo assim que fossem produzidos no contexto das discussões pedagógicas da época. Inicialmente foram elaborados documentos, em versões preliminares, para serem analisados e debatidos por professores que atuavam em diferentes níveis de ensino, por especialistas da educação e de outras áreas, além de instituições governamentais e não-governamentais. As críticas e sugestões apresentadas contribuíram para a elaboração da versão final, que deveria ser revista periodicamente, com base no acompanhamento e na avaliação de sua implementação, detalhe este que, mesmo após 14 anos, não foi tão levado a sério como deveria. Não obstante a falta de revisão periódica, os PCN continuam sendo um referencial para muitas práticas docentes em todo o Brasil.

Na sua apresentação, é clara a pontuação de que, nascidos da necessidade de construção de uma referência curricular abrangente e que conservasse um elo comum a todas as realidades do imenso território brasileiro, os PCN tiveram como proposta ontológica provocar debates e discussões em relação à missão da escola, a partir das mais variadas experiências vivenciadas em cada unidade e em cada sala de aula. Assim, longe de serem engessamento do currículo, os documentos apresentados foram construídos para serem exatamente o que sua nomenclatura indica, ou seja, parâmetros, referenciais, a fim de que, não somente os pais, mas também a sociedade e os governos sejam envolvidos pela escola no seu fazer educacional cotidiano.

A introdução aos PCN (BRASIL, 1998, p. 9) aponta a necessidade de se construir uma educação voltada para a cidadania:

Uma análise da conjuntura mundial e brasileira revela a necessidade de construção de uma educação básica voltada para a cidadania. Isso não se resolve apenas garantindo a oferta de vagas, mas sim oferecendo-se um ensino de qualidade, ministrado por professores capazes de incorporar ao seu trabalho os avanços das pesquisas nas diferentes áreas de conhecimento e de estar atentos às dinâmicas sociais e suas implicações no âmbito escolar.

Destacando ainda a importância de se discutir na escola e na sala de aula questões sobre temas sociais considerados urgentes não apenas na sociedade brasileira como em nível mundial, os PCN apontam e denominam como “Temas Transversais” Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo, assim como dá abertura a outros temas que se mostrem relevantes (BRASIL, 1998). Para cada um dos temas transversais há um documento, que propõe um detalhamento no que diz respeito a objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas.

Dentre a série de ações apontadas na introdução aos PCN como suas caracterizadoras, a de “ampliar a visão de conteúdo para além dos conceitos, inserindo procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os conceitos tradicionalmente abordados” (BRASIL, 1998, p. 11) pode ser tida como uma das mais relevantes considerando a transversalidade temática da orientação sexual, tendo em vista que ali também é indicado como objetivo do Ensino Fundamental, dentre outros, que o aluno seja capaz de “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos

aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva” (BRASIL, 1998, p. 55).

Nos PCN, a orientação sexual, assim como os demais temas transversais, é apontada como assunto a ser trabalhado de maneira contínua, sistemática e integrada, e não como área ou disciplina; assim, os professores devem, ao evidenciarem esse tema, trazer para a metodologia e para os conteúdos de sua área a perspectiva da orientação sexual e possibilitar ao aluno o uso dos conhecimentos escolares em sua vida extra-escolar (BRASIL, 2001).

Assim, a proposta dos PCN (BRASIL, 2001, p. 28) dispõe que:

Ao invés de isolar ou de compartimentar o ensino e a aprendizagem, a relação entre os temas transversais e as áreas deve se dar de forma que:

- as diferentes áreas contemplem os objetivos e os conteúdos (fatos, conceitos e princípios; procedimentos e valores; normas e atitudes) que os temas da convivência social propõem;
- haja momentos em que as questões relativas ao tema sejam explicitamente trabalhadas e conteúdos de campos e origens diferentes sejam colocados na perspectiva de respondê-las.

Nesse sentido, a ação do professor como executor daquilo que os parâmetros propõem é de fundamental importância, pois uma educação que priorize a formação de cidadãos críticos só acontecerá de fato se o professor estiver munido de autonomia e autoridade para sistematizar e articular seu trabalho de modo a favorecer a construção da autonomia dos educandos, de acordo com a realidade que ele (professor) conhece e na qual está inserido – a sala de aula; mas também são pré-requisitos o seu compromisso com esse objetivo e a clareza da relação existente entre autonomia e autoridade, por isso, os PCN (BRASIL, 2001, p. 36) evidenciam que:

Estabelecer relações de autonomia, necessárias à postura crítica, participativa e livre pressupõe um longo processo de aprendizagem até que os alunos sejam capazes de atuar segundo seus próprios juízos. Esse processo não dispensa a participação da autoridade dos adultos na sua orientação. O que se coloca é a necessidade dessa autoridade ser construída por meio da assunção plena da responsabilidade de educar, de intervir com discernimento e justiça nas situações de conflito, de se pautar coerentemente, pelos mesmos valores colocados como objetivos da educação dos alunos e de reconhecer que a autoridade dos educadores na escola se referenda numa sociedade que se quer democrática.

Para que o processo de aprendizagem seja dinamizado, são sugeridos também alguns procedimentos que envolvam diretamente a atuação dos alunos

dando opiniões, ajudando a resolver conflitos e problemas, assumindo responsabilidades, como por exemplo, exposição de trabalhos, seminários, campanhas, grupos de estudo, desenvolvimento de projetos, assim como visitas a instituições públicas e privadas atuantes na comunidade. E ainda, como em todo processo educacional, não pode faltar a avaliação. É necessário, entretanto, ter em mente que avaliar procedimentos e atitudes é deveras complexo, uma vez que envolve muita subjetividade e que a educação, ou o educador, não tem como controlar ou mensurar todos os fatores que interagem na formação do aluno. Pois o fato da escola saber como, quando e onde intervir e que essa intervenção provoca mudanças não garante que essas mudanças acontecerão exclusivamente e na medida prevista pela escola e por suas ações pedagógicas, mas as atitudes e valores dos alunos estão impregnados da sua natureza psicológica e social, assim como de relações familiares e comunitárias, que necessariamente interferem na sua formação. Assim, ao se realizar uma avaliação, deve ser mais importante o que o aluno assumiu como valor a partir de uma reflexão motivada pelo processo de ensino do que aquilo que se pretendia impor a ele, como valor, pelo ensino. Essa dinâmica entre ensino e aprendizagem deve ser aberta, flexível e de mão dupla para que a avaliação seja mais fiel possível àquilo que realmente deve ser na perspectiva da educação de qualidade.

A importância da abordagem de temas socialmente importantes para a vida cotidiana dos educandos de maneira transversal e a diferenciação dos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade também são abordadas pelos PCN (BRASIL, 2001, p. 29):

Ambas – transversalidade e interdisciplinaridade – se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática.

Ou seja, enquanto a interdisciplinaridade questiona a visão segmentada entre os diferentes campos do conhecimento, a transversalidade se apoia na possibilidade de se aprender sobre a realidade, na realidade e da realidade, como uma forma de se sistematizar explícita e estruturalmente o trabalho na organização

curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade (BRASIL, 2001).

É relevante a atenção dada à Orientação Sexual Escolar a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, daí o fato desses documentos servirem de base para as políticas públicas voltadas a essa temática tanto em nível federal como estadual.

É bem verdade também que os PCN foram alvo de muitas críticas que pontuavam, entre outros aspectos, seu suposto caráter político ideológico de imposição de um currículo oriundo do projeto neoliberal das organizações internacionais, que exigiam a subordinação das noções de competência ao mundo do trabalho (RICARDO E ZYLBERSZTAJN, 2007).

Não obstante as críticas, esta investigação se apoia nos Parâmetros Curriculares Nacionais por serem o que há de oficial na educação brasileira e por assumirem o caráter de pioneirismo formal em relação à orientação sexual escolar.

2.1.2 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID¹

Criado em dezembro de 2007, mediante Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC), o Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência (PIBID) foi instituído também no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem como um dos seus objetivos inserir os graduandos dos cursos de licenciatura no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes inovadoras e interdisciplinares que busquem a superação de problemas identificados nos processos de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2010-b).

O decreto e as portarias que regulamentam esse programa estabelecem a necessidade de celebração de convênios e instrumentos específicos entre as Instituições públicas de Ensino Superior (IES) e a CAPES, a fim de que sejam

¹ A Orientação Sexual é o tema do Projeto Institucional desenvolvido pelos bolsistas do PIBID através de oficinas e aulas temáticas com os alunos em uma das escolas investigadas neste estudo (Escola B), conforme é detalhado na contextualização da pesquisa.

concedidas as bolsas. Os convênios preveem a submissão de Projetos Institucionais das atividades que serão desempenhadas pelas equipes que compõem o PIBID em nível de IES.

O programa abrange a concessão de bolsas nas seguintes modalidades: Estudantes de Licenciatura (alunos que integram o projeto institucional do programa); Professor Coordenador Institucional (docente da IES responsável perante a CAPES por garantir e acompanhar o planejamento, a organização e a execução das atividades previstas no projeto institucional submetido àquela coordenação); Professores Coordenadores de Área (docentes da IES responsáveis pelo planejamento, organização e execução das atividades previstas para a sua área, pelo acompanhamento dos alunos e pela articulação e diálogo com as escolas públicas onde os bolsistas exercem suas atividades); e Professor Supervisor (docente das escolas das redes públicas participantes do projeto, responsável por supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência).

A portaria da CAPES (BRASIL, 2010-a, p. 27), que dispõe sobre o PIBID, evidencia que:

Art. 10 As atividades do PIBID deverão ser cumpridas tanto em escolas com Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB abaixo da média da região/estado quanto naquelas que tenham experiências bem sucedidas de trabalho pedagógico e de ensino-aprendizagem, de modo a apreender diferentes realidades e necessidades da educação básica e de contribuir para a elevação do IDEB [...]

Por sua característica de permitir que os Projetos Institucionais contemplem variadas atividades, ações e conteúdos que podem ser desenvolvidos nas escolas pelos bolsistas em suas atividades docentes, o PIBID abre a possibilidade de que a orientação sexual seja trabalhada nas escolas de maneira formal como parte de uma política pública educacional.

Assim, o PIBID é realizado em diversas escolas, de acordo com o tipo de projeto elaborado pela Universidade Estadual de Roraima – UERR e autorizado pela CAPES. Sua execução, como fica a cargo dos graduandos dos cursos de licenciatura, sob a supervisão de um docente da própria escola, acontece duas vezes por semana em cada turma da escola selecionada. A duração de cada projeto é de dois anos.

2.1.3 Programa Saúde na Escola – PSE

O Programa Saúde na Escola foi instituído no final do ano de 2007 e tem atuação interministerial (Ministério da Educação e Ministério da Saúde). No decreto presidencial de criação desse programa, está definida como sua finalidade “contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde” (BRASIL, 2007, p. 2).

Conforme o documento que o institui, esse programa tem como objetivos, entre outros: promover a saúde, prevenir os agravos à saúde, fortalecer as relações entre as redes públicas de saúde e de educação, de maneira que o alcance e impacto das suas ações junto aos estudantes sejam ampliados, otimizar a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis e fortalecer o enfrentamento às vulnerabilidades, no âmbito da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar dos estudantes.

A visão que o estado teve da importância de integração entre as ações de ambos os ministérios no sentido de focar a escola como espaço privilegiado de desenvolvimento de políticas públicas voltadas às crianças, adolescentes e jovens já é um passo para a busca de eficácia dos trabalhos emergidos dessa proposta. Assim no Caderno de Atenção Básica nº 24, documento do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009, p. 15), que trata especificamente da Saúde na Escola, está posto:

Essa dinâmica cultural da escola é extremamente vigorosa, tornando-a um espaço de referências muito importante para crianças e adolescentes, que cada vez mais desenvolvem em seu âmbito experiências significativas de socialização e vivência comunitária. A escola é considerada por alguns como o espaço de transição entre o mundo da casa e o mundo mais amplo. Portanto, a cultura escolar configura e é instituinte de práticas socioculturais (inclusive comportamentos) mais amplos que ultrapassam as fronteiras da escola em si mesma. É dentro desse enfoque que se entende e se justifica um programa de saúde na escola, inserido e integrado no cotidiano e na cultura escolar, irradiando-se dessa forma para além dos limites da escola.

O mesmo documento cita ainda a importância da elaboração de projetos no desencadeamento e sistematização das ações próprias do programa, enquanto política pública. E uma das ações indicadas no decreto de criação do programa é exatamente a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva.

Há, então, um eixo comum entre aquilo que fora almejado pelo PSE quando da sua gênese e o trabalho que já era desenvolvido pelos Ministérios da Educação e da Saúde no sentido de somarem esforços para que as temáticas da saúde sexual e da saúde reprodutiva fossem abordadas nas escolas.

Segundo o documento intitulado ‘Diretrizes para Implementação’ do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (BRASIL, 2008-a), essa parceria interministerial fortaleceu-se em 1995 com o “Projeto Escolas”, que fora desenvolvido em 16 Unidades da Federação (UF) apoiando projetos que focavam principalmente as epidemias e foi assim até 1999. A partir do ano 2000, o projeto expandiu suas estratégias para os 26 estados e o Distrito Federal através do “Programa Salto para o Futuro”. Com o aprimoramento e crescimento das ações, em 2003 foi lançado oficialmente o “Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE”, que teve como novidade a disponibilização de preservativos em escolas, integração entre escolas e unidades básicas de saúde e participação da comunidade nas ações. No mesmo ano, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) iniciou a avaliação do projeto para subsidiar sua ampliação.

As Diretrizes para Implementação do SPE (BRASIL, 2008-a, p. 9) relatam ainda que:

Em 2005, o “Saúde e Prevenção nas Escolas” (Projeto) foi reformulado. Novas estratégias foram definidas, entre elas: o monitoramento das escolas a partir da inclusão de um questionário específico no Censo Escolar; a incorporação de diretrizes para que as ações possam atingir alunos a partir das primeiras séries do ensino fundamental; o apoio a estados e municípios na constituição de 22 grupos gestores intersetoriais nas 27 UF; a realização de oficinas macrorregionais; o apoio a eventos regionais e a produção, impressão e distribuição de materiais educativos.

Esse projeto conta atualmente, além das parcerias entre os Ministérios da Educação e da Saúde, com o apoio da UNESCO, do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e do UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a População) e com a colaboração de outras instituições, incluindo organizações da sociedade civil, que participam como consultoras ou colaboradoras.

Desde 2007, então, quando da instituição do Programa Saúde na Escola – PSE, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE foi nele inserido como componente de promoção da saúde e prevenção, cujas finalidades são discriminadas em uma longa lista nas Diretrizes para Implementação do SPE

(BRASIL, 2008-a, p. 17), da qual foram destacadas algumas consideradas mais relevantes sob o ponto de vista desta investigação, a saber:

- Incentivar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, com a redução da incidência das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV na população jovem;
[...]
- Apoiar ações de formação continuada para profissionais da educação e saúde para responder às diferentes situações relacionadas à vivência da sexualidade no cotidiano dos adolescentes e jovens escolarizados;
- Contribuir para a redução da incidência de gravidez não-planejada na população adolescente e jovem;
- Contribuir para a redução da evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência;
[...]
- Fomentar a inserção das temáticas relacionadas à educação no campo da sexualidade ao cotidiano da prática pedagógica dos professores.
[...]

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas contempla, portanto, além de outras temáticas, a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis como eixos centrais motivadores de suas ações e reconhece a escola como uma das maiores responsáveis pelas transformações das realidades econômica, política, histórica e cultural das pessoas, além de possibilitar a convivência social e a construção de respostas aos desafios que se apresentam à sociedade (BRASIL, 2008-a). Nesse sentido, crianças, adolescentes e jovens, que são o público-alvo do projeto, são facilmente alcançados no ambiente escolar, onde passam parte significativa do seu tempo diariamente.

A seguir, estão apresentados os temas constantes do Guia de Formação, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que são propostos para trabalhos em forma de oficinas ou aulas temáticas.

Quadro 1 – Temas das oficinas do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.

UNIDADES	OFICINAS
PRIMEIRAS PALAVRAS (4 HORAS)	AMIGO SECRETO
	MITOS OU REALIDADE?
	ACORDOS PARA O TRABALHO EM GRUPO
A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS PARA PREVENIR DST/AIDS (8 HORAS)	O CORPO TEM ALGUÉM COMO RECHEIO
	IDENTIDADE E ESTIMA
	QUAL EDUCAÇÃO PARA QUAL SAÚDE?
	RISCO OU VULNERABILIDADE
	AVALIAÇÃO DA UNIDADE

RELAÇÕES DE GÊNERO (8 HORAS)	IDENTIFICANDO ESTEREÓTIPOS
	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS
	PLANEJANDO ATIVIDADES PARA O TRABALHO EM GRUPOS
	AVALIAÇÃO DA UNIDADE
A SEXUALIDADE NA VIDA HUMANA (12 HORAS)	RE-VISITANDO A ADOLESCÊNCIA
	A ORIENTAÇÃO SEXUAL DO DESEJO
	HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA
	VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL
	A SEXUALIDADE NA VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
	PLANEJANDO ATIVIDADES PARA O TRABALHO EM GRUPOS
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	
SAÚDE SEXUAL E SAÚDE REPRODUTIVA (8 HORAS)	ANATOMIA E FISILOGIA DOS ÓRGÃOS SEXUAIS
	MÉTODOS CONTRACEPTIVOS
	DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS
	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA
	PLANEJANDO ATIVIDADES PARA O TRABALHO EM GRUPOS
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E AIDS (12 HORAS)	SEXUALIDADE EM TEMPOS DE AIDS
	OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (ALÉM DA AIDS)
	AIDS E DIREITOS
	DROGAS PSICOATIVAS
	REDUÇÃO DE DANOS
	DISCRIMINAÇÃO X SOLIDARIEDADE
	PLANEJANDO ATIVIDADES PARA O TRABALHO EM GRUPOS
PLANEJANDO UMA AÇÃO LOCAL INTEGRADA (12 HORAS)	ESCOLA/SERVIÇO DE SAÚDE/FAMÍLIA: A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE?
	ARTICULAÇÃO SAÚDE-EDUCAÇÃO
	AÇÃO NO TERRITÓRIO E INTERSETORIALIDADE
	AVALIAR O QUÊ? QUANDO? ONDE? POR QUÊ?
	PLANEJANDO UMA AÇÃO LOCAL INTEGRADA – PARTE A
	PLANEJANDO UMA AÇÃO LOCAL INTEGRADA – PARTE B
	AVALIAÇÃO DO CURSO

Fonte: (BRASIL, 2008-b, p. 8).

Não resta dúvida, entretanto, de que a eficácia dos objetivos do projeto será mais facilmente alcançada se o mesmo estiver atrelado à Proposta Pedagógica da Escola, incorporado no cotidiano da unidade escolar e traduzido na práxis de cada educador.

Nas Diretrizes de Implementação do SPE são apontadas algumas estratégias de trabalho, como por exemplo, a abertura de espaço para o diálogo entre os alunos, professores, profissionais da saúde e comunidade a fim de que sejam superadas as relações de vulnerabilidade às DST, à infecção pelo HIV e à gravidez não planejada. Enfatizam, contudo, a importância de que tais abordagens extrapolem o aspecto apenas cognitivo, levando em conta a subjetividade, as

práticas afetivas e sexuais enquanto relações humanas componentes da cultura e dos direitos de cada pessoa.

A gestão do projeto é descentralizada e conta com grupos de trabalho e/ou grupos gestores nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), cujas funções variam conforme sua atuação, e vão desde elaborar planos de ação até avaliar as estratégias implementadas.

O Grupo de Trabalho Municipal tem a função de analisar a situação da realidade epidemiológica e das ações de prevenção das DST/AIDS promovidas nas escolas do município. Também cabe a esse grupo a elaboração do Plano de Ação, que deve contemplar, entre outras coisas, a formação continuada de profissionais que atuam nas escolas e unidades de saúde e a mobilização das comunidades escolares para que, em parceria com os gestores, viabilizem a inclusão da temática relativa ao projeto nos currículos das escolas e nos planos de ação das redes de ensino e de Atenção Básica em Saúde.

A atuação do Grupo de Trabalho Estadual vai desde apoiar a constituição dos grupos de trabalho municipais (e desenvolver estratégias de supervisão, monitoramento e avaliação) até constituir um grupo de trabalho com a participação de representantes da saúde e da educação (e produzir, reproduzir, referenciar e distribuir materiais de subsídio em articulação com os níveis federal e municipal).

Compete ao Grupo de Trabalho Federal coordenar o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas em âmbito nacional, apoiando a constituição dos grupos de trabalho estaduais, assegurando a consolidação dos eixos de formação nas temáticas prioritárias, formular e divulgar os indicadores de monitoramento e avaliação do projeto, além de promover a articulação em rede (banco de dados, internet, eventos, trocas de experiências).

2.2 ORIENTAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Para contextualizar o objeto de pesquisa nesta investigação, buscou-se resgatar o perfil da orientação sexual no Brasil a partir de uma perspectiva de historicidade e de como o tema vem sendo abordado pelas diversas áreas que o estudam, especialmente a educação.

2.2.1 Um pouco de história

A temática da sexualidade vem sendo considerada pelos poderes públicos como proposta de inclusão formal no currículo escolar brasileiro desde a década de 1970, muito provavelmente tendo como fatores motivadores dessa ideia a mudança de comportamento dos jovens dos anos 1960, o advento dos movimentos feministas, da pílula anticoncepcional e a inserção da mulher no mercado de trabalho, embora já existissem alguns registros de trabalhos escolares sobre o assunto desde a década de 1920 (BRASIL, 2001).

No Brasil, diversas áreas de estudo, especialmente a educação, a psicologia e mais recentemente a sociologia, têm buscado investigar a construção do conhecimento sexual no sentido de extrapolar o conhecimento limitado meramente à ótica das ciências médicas. Assim, Ribeiro (2005, p. 1) destaca:

A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando médicos e, posteriormente educadores, elaboraram, desenvolveram ou se apropriaram de teorias e idéias que foram consideradas científicas e capazes de dar sustentação àquelas instituições que necessitavam de um discurso oficial para atingir seus objetivos de fazer ciência, propor ações educacionais ou práticas pedagógicas e resolver problemas de saúde pública, em alguns casos para justificar ideologias e exercer o poder. É a partir deste período que questões ligadas à sexualidade começaram a ter lugar importante no discurso médico-educacional.

Segundo Abramovay (2004), a partir do início do século XX, em que houve uma abertura para o movimento médico-higienista, passou-se a perceber o corpo como objeto de estudo, mas também de intervenção, o que possibilitou uma quase concomitante atenção aos saberes sobre identidade e sexualidade.

Embora a historiografia da orientação sexual no Brasil não esteja ainda bem definida, pois embora esse tema já tenha sido objeto de estudos e pesquisas um tanto diversificadas (FIGUEIRÓ, 2001; LEÃO, 2009; RIBEIRO, 2002), não há registros de que se tenha organizado um panorama histórico suficientemente abrangente e aprofundado das ações essencialmente voltadas para a orientação sexual em suas diversas dimensões. Encontram-se relatos dispersos, através dos quais se pode sugerir uma análise histórica.

Há quem considere que os primeiros relatos de orientação sexual no Brasil sejam os Manuais da Santa Inquisição, trazidos pelos padres jesuítas pra combater

as depravações sexuais dos colonos portugueses com as índias e as escravas, como relata Ribeiro (2005, p. 10):

Das visitasões do Santo Ofício, a partir de 1591, resultaram documentos vários denominados denúncias e confissões, todos com descrições minuciosas dos crimes cometidos, que nos dão a ideia real das práticas, atitudes e comportamentos sexuais no cotidiano da Colônia. *As Confissões* (1935) e *As Denúncias da Bahia* (1925), *As Confissões* (Mello, 1970) e *As Denúncias de Pernambuco* (1929), assim como regimentos, autos, livros de visitação e documentos dispersos do Pará, Maranhão e Sergipe, além de registros sobre atitudes e comportamentos sexuais, constituem os primeiros documentos de educação sexual do Brasil.

Passando pelos estudos, discussões e publicações do médico José de Albuquerque, que, segundo Ribeiro e Reis (2003), já na década de 1930 via pioneiramente a escola como um espaço não aproveitado para se instituir o trabalho de educação sexual, pelo simples fato de os professores da época se recusarem a tratar de assuntos 'imorais' com os alunos em suas aulas. Mas, embora não tenha conseguido adentrar as escolas com suas ideias de educação sexual, Albuquerque marcou a história da orientação sexual no Brasil por ousar reunir estudiosos e intelectuais e fundar o Círculo Brasileiro de Educação Sexual – CBES, no Rio de Janeiro, em 1933, a fim de divulgar questões e estudos relativos à sexualidade e educação sexual, através da realização de reuniões, conferências e até produção de periódicos, livros e filmes.

Ribeiro e Reis (2003) apontam Albuquerque como o mais importante dos pioneiros em educação sexual, pois estando à frente do CBES foi o responsável pela organização da I Semana de Educação Sexual, realizada no Rio de Janeiro, em 1934, e da Semana Paulista de Educação Sexual, realizada em São Paulo em 1935. Todas as quartas-feiras, por doze anos ininterruptos, o CBES realizou sessões públicas de conferências e instituiu o prêmio anual para melhor livro de educação sexual.

Embora algumas escolas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, tenham organizado programas de orientação sexual para os alunos no início dos anos 1960, o golpe militar de 1964 interrompeu aquilo que possivelmente seria o marco da orientação sexual no ambiente escolar.

Após a lacuna deixada pela repressão militar e o paulatino esmorecimento da censura daquele regime ditatorial, o trabalho efetivo de orientação sexual escolar foi resgatado em 1978, pelas escolas municipais de São Paulo, através de um

projeto piloto implementado pela Secretaria Municipal de Educação, motivada pelos alterados índices de gravidez na adolescência e não menos casos de doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens; projeto esse que, segundo Leão (2009, p. 29), “impulsionou o despertar das instâncias superiores (sic) de Educação quanto à importância de abordar a temática sexual nas escolas”.

Ribeiro (2004-a, p. 22) destaca algumas iniciativas para efetivação de orientação sexual no estado de São Paulo relatando que:

Em 1980, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) inicia uma experiência piloto de implantação de orientação sexual em seis escolas da capital paulista, denominado Programas de saúde: aspectos de crescimento e desenvolvimento humanos relativos à sexualidade, que utiliza o espaço das disciplinas de Ciências e Programas de Saúde para que o professor trabalhe temática sexual. De 1984 a 1986, uma segunda etapa aperfeiçoada do projeto anterior foi denominada Sexualidade humana: reflexões e proposta em ação, envolvendo 70 escolas e 11.208 alunos. De 1989 a 1992, [...] foi desenvolvido um projeto de orientação sexual nas escolas municipais, de grande envergadura e penetração, com a participação do reconhecido GTPOS (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual). No período de 1989-1992, o projeto atingiu 30.000 alunos, tendo sido treinados 1.105 professores [...].

Ao longo da década de 1980, foram desencadeadas muitas iniciativas de orientação sexual nas escolas da rede privada de ensino no Brasil, inclusive em escolas de confissão religiosa, sendo que tal ação foi resultante do surgimento da AIDS e do avanço da incidência da gravidez indesejada entre adolescentes, acontecimentos esses que despertaram a preocupação dos professores (SAYÃO, 1997-b).

Houve também a publicação de uma Portaria Interministerial (Saúde e Educação), em 1992, recomendando a implantação, manutenção e ampliação de projeto educativo de prevenção à AIDS em todos os estabelecimentos de ensino do país, em todos os níveis e com a participação e apoio dos serviços que compunham o Sistema Único de Saúde – SUS.

Assim, pela primeira vez de maneira oficial no sistema educacional brasileiro, a orientação sexual aparece no ano de 1998, nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal, e é apontada juntamente com a sexualidade como temática de relevância para discussão nas escolas.

2.2.2 Orientação sexual ou Educação sexual?

É verdade que existe divergência entre os pesquisadores do tema em relação à nomenclatura do trabalho formal com sexualidade na escola, por isso, Leão (2009) citando Ribeiro (1990) lembra que a distinção de termos é necessária, uma vez que não havendo consenso entre os pesquisadores entre 'educação sexual' e 'orientação sexual' para nominar o trabalho efetivo e intencional sobre sexualidade em ambiente escolar, é preciso evitar a sobreposição de nomes ou de terminologias como se fossem sinônimos, quando não o são.

Ribeiro (2004-b, p. 11) esclarece a opção pela terminologia 'orientação sexual' em seus trabalhos junto ao Núcleo de Estudos da Sexualidade, da Universidade Estadual Paulista:

O NUSEX utiliza o termo orientação sexual para as intervenções com tempo e objetivo limitados, institucionalizadas, sistematizadas, organizadas e localizadas, com a participação de profissionais treinados para trabalhar com as questões envolvendo sexo, enquanto considera que a educação sexual refere-se ao processo sócio-cultural de transmissão de valores, normas e regras desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direciona os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no grupo social, com amigos, pelos meios de comunicação.

Em concordância, Sayão (1997-b, p. 112) define orientação sexual como:

Processo de intervenção planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento de dúvidas, o questionamento das posições estanques e a resignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem.

Entre os profissionais de saúde há preferência pelo vocábulo 'educação' sexual por considerarem mais apropriado que se denomine 'orientação' sexual a opção de cada pessoa em ser heterossexual ou homossexual. Entretanto, Leão (2009, p. 61) pontua que essa opção está mais associada ao desejo, uma vez que, a seu ver, a questão da homo ou heterossexualidade vai além do sexo.

Pinto (1995) alega que o mais importante não é ficar discutindo sobre esta ou aquela terminologia, mas discutir as metodologias que embasam os diferentes trabalhos que são desenvolvidos sobre sexualidade.

Apesar de haver quem defenda o termo 'educação sexual', nesta pesquisa se preferiu usar a expressão 'orientação sexual' por considerá-la mais adequada e por uma questão de coerência com os PCN.

2.3 FORMAÇÃO PARA ORIENTAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

A abordagem da orientação sexual no contexto escolar requer uma formação específica dos profissionais de educação, especialmente dos professores, uma vez que são eles os agentes mais diretos dessa orientação na sala de aula, local de ensino e de aprendizagem, mas também de convívios e de discussões que instigam a mudança de mentalidade e de comportamentos. Nesse sentido, o professor pode contribuir significativamente com a formação de novos conceitos e superação de preconceitos ou, ao contrário, ser conivente com que os alunos continuem desinformados, dependendo da atitude que tiver em relação à temática da orientação sexual no ambiente escolar.

Assim, o crescimento dos alunos nos âmbitos intelectual, cognitivo e social depende fortemente da postura assumida pelo docente quando não se omite face à necessidade desse trabalho de orientação sexual ou quando não se prende ao viés de ideologias e/ou valores moralistas que carrega consigo ao longo de toda sua vida.

Ademais, para que o trabalho de orientação sexual seja de fato útil, é preciso distinguir algumas coisas, como ressalta Sayão (1997-a, p. 99): “o que diferencia uma informação de uma informação educativa? Simples: o reconhecimento do interlocutor a quem se dirige a informação. Simples? Nem tanto”.

De fato, não é tão simples porque a informação só vai gerar conhecimento se aquele que a receber utilizá-la na própria vida. Então, a missão do professor, enquanto agente de orientação sexual na escola, passa pelo reconhecimento do aluno como uma pessoa que, além do ser físico, também é um ser psíquico e emocional, logo, também pensa e sente; por isso, Sayão (1997-a, p. 100) destaca que “as informações sobre a sexualidade só serão educativas quando tiverem o endereço postado corretamente. E com o remetente identificado e devidamente qualificado”.

O profissional docente que assume a temática da orientação sexual no seu fazer pedagógico deve, antes de tudo, trabalhar seus próprios preconceitos, a fim de

que essa 'orientação' não seja apenas o disfarce de uma 'imposição', pois seu comportamento e opiniões influenciam os alunos, que não raro o veem como exemplo.

É nesse sentido que Abramovay (2004) destaca que conversa-se sobre sexo, acha-se isso ou aquilo sobre práticas e relacionamentos sexualizados, e ainda há professores que não se dão conta de que, em tais conversas e emissões de opiniões, estão ensinando suas próprias ideologias.

2.3.1 A carência de preparo dos professores

É comum os professores admitirem a dificuldade em trabalhar sobre sexualidade e afetividade em sala de aula. Esse despreparo, segundo Barroso e Warken *apud* Abramovay (2004, p. 42),

se associa a questões complexas, de cunho existencial e institucional, com o fato de que os próprios professores, muitas vezes, não sabem lidar com essa questão em suas vidas. Explicita-se a falta de preparo e de capacitação para repassar aos alunos os temas transversais sugeridos pelos PCN, Parâmetros Curriculares Nacionais, pois as dúvidas vão além de informação, passando por experiência de vida pessoal, íntima, sendo que os professores sentem-se, muitas vezes, constrangidos a se posicionarem.

Não obstante o advento dos PCN, a formação de professores capazes de desenvolver a orientação sexual como tema transversal continua ausente das ementas dos cursos de licenciatura. Com isso, Leão (2009) pontua que a carência de preparo dos docentes é que dificulta a orientação sexual nas escolas, fato que acaba prejudicando também os alunos, os quais não encontram na escola um ambiente onde possam esclarecer também suas dúvidas e curiosidades acerca de sexualidade, fato que de certa forma compromete também a escola, que corre o risco de se transformar em local propício para a consolidação de preconceitos.

Em estudo exploratório realizado a partir de documentos oficiais da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos – SECD, em Roraima, e das escolas estaduais da capital, Boa Vista, foi constatado que, embora a mesma secretaria tenha publicado o Parecer CEE/RR nº 111/07, do Conselho Estadual de Educação, segundo o qual a orientação sexual, enquanto tema transversal, deveria ser contextualizada em módulos/aula, nas escolas isso não era realidade porque as

unidades escolares não teriam recebido essa orientação nas matrizes curriculares, como relatam Ramos e Farias (2008, p. 9):

[...] não há orientação da SECD em trabalhar temas transversais nas disciplinas do terceiro e quarto ciclos nos conteúdos fornecidos às escolas. Porém, na resolução da SECD de novembro de 2007, que aprova as Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Indígena, o texto proferido pelos relatores diz: É oportuno dizer que a organização das matrizes curriculares do ensino fundamental e médio, da educação escolar indígena fundamental e médio e da modalidade de educação de jovens e adultos 1º, 2º e 3º segmentos contempla o estatuído das Diretrizes Curriculares Nacionais. Quanto à preparação para o trabalho como também os temas transversais como ética, saúde e orientação sexual, cultural, [...] os direitos das crianças e dos adolescentes serão contextualizados nos módulos/aula [...].

A omissão dos professores em tratar de sexualidade com os alunos revela, mais que receio, despreparo. Não basta que esteja escrito na legislação se não for colocada em prática a atenção que se deve dar à orientação sexual no ambiente escolar, tanto no que se refere à formação dos agentes, quanto ao seu efetivo desenvolvimento no cotidiano escolar. Essa carência acaba forçando os gestores escolares que realmente veem a orientação sexual como uma necessidade dos discentes a adotarem medidas alternativas para que esse trabalho de algum modo aconteça na escola.

O convite para que profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, psicólogos etc.) profiram palestras nas escolas é válido, mas pode restringir a eficácia da ação, tendo em vista a descontinuidade e a falta de convívio dos alunos com essas pessoas.

Sobre isso, Maistro (2006, p. 112) destaca que:

Tais convidados não conhecem o contexto particular da instituição; trata-se de atuações pontuais, que certamente alcançam algum êxito, o qual, aos poucos, vai se diluindo e se perdendo no tempo, por não originar-se de um processo. São os professores ou orientadores que se constituem em interlocutores confiáveis para as questões da sexualidade, pois o trabalho do dia-a-dia é realizado por eles, são eles que mantêm com os alunos uma relação de proximidade, são eles que podem contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade.

Não parece ser missão da escola transferir para outrem a incumbência de resolver problemas que não puderam presenciar e em uma realidade com a qual não convivem; ao contrário, os próprios educadores (e não somente os professores)

é que devem ser capazes de assumir essa tarefa; antes, porém, é necessário que estejam devidamente preparados e formados para isso.

Junte-se à carência de preparo dos professores a mentalidade de que sua função na escola é de ensinar conteúdos, o que relega ao completo desprezo os temas transversais.

Nesse sentido, Furlan (2007, p. 6) lembra que:

[...] a educação escolar está sendo redimensionada e assumindo um caráter mais complexo. Está incorporando, além da função de formar intelectualmente as crianças e jovens, a função de promover orientações a respeito de saúde [...]. Assim, ao mesmo tempo em que se potencializa a educação escolar como instrumento do cuidado à saúde, observa-se a inclusão de mais uma função a ser exercida pelos profissionais da educação.

Há que se pensar quais são as diferenças entre ensinar e educar. No contexto de uma escola, todos (à exceção dos alunos) são educadores², ou pelo menos deveriam sê-lo.

A missão da escola só encontra razão de ser por causa dos alunos e só pode ser concretizada por causa de seus profissionais. Assim, a responsabilidade da orientação sexual deve ser de todos que trabalham na escola.

Abramovay (2004, p. 43), entretanto, considera plausíveis certas resistências, uma vez que,

com um cenário de necessidades, em que se vem alertando para o baixo nível da qualidade do ensino e se exigindo respostas pedagógicas dos professores, também se peça a este que seja um educador de temas da vida, do cotidiano, como questões relacionadas às práticas e aos ideários sexuais. [...] os programas de capacitação sobre sexualidade são promovidos em horários contrários às aulas, e representam ações breves e pontuais, sendo que muitos dos professores trabalham em dois turnos nas escolas. Essas capacitações têm sido apontadas como de qualidade insuficiente e as temáticas mais polêmicas têm sido abordadas de maneira não aprofundada, faltando especialistas para possibilitar uma reflexão mais apurada.

² Neste estudo, muitas vezes é feita a opção pelo termo “educador”, tendo em vista que, na opinião do pesquisador, quando alguém na escola limita sua própria função ao ensino de conteúdos, à burocracia da escrituração ou à limpeza do prédio, esse profissional está optando por ser tão somente professor, secretário ou zelador, respectivamente; mas, ao passo que expande sua ação ao processo educacional como um todo, assume a postura de educador. Nesse sentido, o pesquisador considera educador qualquer profissional da escola que, sabendo da importância da educação, faz seu trabalho com esmero simplesmente pelo fato de acreditar que, por seu trabalho e exemplo, estará contribuindo com a melhoria da qualidade de vida dos educandos.

Leão (2009, p. 97), em concordância e acréscimo, escreve:

Ademais, as condições de trabalho do professor são difíceis, pois além das responsabilidades cotidianas de sala de aula, há a pressão social de que esteja preparado profissional, técnica e pessoalmente, sem lhe ser proporcionada qualquer melhoria salarial ou motivação suplementar.

Isso sem falar nas realidades mais variadas em que estão inseridos os alunos, às quais a escola não pode se fechar nem ignorar. Revela-se, então, o mosaico de desafios e problemas que são por vezes impostos aos professores para que superem e resolvam, sem que haja condições adequadas para que esse profissional ao menos se sinta motivado a fazê-lo.

Mas não são somente a falta de formação e os problemas salariais que dificultam ou impedem os professores de assumirem a orientação sexual como prática transversal em seu fazer pedagógico. Somem-se a isso os preconceitos e valores que neles foram se construindo ao longo de toda sua vida.

É imprescindível que a formação docente contemple a possibilidade de autorreflexão por parte do professor no tocante aos tabus, valores, conceitos e práticas que traz consigo em relação à sexualidade, a fim de que quando da orientação sexual em sala de aula não haja intolerâncias, radicalismos e moralismos que, antes de orientar, podem trazer prejuízos ou limitações à formação dos discentes.

Assim, Shön (1995) defende que a reflexão do professor, quando orientada para a ação futura, é uma reflexão proativa, que tem lugar quando se levam em consideração os contextos políticos, sociais, culturais e pessoais em que o aluno está e no qual se expressa; para o autor, essa prática ajuda a compreender novos problemas, a descobrir soluções e a orientar ações futuras.

Somente uma formação docente reflexiva e sólida será capaz de desmistificar a orientação sexual escolar e, ainda, de garantir que os trabalhos voltados a essa temática deixem de ser superficiais e relegados à espontaneidade, sem embasamento teórico.

3 METODOLOGIA

Por assumir um caráter exploratório do tipo estudo de caso, em que foram investigadas as articulações entre as políticas públicas e as efetivas ações voltadas para o ensino sobre orientação sexual no contexto das escolas públicas estaduais de Ensino Fundamental do município de Boa Vista-RR, nesta pesquisa também se procurou abordar os aspectos qualitativos e quantitativos com análise de conteúdo dos dados coletados.

Conforme Yin (2003), o estudo de caso possibilita a investigação da realidade maior preservando suas características a partir do conhecimento de eventos da vida real sem, contudo, manipulá-los.

Em outras palavras, Yin (2003, p. 32) define tecnicamente que:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso compreende um método que abrange desde a preparação para a coleta de dados até a análise dos dados, sem esquecer, entretanto, que essa estratégia de pesquisa não representa uma amostragem e que a intenção do pesquisador é expandir e generalizar teorias, tratando-se antes, portanto, de uma generalização analítica e não de uma generalização estatística.

Nesse sentido, esta investigação constitui-se em um estudo de caso por observar a realidade de duas escolas distintas, uma (Escola A) localizada em um bairro de classe média baixa e baixa, que atende tanto a alunos dos demais bairros ao seu derredor como um significativo número de alunos provenientes de bairros periféricos da capital roraimense; e outra (Escola B) localizada em um bairro de classes média alta e alta, que atende somente a alunos da sua circunscrição.

No universo das 45 escolas de Ensino Fundamental que oferecem 7ª e 8ª séries, situadas na zona urbana de Boa Vista, apenas essas duas unidades apresentam trabalhos formais, intencionais e sistematizados voltados à orientação sexual dos alunos.

Para Bardin (1977), análise de conteúdo consiste em um tratamento da informação contida na mensagem e pode ser também uma análise dos significados da mensagem, uma vez que se percebem categorias que permitem a classificação dos elementos de significação constitutiva na mensagem.

Pontuando as etapas do método, Bardin (1977, p. 39) descreve o trabalho de quem se utiliza dele:

Tal como um detetive, o analista trabalha com *índices* cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a *descrição* (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a *interpretação* (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra [grifo da autora].

Assim, foram objetos de análise os conteúdos das mensagens das entrevistas semiestruturadas, assim como os dados coletados nos questionários, uma vez que se buscou tratá-los não apenas sob seu aspecto quantitativo, mas também qualitativamente.

A investigação foi realizada ao longo do ano de 2010, conforme as etapas/métodos pontuadas/os a seguir:

- pesquisa bibliográfica, cujo objetivo foi conhecer os principais referenciais teóricos que alicerçassem a investigação;
- pesquisa documental, primeiro como fonte de informações sobre o que já existe de proposta educacional voltada para essa temática na legislação nacional brasileira e na estadual de Roraima, e segundo sobre os dados estatísticos da realidade das crianças e adolescentes de Boa Vista no que diz respeito a gravidez e doenças sexualmente transmissíveis;
- realização de entrevistas semiestruturadas com membros da Equipe Gestora³ de cada uma das escolas analisadas, ao todo quatro sujeitos, a fim de identificar as ações formais (em sala de aula e no espaço da escola) e informais (no espaço da escola e da comunidade) no que diz respeito à orientação sexual, com o intuito de compreender como os

³ A Equipe Gestora, segundo terminologia do Estado de Roraima, é composta por Gestor Escolar (outrora denominado 'Diretor'), Administrador Educacional (outrora denominado 'Vice-Diretor'), Coordenadores Pedagógicos (outrora denominados Supervisores) e Orientadores Educacionais.

gestores escolares e orientadores educacionais analisam as políticas públicas que contemplam a orientação sexual escolar em nível nacional e em nível estadual e as ações voltadas para o ensino sobre essa temática. Nas entrevistas semiestruturadas também se procurou identificar quais as atividades realizadas na escola, se há registros dessas ações (projetos, artigos, fotos etc.) e/ou de resultados obtidos a partir das mesmas. Buscou-se ainda identificar a forma como esses gestores trabalham junto aos professores (ou não), que são os executores dos planejamentos pedagógicos, no que diz respeito à orientação sexual. Essa entrevista⁴ semiestruturada está apresentada no Apêndice 1.

- realização de entrevistas semiestruturadas também junto aos professores de Ciências, que foram um total de quatro sujeitos, com o intuito de verificar como os professores integram a orientação sexual ao currículo dessa disciplina, que ações conseguem desenvolver com alunos no ambiente escolar, se dispõem de material atualizado, se sentem apoio das Equipes Gestoras, entre outros aspectos. A entrevista semiestruturada está disponível no Apêndice 2.
- aplicação de questionários aos alunos das duas séries finais (7^a e 8^a) do Ensino Fundamental regular, nos quais foram feitas perguntas abertas e fechadas relativas às ações sobre orientação sexual no ambiente escolar. A intenção foi investigar junto a esses sujeitos como a escola aborda essa temática, tanto em nível de currículo formal, quanto em outras ações dentro da comunidade escolar, além de investigar a realidade vivenciada por eles em relação a esse assunto. Esse questionário está explicitado no Apêndice 3.

Para garantir o anonimato dos sujeitos da pesquisa, a Equipe Gestora foi identificada como Gestor 1, Gestor 2, Gestor 3 e Gestor 4, os professores como Docente 1, Docente 2, Docente 3 e Docente 4, e os alunos, independente do

⁴ Todos os sujeitos pesquisados expressaram livre e esclarecidamente seu consentimento em participar deste estudo através de assinaturas na folha de apresentação do questionário para entrevista semiestruturada.

gênero, como Aluno 1, Aluno 2,... Aluno X, assim como as escolas foram identificadas como Escola A e Escola B.

Como as propostas curriculares, nacional e estadual, contemplam o estudo do corpo humano e abordagens sobre sexualidade apenas a partir da 7ª série do Ensino Fundamental, esta pesquisa não abrangeu os alunos nem os professores de 5ª e 6ª séries desse nível de ensino.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Cada um dos procedimentos metodológicos desenvolvidos nesta pesquisa está descrito a seguir:

3.1.1 Procedimentos metodológicos para a pesquisa bibliográfica e documental

No primeiro momento foi realizada a seleção das fontes de consulta pertinentes ao tema, entre autores e publicações que tratam da orientação sexual escolar, assim como dos documentos oficiais do Ministério da Educação, da Secretaria Estadual de Educação de Roraima, da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima e da Universidade Estadual de Roraima.

Esta etapa da investigação se norteou por estudo bibliográfico, por ter sido “elaborada com base nas contribuições teóricas já publicadas por vários autores” (GALLIANO, 1979, p. 23), e por se orientar a partir de trabalhos já publicados, especialmente livros, artigos e material disponibilizado na internet (GIL, 2007).

As informações obtidas nesta fase constituíram o referencial teórico que serviu de base para análise dos resultados obtidos na pesquisa documental, nas entrevistas semiestruturadas e nos questionários. Tendo-se, então, estabelecidos os aspectos relevantes a serem considerados elementos-chave da investigação, passou-se à fase de pesquisa documental.

Buscando-se inicialmente documentos oficiais da esfera federal, a saber, do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Decretos, as Portarias Normativas e os Editais que dispunham sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e sobre o Programa Saúde na Escola, fez-se posteriormente um levantamento dos documentos e dados oficiais na esfera

estadual, como projetos desenvolvidos em nível local, nas escolas, documentos institucionais, tabelas estatísticas e relatórios.

Para Lüdke e André (1986, p. 38):

A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Após o levantamento das informações e a coleta dos dados, procedeu-se a uma análise quantitativa dessas informações, a fim de em seguida se utilizar também a técnica de análise de conteúdo na identificação de concepções comuns e divergentes entre os documentos legais e institucionais, de forma a se construir uma abordagem qualitativa dos dados coletados durante a investigação.

3.1.2 Procedimentos metodológicos para as entrevistas semiestruturadas

A partir do que se obteve na etapa da pesquisa bibliográfica e documental, procedeu-se à estruturação de um roteiro para a entrevista que seria direcionada aos membros das Equipes Gestoras das escolas analisadas.

Nas datas e horários agendados antecipadamente com as pessoas a serem entrevistadas, foram realizadas as entrevistas com a utilização de um gravador de voz e do roteiro previamente elaborado com perguntas relativas ao tema da investigação. À medida que as perguntas iam sendo respondidas, eventualmente surgiam novas abordagens que não estavam previstas no roteiro, mas que foram agregadas ao corpo da entrevista com a finalidade de elucidar de maneira mais concreta e objetiva os fatos que se desejava conhecer.

Os cuidados com a ética, implícitos a uma entrevista gravada, foram acordados antes do início de cada conversa, como por exemplo, a garantia do sigilo da identidade de cada pessoa entrevistada quando da citação e análise das respostas concedidas.

As entrevistas foram degravadas para posterior análise de conteúdo, a fim de se obter indicadores que permitissem a inferência de conhecimentos úteis a esta pesquisa.

3.1.3 Procedimentos metodológicos para aplicação dos questionários

A etapa seguinte foi a aplicação de questionários, com perguntas abertas e fechadas, aos alunos de todas as turmas de 7^a e 8^a séries das duas escolas pesquisadas.

Na Escola A, foram entregues 216 questionários, a fim de que a coordenação pedagógica repassasse aos professores e estes os aplicassem aos alunos em horário de aula; daquele total, 174 retornaram respondidos. O mesmo procedimento foi realizado na Escola B, a qual recebeu 122 questionários e a devolução dos mesmos, com respostas, foi de 75. Em ambas as unidades educacionais o número de devolução de questionários sem respostas foi justificado pela ausência de alunos nas turmas nos respectivos dias de aplicação.

4 O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA: ORIENTAÇÃO SEXUAL EM AÇÃO

Os procedimentos de análise e interpretação dos dados foram inicialmente organizados e discutidos em torno dos aspectos quantitativos, fazendo-se um paralelo com aquilo que fora apresentado como referencial teórico deste estudo.

4.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES E DOCENTES – ESCOLA A

Com o objetivo de investigar como se dá a integração da orientação sexual ao currículo de Ciências da Escola A, foram realizadas individualmente entrevistas com os dois professores que ministram essa disciplina na 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, bem como com o Gestor Escolar e com o Orientador Educacional da mesma unidade de ensino e nenhum deles teve acesso às respostas dos demais.

Quando perguntados sobre quais são as cinco palavras que primeiro vêm à sua mente quando ouvem a expressão “orientação sexual”, todos (professores, gestor e orientador) responderam “informação” e “conhecimento” entre as primeiras palavras. Além dessas, também surgiram “saúde”, “prevenção” e “cuidado” nas respostas de dois deles, assim como “amor” nas respostas dos outros dois. Nota-se, portanto, pela coincidência dos termos, que para os entrevistados a compreensão da necessidade de orientação sexual na Escola passa pelo viés da formação integral que a escola deve oferecer aos discentes, uma vez que sua aprendizagem terá reflexos também na sua vida. Essa compreensão é reforçada ainda pela citação, embora singular, das palavras “família”, “compromisso” e “equilíbrio”.

Nesse sentido de formação integral dos alunos, os PCN (BRASIL, 2001, p. 293) defendem que:

Se a escola deseja ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário reconhecer que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano.

Sobre a origem dos conhecimentos que têm sobre orientação sexual, Gestor 1, Gestor 2 e Docente 1 responderam que os obtiveram durante sua formação inicial, a saber, na escola, faculdade e livros; já Docente 2 apontou a família e a igreja como suas formadoras.

Essas respostas fazem referência ao fato de que, no decorrer da década de 1980, muitas escolas se abriram para a discussão da temática da sexualidade, embora apenas através de palestras proferidas por psicólogos ou médicos, ou ainda pela ampliação dos conteúdos de reprodução humana no currículo de Ciências; outras escolas ainda optaram pela implementação de programas sistemáticos de orientação sexual entre alunos, sob a coordenação de professores (SAYÃO, 1997-b).

A respeito das estratégias didáticas desenvolvidas pela equipe escolar para integrar a orientação sexual ao currículo de Ciências, todos os entrevistados responderam que a Proposta Pedagógica – PP (antigo PPP – Projeto Político-Pedagógico) da Escola contempla a temática de maneira a oportunizar aos alunos atividades e projetos ao longo do ano que preconizem a informação e formação.

Essa resposta evidencia a consonância que a escola tem com as propostas dos PCN (BRASIL, 2001, p. 297), segundo os quais:

A escola, sendo capaz de incluir a discussão da sexualidade no seu projeto pedagógico, estará se habilitando a interagir com os jovens a partir da linguagem e do foco de interesse que marca essa etapa de suas vidas e que é tão importante para a construção de sua identidade.

Ao serem questionados sobre como a escola integra a orientação sexual ao currículo de Ciências numa perspectiva didática, os gestores pontuaram, embora com expressões distintas, as mesmas ações, a saber, a liberdade com que os professores trabalham esse tema em sala de aula, aproveitando as dúvidas e curiosidades dos alunos para extrapolar os assuntos da matriz curricular das séries em estudo e desenvolvendo leituras, debates e produções textuais a respeito de sexualidade e assuntos relacionados à orientação sexual. Nas respostas dos dois gestores foi evidenciado também o trabalho desenvolvido pelos “professores conselheiros” de cada turma, os quais são eleitos pelos alunos de cada turma logo no início do ano letivo para os aconselharem, acompanharem mais de perto seu desempenho individual, presidirem as reuniões de Conselho de Classe e defender, sempre que necessário, os interesses da turma que o escolheu.

Esses relatos estão transcritos a seguir:

Gestor 1:

“Os alunos geralmente confiam bastante no professor conselheiro da sua sala, o que facilita nas conversas, pedidos de conselho e até para tirar suas dúvidas em relação à sexualidade. Isso é muito positivo, porque o próprio professor conselheiro é quem encaminha esse aluno que o procurou para a orientadora educacional realizar um trabalho mais de perto com esse aluno”.

Gestor 2:

“A gente só consegue determinados resultados graças ao maravilhoso trabalho dos professores conselheiros, pois quando eles escutam os alunos, eles não só aconselham esses alunos, mas podem estar nos encaminhando esses alunos para que nós os acolhamos. E aqui [...] esses alunos são abraçados, são compreendidos, se sentem confortáveis para compartilhar de maneira mais livre suas dúvidas e seus problemas, não somente no que diz respeito à sexualidade, como também outras coisas de ordem pessoal e familiar”.

Percebe-se, portanto, a partir dessas falas, o reconhecimento que esses gestores têm da importância da abertura da escola para a orientação sexual, em correspondência com o que evidencia Maistro (2009, p. 3):

O que justifica uma instituição optar por um trabalho dessa natureza é a preocupação em informar o aluno sobre temas que o angustiam e despertam curiosidades, sobre a necessidade que o adolescente tem de falar sobre suas emoções, dúvidas, conflitos, de discutir assuntos considerados difíceis de serem abordados pelos pais, de quebrar barreiras e tabus sobre a sexualidade (aquilo que é considerado “sujo”, “pornográfico”, “pecado”, “folclore”), bloqueios que, por vezes, interferem na aprendizagem.

Quando a mesma pergunta sobre a integração da orientação sexual ao currículo foi direcionada aos professores de Ciências (Docente 1 e Docente 2), observou-se que não houve contradição em relação ao que fora respondido pelos gestores. Nas respostas dos dois docentes surgiram ainda as expressões “interesse” e “empenho” em que, pelo menos duas vezes por ano, o tema da orientação sexual e os trabalhos didáticos de sala de aula sejam compartilhados com todas as turmas e séries da escola através de exposições, oficinas, seminários e palestras, tudo no pátio da escola.

Essas ações remetem aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, segundo os quais, para que o processo de aprendizagem seja dinamizado, são sugeridos também alguns procedimentos que envolvam diretamente a atuação dos alunos dando opiniões, ajudando a resolver conflitos e problemas, assumindo responsabilidades, como por exemplo, exposição de trabalhos, seminários, campanhas, grupos de estudo, desenvolvimento de projetos, assim como visitas a instituições públicas e privadas atuantes na comunidade (BRASIL, 2001).

Em relação à participação dos professores das demais disciplinas e de outros funcionários da escola nessas atividades em comum, foi percebido pelas respostas que, embora não haja um envolvimento direto de toda a equipe escolar, indiretamente existe apoio no que diz respeito à organização dos momentos de apresentação, prestígio de grande parte dos funcionários ao que é exposto, além de que alguns professores solicitam de seus alunos relatórios sobre o que puderam aprender durante as atividades extraclasse.

Gestor 1, Gestor 2 e Docente 2 atribuíram o não envolvimento de todos à falta de preparo e de formação que sentem frente a essa temática, por isso apontam como sugestões que haja palestras e seminários voltados aos professores e funcionários da escola, para que estejam mais solidamente preparados para lidar com a orientação sexual no seu fazer pedagógico cotidiano, podendo relacionar esse assunto às diversas áreas do conhecimento. Docente 1 associou a ausência de envolvimento de alguns profissionais à vergonha que, segundo ele, ainda está presente quando se fala sobre sexualidade.

Refletindo sobre essas dificuldades apontadas por gestores e docentes, Sayão (1997-b) destaca que o fundamental para a preparação dos profissionais da orientação sexual na escola é a formação em temas afins à sexualidade e sua postura como professores que reconhecem como legítimas as indagações dos alunos acolhendo-as com respeito, assim como considera indispensável a reflexão por parte dos próprios docentes acerca de valores e preconceitos que trazem consigo.

Docentes e gestores foram unânimes em responder que seus conhecimentos sobre orientação sexual são ainda insuficientes, dada a necessidade de constante informação, formação e atualização a esse respeito.

Nesse sentido, constata-se que é ainda precária a concretização daquilo que está previsto como política pública brasileira de Saúde e Prevenção nas Escolas, cujas diretrizes apontam como finalidade, além de outras, “apoiar ações de formação continuada para profissionais da educação e saúde para responder às diferentes situações relacionadas à vivência da sexualidade no cotidiano dos adolescentes e jovens escolarizados” (BRASIL, 2008-a, p. 17).

Ao serem indagados se já se depararam com questionamentos dos alunos ou situações na escola que apontavam a necessidade de orientação sexual, Gestor 1 respondeu que sim e que os questionamentos foram sobre “gravidez” e “pedofilia”, Docente 1 também respondeu que sim e que não são raros esses questionamentos durante as aulas na 7ª e na 8ª séries; Docente 2, por sua vez, respondeu também que sim e que tinha memória, naquele momento, de perguntas dos alunos sobre “sexo” e “orgasmo”.

Fato que chamou a atenção do pesquisador durante as entrevistas foi que, em resposta à pergunta sobre o conhecimento que tinham de políticas públicas voltadas à orientação sexual no ambiente escolar, cada uma das pessoas entrevistadas na Escola A apontou os PCN como resposta e afirmou com segurança conhecer o que está proposto naquele documento.

Finalmente, quando questionados sobre a maneira como os pais dos alunos respondem ao trabalho da escola em relação à temática da orientação sexual, os entrevistados afirmaram que eles demonstram aceitação positiva. O gestor escolar acrescentou que alguns solicitam a ajuda da escola em determinadas ocasiões por não se sentirem, segundo ele, à vontade ou preparados para dialogar com os filhos a respeito desse assunto.

Ao término dos questionamentos, foi aberto um espaço para que cada sujeito fizesse suas considerações finais a respeito da temática abordada na entrevista. Para efeito de análise neste trabalho, foram enumerados, então, apenas os assuntos abordados individualmente nessa fala final, os quais estão apresentados a seguir:

- Gestor 1: Necessidade de formação nesse assunto.
- Gestor 2: Sexualidade é vital e criada por Deus.
- Docente 1: Falta de diálogo com os pais; gravidez; transformações no corpo; escola como lugar ideal para orientação sexual.

- Docente 2: Orientação sexual como oportunidade de reflexão da própria vida.

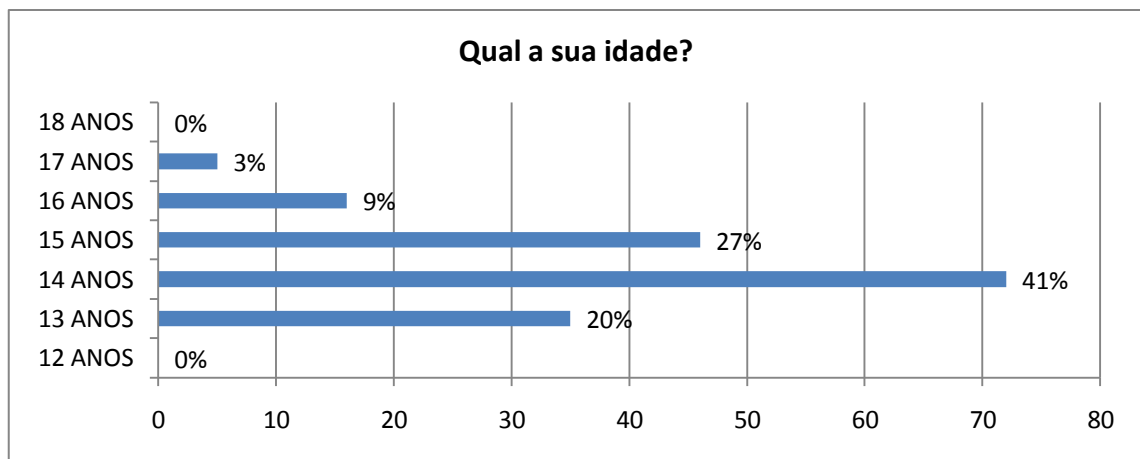
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS – ESCOLA A

Com o objetivo de investigar as percepções dos estudantes em relação às ações sobre orientação sexual no ambiente escolar e a realidade vivenciada por eles, foram aplicados questionários em todas as turmas de 7ª e 8ª séries desta escola, perfazendo um total de 216 questionários distribuídos, dos quais 174 retornaram respondidos.

As respostas dos alunos foram tabuladas e algumas foram transformadas em gráficos para facilitar a leitura, compreensão e interpretação.

Do total de sujeitos analisados nesta escola, 78 (ou 45%) são do sexo masculino e 96 (ou 55%) são do sexo feminino, com idades entre 13 e 17 anos, expressas na Figura 1.

Figura 1 - Idade dos alunos – Escola A



Em relação ao seu estado civil, a grande maioria respondeu “solteiro/a”, como era de se esperar entre estudantes nessa faixa etária; entretanto, não é possível deixar de analisar o fato de que 8 deles (o que corresponde ao percentual de 5%) responderam “casado/a”, dos quais 5 são homens cujas idades são entre 14 e 17 anos e 3 mulheres com idades de 13, 15 e 16 anos; de que 15 alunos (o que corresponde a 9%) responderam “outro”, dentre os quais 10 são homens com idades

entre 13 e 17 anos e 5 mulheres cujas idades variam entre 13 e 16 anos; e ainda, de que 1 aluno não respondeu nenhuma das opções. Certamente a resposta “outro” significa convivência em situação marital ou algo semelhante, o que não exclui a possibilidade de que alguns dos que responderam “casado/a” também vivam nessa situação, ou seja, juntos, mas sem casamento civil formalizado em cartório.

Para a questão aberta cujo enunciado era “quais as 5 palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve o termo ‘orientação sexual?’” foram respondidas 581 palavras diversas, as quais foram agrupadas de acordo com a frequência em que apareceram e com a correspondência de sentido, conforme a Tabela 1:

Tabela 1

Palavras mais citadas pelos alunos como respostas à pergunta: “quais as cinco primeiras palavras que vêm à sua mente quando você ouve a expressão ‘orientação sexual?’” – Escola A

GRUPOS	PALAVRAS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
1	PREVENÇÃO	42	23%
	CUIDADO	40	
	CAMISINHA	39	
	PRESERVATIVO	5	
	PROTEÇÃO	3	
	SEGURANÇA	2	
	SUBTOTAL	131	
2	SEXO	82	18%
	PRAZER	16	
	RELAÇÃO	6	
	SENSUALIDADE	1	
	DESEJO	1	
	SUBTOTAL	106	
3	DST	57	14%
	AIDS	13	
	SAÚDE	4	
	HIV	3	
	MÉDICO	2	
	SUBTOTAL	79	
4	CONHECIMENTO	19	13%
	EDUCAÇÃO	15	
	APRENDIZAGEM	14	
	ESCOLA	8	
	AJUDA	7	
	CAMPANHAS/PALESTRAS	7	
	DISCIPLINA	2	
	GÊNERO	2	
	AULA	1	
	PROFESSOR	1	
SUBTOTAL	76		
5	AMOR	12	10%
	RESPEITO	10	
	SEXUALIDADE	6	

	NAMORO	5	
	COMPROMISSO	5	
	RELACIONAMENTO	5	
	VIRGINDADE	4	
	AFETO	3	
	FIDELIDADE	3	
	CASAMENTO	2	
	FELICIDADE	1	
	COMPORTAMENTO	1	
	JUVENTUDE	1	
	SUBTOTAL	58	
6	RESPONSABILIDADE	20	10%
	CONSCIÊNCIA	11	
	FAMÍLIA	7	
	DIÁLOGO	5	
	ACONSELHAMENTO	5	
	FUTURO	4	
	AMIGOS	4	
	PAIS	3	
	VIDA	1	
	SUBTOTAL	60	
7	GRAVIDEZ	19	6%
	FILHOS	11	
	ABORTO	3	
	MÉTODOS CONTRACEPTIVOS	2	
	SUBTOTAL	35	
8	CORPO HUMANO	9	3%
	VAGINA	3	
	ÓRGÃOS GENITAIS	3	
	PÊNIS	2	
	PUBERDADE	1	
	SUBTOTAL	18	
9	MEDO	6	2%
	SACANAGEM/PORNOGRAFIA	4	
	DÚVIDA	2	
	ABUSO SEXUAL	2	
	SUBTOTAL	14	
10	TELEVISÃO	3	1%
	TRAVESTI	1	
	SUBTOTAL	4	
TOTAL GERAL		581	100%

Observação: Os percentuais apresentados são referentes às citações.

Em relação à questão “você reconhece que já teve algum tipo de orientação sexual?”, 79% (ou 139 alunos) assinalaram a opção “sim”; 10% (ou 17 alunos) assinalaram a opção “não”; 9% (ou 16 alunos) assinalaram a opção “não sei responder”; e 2% (ou 3 alunos) não assinalaram nenhuma das opções.

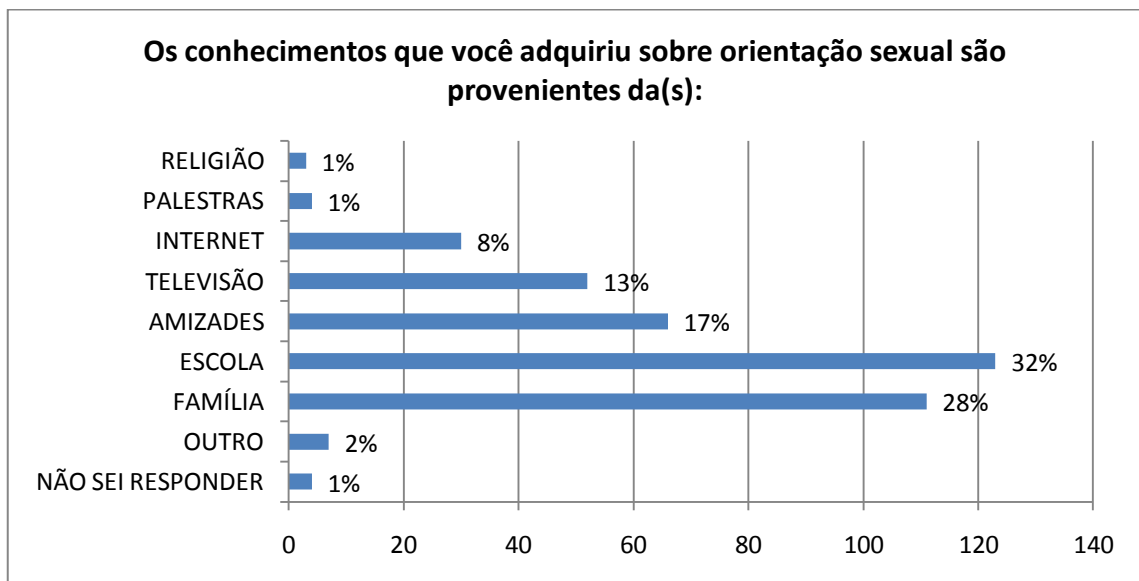
Esses números, associados aos da questão a seguir, revelam que, de fato, existe um trabalho de orientação sexual na Escola A e que esse trabalho alcança a grande maioria (79%) dos discentes ali matriculados; não se pode ignorar,

entretanto, os 21% que marcaram opções distintas daquela primeira, que era afirmativa. Esses alunos, embora em minoria, também necessitam ser contemplados pelo trabalho de orientação sexual na escola e cabe a esta desenvolver estratégias para atingi-los de maneira que passem a reconhecer na própria sexualidade a influência exercida pela orientação recebida na escola.

Nesse sentido, Sayão (1997-b, p. 113) destaca que o aluno, “por meio da reflexão, poderá, então, encontrar um ponto de auto-referência, o que possibilitará o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus”.

No item “os conhecimentos que você adquiriu sobre orientação sexual são provenientes da(s)”, havia uma observação para que assinalassem quantas opções fossem necessárias; assim, nas palavras que estavam disponíveis, houve 400 marcações, de modo que as ocorrências foram tabuladas conforme mostra a figura 2:

Figura 2 - Origem dos conhecimentos dos alunos sobre orientação sexual – Escola A



Em relação ao reconhecimento se a escola em que estudam oferece orientação sexual, 90% responderam que sim, enquanto 3% responderam que não e 7% disseram não saber responder. Entretanto, diante da pergunta se os professores trabalham orientação sexual em sala de aula, as respostas foram 17% “sim”; 30% “não”; 40% “apenas alguns”; e 13% “não sei responder”. Nessa questão, havia um

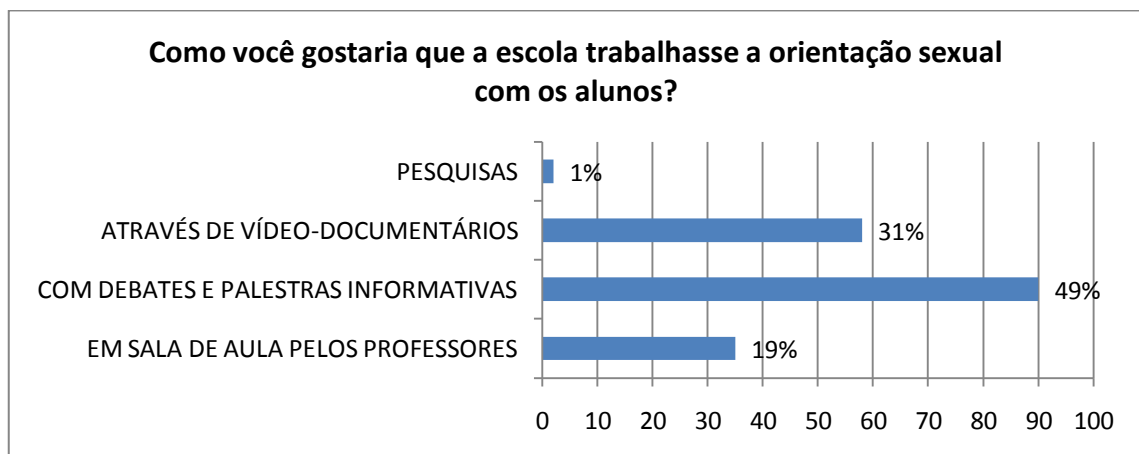
complemento, segundo o qual, em caso afirmativo, os alunos deveriam responder livremente como se dá esse trabalho. Dos 47 alunos que responderam a esse complemento, as respostas foram predominantemente “conversas” (36%) e “aulas” (30%), mas também houve respostas como “conteúdo de Ciências” (19%), “palestras” (13%) e “professora conselheira” (2%).

Perguntou-se ainda aos alunos se consideravam que a gestão escolar estava comprometida com a orientação sexual na escola e porque tinham essa opinião. As respostas obtidas foram 74% “sim”; 2% “não”; 23% “não sei responder”; e 1% não assinalou nenhuma das opções. Ressalte-se que todos que responderam “sim” acrescentaram seus porquês, a saber, 35% relacionados às palestras; 18% relacionadas a acompanhar a vida dos alunos; 17% relacionados a “ensinar o melhor”; 12% relacionados a “Orientação Educacional”; 9% relacionados a “querem o nosso bem”. Também surgiram respostas como “para evitar gravidez na escola” (3%), “porque apoia os professores” (2%), “por gostar” (2%) e “por obrigação” (2%).

Ao serem perguntados se julgavam importante haver orientação sexual na escola e por que, 98% dos alunos responderam que sim e deram como justificativa respostas relacionadas a “adquirir conhecimento” (26%); “evitar as DST” (18%); “formar consciência” (15%); “prevenção de gravidez” (13%); “obtenção de informação” (10%); “porque os pais não falam” (6%). Apenas dois alunos responderam que não consideram importante e desses, apenas uma aluna justificou: *“porque, mesmo orientando, tem alguns que não escutam”*.

Questionados sobre como gostariam que a escola trabalhasse a orientação sexual com os alunos, as respostas foram conforme indica a figura 3:

Figura 3 - Opinião dos alunos sobre como a escola deveria trabalhar a orientação sexual – Escola A



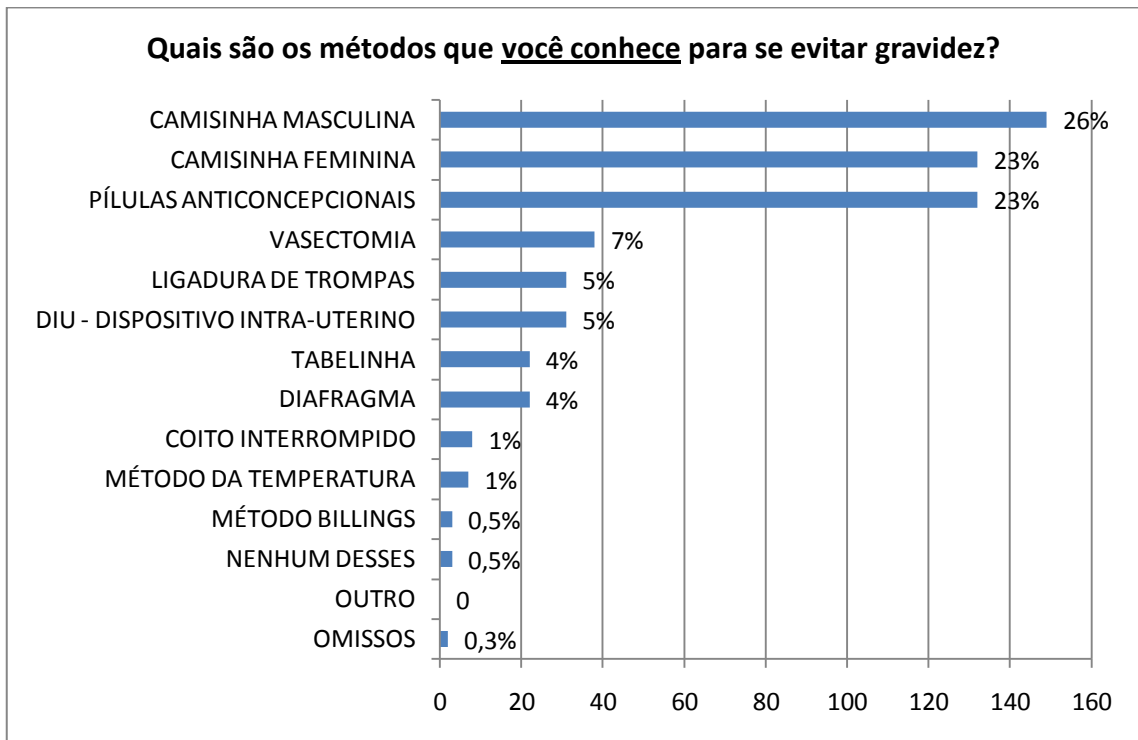
Ressalte-se que a palavra “pesquisas” não constava entre as opções, mas na opção intitulada “outro” um aluno a acrescentou como resposta.

Na questão seguinte, perguntou-se “você conhece alguém que engravidou precocemente, indesejadamente?”. Nas opções dadas para que assinalassem, 56% (ou 100 alunos) responderam “sim, no meu círculo de amizades”; 19% (ou 35 alunos) responderam “sim, na minha família”; 2% (ou 3 alunos) responderam “sim, eu mesmo engravidei uma mulher assim”; e 23% (ou 41 alunos) responderam “não conheço ninguém nessa situação”. Analisando, porém, as demais respostas dos questionários desses três alunos que responderam ter engravidado uma mulher precocemente, observou-se que um deles (Aluno 1) assinalou, em outras quatro questões, que não tem vida sexual ativa, fato que pode levar à conclusão de que não é verdadeira a resposta de que engravidou uma mulher, embora esse aluno tenha 15 anos de idade. Os outros dois alunos, por sua vez, têm 13 anos (Aluno 2) e 15 anos de idade (Aluno 3) e afirmaram, ao responder outra pergunta do questionário, ter iniciado sua vida sexual aos 10 e aos 9 anos, respectivamente.

Na questão que se seguiu, foi perguntado “você conhece alguém que tem ou já teve alguma DST (Doença Sexualmente Transmissível)?”. As respostas foram na sua maioria (75%) “não conheço ninguém nessa situação”; entretanto, 13% responderam “sim, no meu círculo de amizades” e 4% “sim, na minha família mesmo”. Entretanto, dos 7% (ou 12 alunos) que assinalaram a opção “outro” (e citaram vizinha, amigo, amiga da mãe, conhecido de vista e padrasto), 1 discente de 15 anos (Aluno 4) escreveu de próprio punho na linha ao lado dessa opção: “eu mesmo tive” e em outra pergunta do questionário, Aluno 4 afirmou ter iniciado sua vida sexual ativa aos 9 anos de idade.

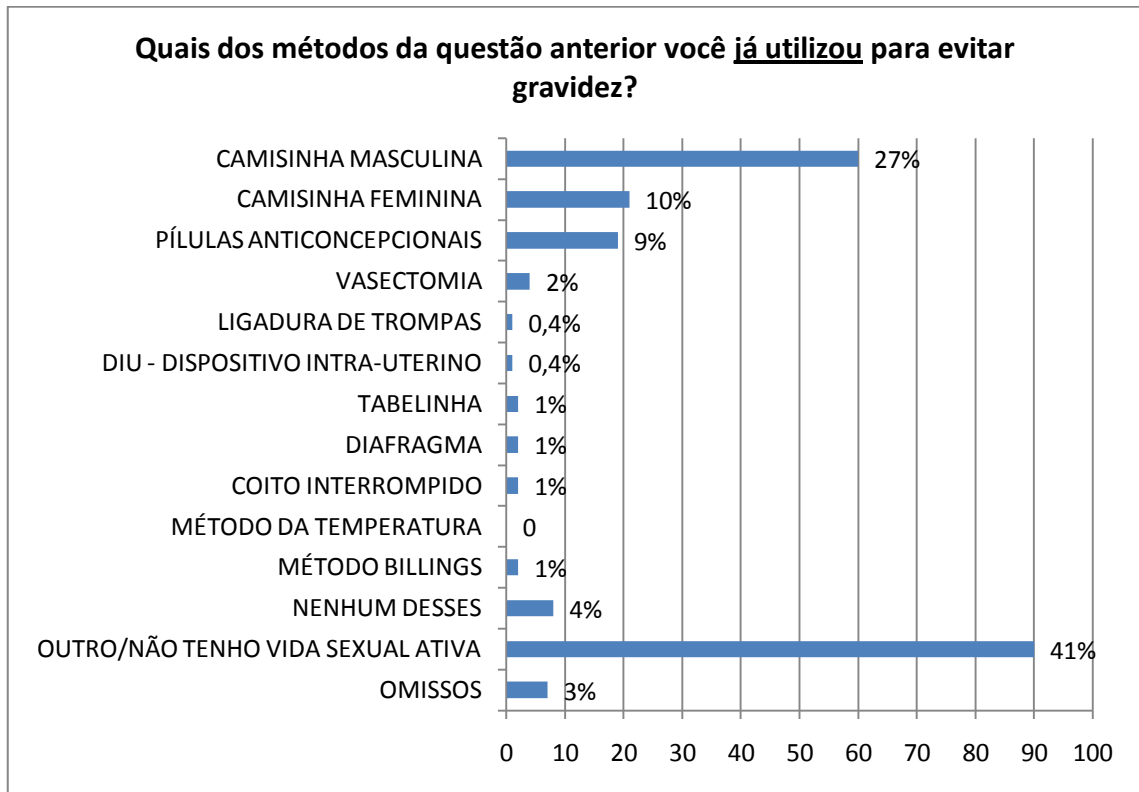
Na sequência, indagou-se dos discentes “você conhece alguém que já fez aborto por causa de gravidez indesejada?” e novamente a maioria (44%) respondeu “não conheço ninguém nessa situação”. Entretanto, 34% afirmaram “sim, no meu círculo de amizades” e 19% “sim, na minha família mesmo”. Esses números dão a perceber o quanto o aborto faz parte da realidade desses alunos, tanto no âmbito familiar quanto entre suas amizades. Ademais, um aluno assinalou a opção “outro” e acrescentou “minha vizinha”.

Em relação aos métodos contraceptivos foi perguntado “quais são os métodos que você conhece para se evitar gravidez? (pode marcar mais de uma opção)”. As respostas estão especificadas na Figura 4.

Figura 4 - Métodos conhecidos pelos alunos para se evitar gravidez – Escola A

Ao responderem à pergunta “em suas relações sexuais, com que frequência você utiliza métodos que evitem a gravidez”, 66% declararam não ter vida sexual ativa; ao passo que 21% marcaram a opção “sempre”; 4% “quase sempre”; 4% “raramente”; e 5% “nunca”. O que significa que dos 58 alunos que têm vida sexual ativa, 38% têm comportamento de risco em relação à gravidez (quase sempre, raramente e nunca). Considerando que os métodos que mais conhecem para evitar a gravidez são camisinha masculina (26%) e camisinha feminina (23%), esse comportamento também é de risco em relação às DST. Fato que pode ser evidenciado pelas respostas da questão subsequente, uma vez que, tendo sido perguntado sobre quais os métodos que conheciam para se evitar a gravidez, a pergunta a seguir buscava constatar quais os métodos que cada um já utilizou para evitar a gravidez. Para responder, cada aluno poderia marcar mais de uma opção. Das 219 respostas assinaladas, 90 foram na opção “outro” ao que acrescentaram não ter vida sexual ativa ainda. Para facilitar a leitura e compreensão, as respostas foram convertidas em gráfico, o qual está demonstrado na Figura 5:

Figura 5 - Métodos que os alunos já utilizaram para evitar gravidez – Escola A



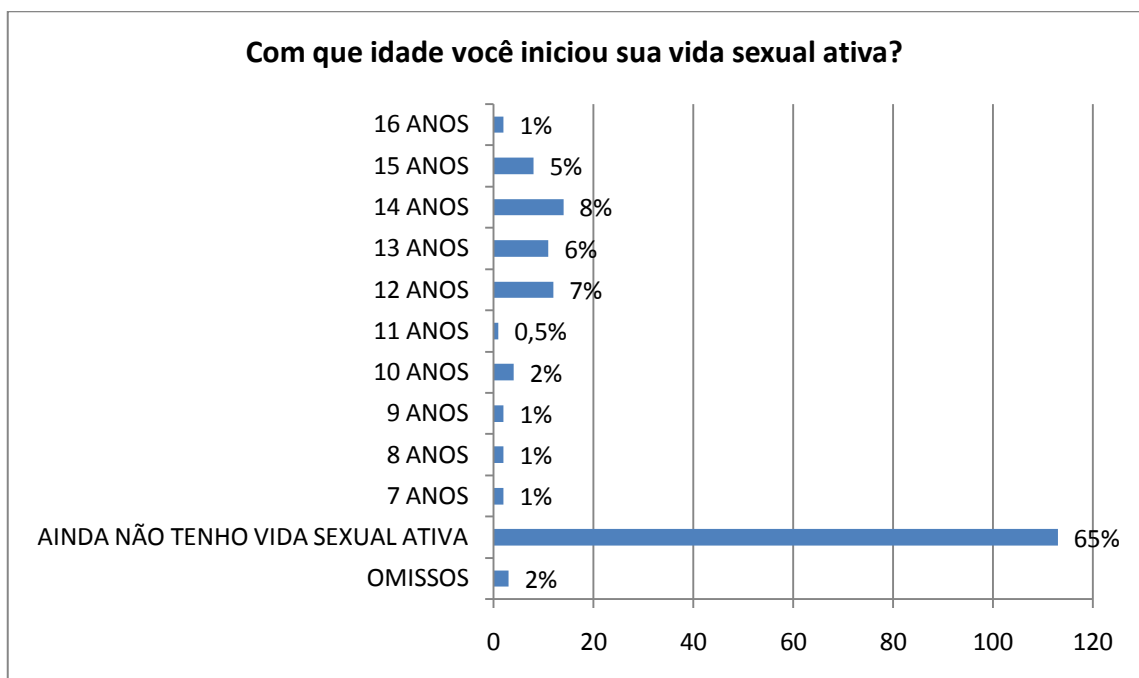
Ou seja, apenas 37% já utilizaram camisinha: masculina (27%) e feminina (10%), os quais são os dois métodos que, além de prevenirem gravidez, previnem também DST. Além disso, vale pontuar que “já utilizou” não é sinônimo de “utilizar sempre”. Registre-se ainda que, dos 4% que responderam “nenhum desses”, todos afirmaram ter vida sexual ativa.

Em relação ao uso de métodos que evitassem gravidez durante as primeiras relações sexuais, foi perguntado: “quando você teve suas primeiras relações sexuais, você utilizou algum método que evitasse gravidez?”. As respostas foram assinaladas nas opções disponíveis, conforme descrição a seguir: 39% responderam “sim” (dos quais 90% escreveram de próprio punho na linha ao lado dessa opção: “camisinha masculina” e 10% “pílulas anticoncepcionais”); 11% responderam “não, porque não deu tempo”; 8% responderam “não, porque não conhecia nenhum”; também 8% responderam “não, porque eu não quis”; 6% responderam “não, porque meu (minha) parceiro(a) não quis”; e 28% assinalaram a opção “prefiro não responder”. Mais uma vez observa-se que um elevado percentual de adolescentes e jovens tiveram comportamento de risco tanto em relação à

gravidez quanto em relação às DST durante suas primeiras relações sexuais. Pelo menos 33% afirmaram não ter usado nenhum método que evitasse gravidez, o que, por conseguinte, os deixou vulneráveis também às doenças sexualmente transmissíveis.

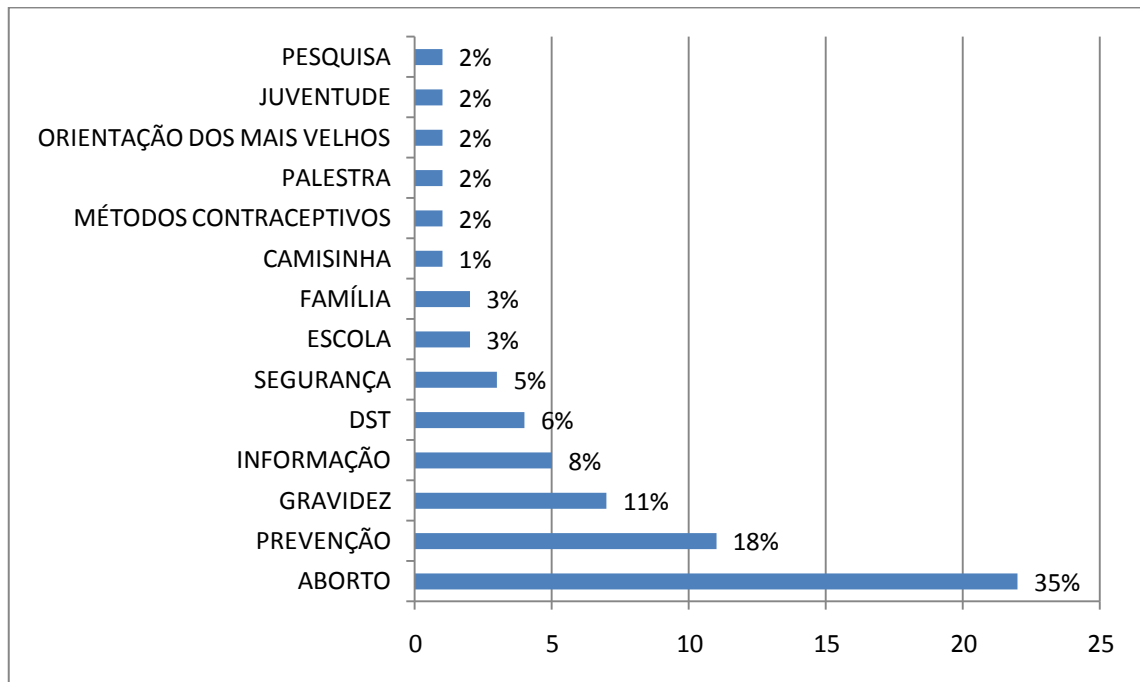
Para se ter um panorama geral das idades com que esses alunos iniciaram sua vida sexual ativa, a questão a seguir foi redigida nos seguintes termos: “com que idade você iniciou sua vida sexual ativa?”. As respostas estão descritas na figura 6.

Figura 6 - Idades com que os alunos iniciaram sua vida sexual – Escola A



Na sequência, questionou-se: “quando você iniciou sua vida sexual ativa, já conhecia os métodos para se evitar gravidez?”. As respostas, então foram marcadas segundo as opções, de modo que 34% responderam “sim”; 1% respondeu “não”; 2% marcaram a opção “não sei responder”; e 63% responderam “não tenho vida sexual ativa”.

Finalmente, foi aberto um espaço para que cada um escrevesse as considerações que julgasse importantes sobre a temática abordada no questionário. Para efeito de análise nesta pesquisa, de tudo que foi escrito nesse espaço, foram enumerados apenas os assuntos abordados individualmente, cujas frequências com que apareceram estão apresentadas na Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Assuntos das considerações finais dos alunos – Escola A

Nessa figura, pode-se observar pela pouca ocorrência (2%) do assunto “palestra” nas considerações finais dos alunos da Escola A, que de fato é limitada a eficácia desse tipo de ação na escola, pela falta de continuidade.

O fato de tantos alunos (35%) terem se reportado ao tema “aborto” nas considerações finais revela a proximidade que boa parte deles tem com esse assunto, o que ratifica a importância da orientação sexual no ambiente escolar.

4.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM GESTORES E DOCENTES – ESCOLA B

Com o objetivo de investigar como se dá a integração da orientação sexual ao currículo de Ciências da escola estudada, foram realizadas individualmente entrevistas com o professor que ministra essa disciplina na 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, com o professor bolsista que desenvolve as ações do PIBID nessa escola nas turmas de 7ª e 8ª séries, o qual é graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Roraima – UERR, bem como com o Gestor Escolar e com o Orientador que é Supervisor do PIBID na escola. Ressalte-se que nenhum deles teve acesso às respostas dos demais.

Quando perguntados sobre quais são as cinco palavras que primeiro vêm à sua mente quando ouvem a expressão “orientação sexual”, a palavra “educação” apareceu como primeira nas respostas de dois deles, enquanto as primeiras palavras dos demais foram “formação” e “cultura”, as quais assumem um caráter de sinonímia entre si e com a anterior, fato que revela o grau de prioridade e proximidade que, para todos eles (professores, gestor e orientador), a orientação sexual tem em relação aos processos educacionais, formativos e culturais de uma pessoa. Quase que complementando essa ideia, percebe-se a ocorrência da palavra “sexo” nas respostas de dois dos entrevistados, coincidentemente, os mesmos que também responderam “educação”. Nas respostas de três dos quatro entrevistados também apareceram intercaladamente as expressões “responsabilidade” e “saúde”, fato que remete à compreensão de que para esses profissionais, a responsabilidade da escola frente à orientação sexual pode refletir de maneira significativa na saúde dos educandos; ou ainda, analisando por outra perspectiva, adolescentes e jovens bem formados e devidamente orientados, poderão tomar decisões afetivo-sexuais de maneira responsável a fim de que sua saúde seja preservada.

Ainda em relação a essa pergunta, a expressão “políticas públicas” surge pela primeira vez (entre todas as entrevistas) exatamente nas respostas dos entrevistados que têm ligação direta com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, fato que, antes de ser mera coincidência, mostra a consciência que esses profissionais têm em relação à gênese e importância do Programa como ação concreta do poder público, cuja intenção é subsidiar a transformação da realidade escolar a partir da prática docente.

Também foram respondidas isoladamente as palavras “amor”, “desejo”, “escolha” e “futuro”, expressões que estão associadas tanto aos aspectos afetivos da vida, quanto à realidade da qual ninguém pode se esquivar. Assim, percebe-se que, de uma maneira geral, para os entrevistados, a orientação sexual pode levar os alunos a, de certa forma, decidir o futuro que querem ter, decisão essa que depende das escolhas que fazem.

Em relação à origem dos conhecimentos que têm sobre orientação sexual, a universidade e os livros foram fonte dessa formação para os entrevistados que trabalham diretamente com o PIBID nessa unidade escolar, o que é natural, uma vez que esse programa é institucionalizado pela Universidade Estadual de Roraima – UERR, mediante celebração de convênios específicos com a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, assim, ao elaborar os projetos que comporão o programa, a universidade se compromete em capacitar os profissionais que acompanharão sua execução nas escolas, a saber, os graduandos (que executarão diretamente com os alunos as ações previstas: oficinas, seminários, dinâmicas, aulas etc.), os docentes da escola (que supervisionarão os trabalhos dos acadêmicos na unidade educacional) e os docentes da Instituição pública de Ensino Superior – IES (que coordenarão o programa e os projetos que o compõem em nível de IES).

Respostas como “família”, “amigos” e “meios de comunicação” elucidam um tanto de superficialidade nos conhecimentos relativos à orientação sexual por parte dos outros dois entrevistados.

Sobre isso, Leão (2009, p. 102) comentando Sayão, escreve que:

Sendo assim, é essencial para a preparação do profissional da educação sua formação em assuntos afins à temática em questão (SAYÃO, Y. 1997). Para isso a autora explica que ele deverá entrar em contato com as questões teóricas, com leituras e discussões sobre as temáticas específicas, pois não é aceitável um tema de tamanha importância ser inserido nos conteúdos escolares pautando-se pelo espontaneísmo.

Professores e Gestores reconhecem, entretanto, que necessitam de maior e melhor formação sobre a temática da orientação sexual. Fato que é confirmado pelas respostas dos quatro sujeitos quando da pergunta em relação a considerarem suficientes ou não os conhecimentos que já têm sobre orientação sexual: “*não*”, disseram. Ao que se seguiu com outra indagação: “por quê?”. Então, as respostas foram, embora distintas, deveras semelhantes. Docente 3: “*Estudar só aumenta nossa autoconfiança, principalmente em relação a esse tema*”. Docente 4: “*O conhecimento que já tenho não exclui outras possibilidades de aprofundamento*”. Gestor 3: “*Conhecimento nunca é demais*”. Gestor 4: “*A aprendizagem é dinâmica... não para*”.

Em relação às estratégias didáticas voltadas à orientação sexual que são desenvolvidas na escola, gestores e docentes foram unânimes em responder que é unicamente através do PIBID que esse trabalho é desenvolvido formalmente.

Assim, ao serem questionadas sobre como a escola integra a orientação sexual ao currículo de Ciências, os gestores responderam que essa articulação acontece exatamente com as oficinas que os bolsistas do PIBID desenvolvem em

sala de aula com os alunos durante as aulas de Ciências. Os docentes pontuaram em suas respostas que é possível trabalhar a orientação sexual nas diversas disciplinas através de textos, pesquisas, debates, mas reconheceram que isso não ocorre de maneira sistematizada. Citaram também, como resposta a essa mesma indagação, as oficinas, cujos temas constam no Guia de Formação, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (ver Quadro 1, página 28).

Além disso, ainda em relação a essa pergunta, Docente 4 acrescentou que os temas das oficinas desenvolvidas pelo PIBID nas turmas de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental despertam os alunos para que indaguem também de outros professores, de outras disciplinas e em outras aulas, que não somente as destinadas ao desenvolvimento do programa, sobre suas dúvidas e inquietações pertinentes à orientação sexual, até porque os momentos de execução do programa são apenas em duas aulas por semana em cada turma, enquanto que as demais aulas, dos demais professores acontecem ao longo de toda a semana letiva.

Quando indagada se outros professores desenvolvem alguma ação voltada à orientação sexual em suas disciplinas, independentemente do PIBID, o Gestor 3 respondeu:

“Só a professora de Geografia... e a de Português também; de vez em quando elas fazem alguma atividade nesse sentido, até porque os alunos perguntam muito para elas, principalmente por causa do PIBID... acho que eles sentem mais confiança nelas duas do que nos outros”.

Essa declaração ratifica o que Maistro (2006) defende ao apontar os professores como agentes em quem os alunos confiam para as questões de sexualidade, devido ao fato dos adolescentes e jovens conviverem com eles no cotidiano da escola, não com outros profissionais que a visitam esporadicamente para realizarem trabalhos pontuais de orientação sexual.

Quando perguntados sobre qual a opinião que têm em relação à importância da orientação sexual na escola, as respostas foram:

Gestor 4:

“Acho de extrema importância, porque através desse trabalho nós promovemos o respeito aos direitos dos portadores de HIV, promovemos também

atitudes solidárias de inclusão dessas pessoas, bem como diminuir índices de gravidez na escola”.

Docente 3:

“É importante porque assim eles aprendem que têm que se prevenir, até porque hoje a sexualidade está vindo muito cedo na vida deles, as relações sexuais são cada vez mais cedo, também há muita gravidez na adolescência e eles precisam adquirir conhecimento sobre sua sexualidade”.

Docente 4:

“A importância que eu vejo está exatamente na preparação que a escola pode dar aos alunos para o futuro, para uma formação não só intelectual como também moral. A escola, fazendo o seu trabalho, garante um futuro profissional; mas, quando ela e todos nós professores assumimos a responsabilidade de trabalhar também orientação sexual com os alunos, estamos pensando no futuro social e familiar deles, que eles poderão vir a ter com mais responsabilidade e felicidade”.

Essas respostas refletem uma correspondência com as Diretrizes para Implementação do SPE (BRASIL, 2008-a, p. 15), segundo as quais:

Ao sistema educacional, inserido no processo de transformação da realidade econômica, política, histórico-cultural, corresponde, portanto, uma parcela significativa de responsabilidade na formação integral de sujeitos de direitos. Trata-se de um espaço institucional privilegiado para a convivência social e o estabelecimento de relações intersubjetivas favoráveis à promoção da saúde e à construção de resposta social aos desafios colocados para a sociedade.

Também foi indagado aos entrevistados se conheciam as políticas públicas voltadas para o ensino sobre orientação sexual na escola. Os quatro foram unânimes em afirmar que só conheciam o PIBID como política pública destinada a essa temática.

Na sequência, também foram unânimes em afirmar que esse programa, enquanto política pública voltada à orientação sexual no ambiente escolar, atende às expectativas da escola. Os porquês estão apresentados a seguir:

Gestor 3:

“Porque a escola sozinha não estaria suficientemente prepara para assumir uma responsabilidade assim de preparar essas aulas temáticas e oficinas, mas com a iniciativa do PIBID é bem melhor, até porque eles já têm toda uma preparação para isso”.

Gestor 4:

“Porque esse trabalho é feito por pessoas bem preparadas”.

Docente 3:

“Porque os alunos gostam, as oficinas são bem dinâmicas, eles realmente aprendem sobre sexualidade, DST, gravidez, e são esses resultados que se espera mesmo”.

Docente 4:

“Porque essa aproximação entre a universidade e a escola é muito positiva e os frutos desse trabalho vão aparecer mais cedo ou mais tarde, e frutos bons, eu acredito”.

Nota-se que a expressão “pessoas bem preparadas”, na fala do Gestor 4, traz novamente à tona a preocupação com a formação dos agentes da orientação sexual, fato que, na opinião daquele gestor, está diretamente atrelado ao sucesso do trabalho, ao alcance dos objetivos, ao atendimento das expectativas não somente da escola em relação à orientação sexual, mas também dos próprios alunos.

Ainda, quando questionados se já leram os PCN sobre orientação sexual como tema transversal, as respostas de três deles foram afirmativas, porém com ressalvas do tipo *“apenas parcialmente”*, *“não todo”*, ou ainda *“li, mas não me lembro de tudo não”*. Registrem-se aqui as observações do entrevistador, que não sentiu segurança nessas três afirmações, entretanto, percebeu a firmeza com que respondera Docente 4: *“sim, já li e até já fiz trabalhos acadêmicos a respeito dos PCN, até porque eles são muito úteis a nós que trabalhamos com o PIBID”*.

O final da resposta justifica a segurança na afirmação.

Foi perguntado aos docentes se, na opinião deles, a gestão escolar está comprometida com a orientação sexual na escola. As respostas foram semelhantes

e se reportaram ao apoio que a gestão escolar dá ao PIBID na escola. Esse apoio, exemplificaram os docentes, é no sentido de permitir que o projeto seja desenvolvido na escola, de estimular os demais professores a, quando necessário, cederem seus horários de aula para os bolsistas desenvolverem as atividades com os alunos e de marcar reuniões com os pais de alunos na unidade educacional, quando solicitada pelos responsáveis pelo programa.

Finalmente, no que diz respeito à aceitação dos pais ao trabalho de orientação sexual sistematizada, desenvolvido na escola pelo PIBID, os gestores responderam que alguns pais não aceitam que seus filhos participem das atividades do programa. Não souberam precisar, todavia, quantos pais têm essa atitude, apenas ressaltaram que são poucos. Essa informação foi confirmada pelos docentes, os quais acrescentaram que, por isso, durante as atividades do PIBID, esses alunos cujos pais não autorizaram sua participação, são conduzidos à biblioteca ou à sala de leitura para desenvolverem atividades distintas, orientadas por professores desses ambientes educacionais, a fim de não ficarem ociosos. Questionados sobre quantos alunos tinham pais que não permitiam sua participação nas atividades do PIBID, os docentes responderam que de todas as turmas de 7ª e 8ª séries eram somente dois alunos e que em turmas de 5ª e 6ª séries seriam mais, entretanto, não passavam de dez discentes ao todo.

Ao término de cada entrevista, foi aberto espaço para que cada pessoa deixasse suas considerações finais em relação ao tema da entrevista. Foram enumerados, então, apenas os assuntos abordados individualmente nessa fala final, os quais estão apresentados a seguir:

- Gestor 3: Falta de orientação sexual na família.
- Gestor 4: Saúde e prevenção; políticas e ações; qualidade de vida; cidadania.
- Docente 3: Desejo de que o PIBID continue além dos dois anos estabelecidos por lei; homossexualidade e não aceitação da família.
- Docente 4: Ampliação do PIBID a mais escolas.

4.4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS ALUNOS – ESCOLA B

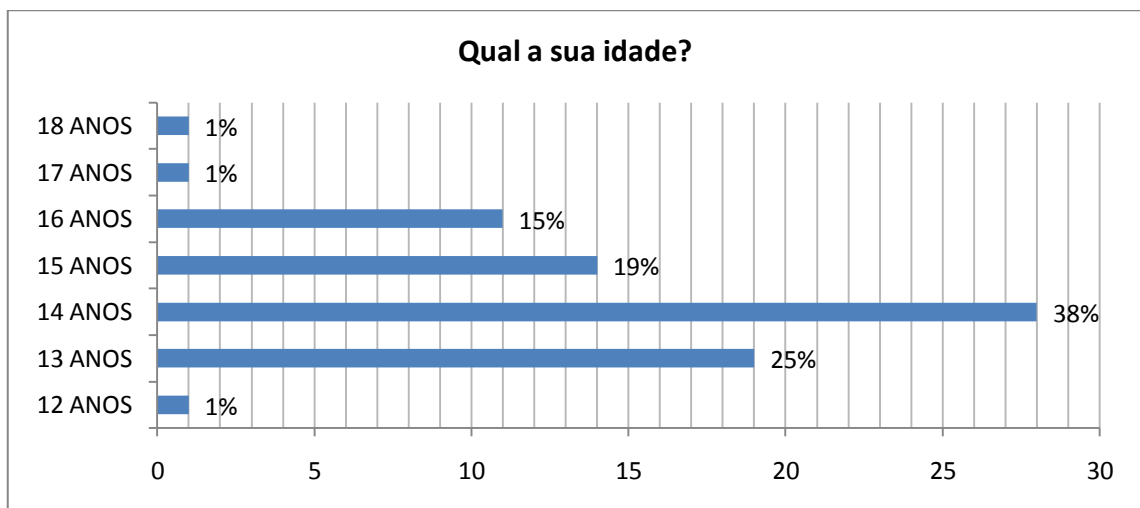
Com o objetivo de investigar as percepções dos estudantes em relação às

ações sobre orientação sexual no ambiente escolar e a realidade vivenciada por eles, foram aplicados questionários em todas as turmas de 7ª e 8ª séries desta escola, perfazendo um total de 122 questionários distribuídos, dos quais 75 retornaram respondidos.

As respostas dos alunos foram tabuladas e algumas foram transformadas em gráficos para facilitar a leitura, compreensão e interpretação.

Do total de sujeitos analisados nesta escola, 33 (ou 44%) são do sexo masculino e 42 (ou 56%) são do sexo feminino, com idades de 12 a 18 anos, conforme indica a figura 8:

Figura 8 - Idade dos alunos – Escola B



Para a pergunta sobre o estado civil dos alunos, apareceram 64 respostas (ou 85%) “solteiro/a”; 2 respostas (ou 3%) “divorciado/a”; e 9 respostas (ou 12%) “outro/a”. Nessa última situação, acredita-se tratar de adolescentes e jovens que vivem maritalmente com outra pessoa.

Na questão aberta em que se perguntou “quais são as 5 palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve o termo ‘orientação sexual’?” foram respondidas 253 palavras diferentes, as quais foram agrupadas de acordo com a frequência em que apareceram e com a afinidade de significado, conforme a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2

Palavras mais citadas pelos alunos como respostas à pergunta: “quais as cinco primeiras palavras que vêm à sua mente quando você ouve a expressão ‘orientação sexual?’” – Escola B

GRUPOS	PALAVRAS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
1	PREVENÇÃO	14	22%
	CUIDADO	7	
	CAMISINHA	24	
	PROTEÇÃO	6	
	SEGURANÇA	5	
	SUBTOTAL	56	
2	DST	31	20%
	AIDS	12	
	SAÚDE	2	
	HIV	5	
	SUBTOTAL	50	
3	SEXO	32	15%
	PRAZER	2	
	RELAÇÃO	1	
	SENSUALIDADE	1	
	DESEJO	1	
	SUBTOTAL	37	
4	PIBID	12	14%
	EDUCAÇÃO	6	
	APRENDIZAGEM	6	
	ESCOLA	2	
	AULA	1	
	CAMPANHAS	2	
	APOIO	2	
	DISCIPLINA	2	
	AJUDA	2	
	GÊNERO	1	
	SUBTOTAL	36	
5	GRAVIDEZ	21	11%
	FILHOS	1	
	ABORTO	1	
	MÉTODOS CONTRACEPTIVOS	4	
	SUBTOTAL	27	
6	AMOR	2	5%
	RESPEITO	4	
	SEXUALIDADE	1	
	NAMORO	1	
	VIRGINDADE	3	
	PAIXÃO	1	
	TESÃO	1	
	SUBTOTAL	13	
7	CORPO HUMANO	1	5%
	PÊNIS	3	
	VAGINA	3	
	ÓRGÃOS GENITAIS	3	
	PUBERDADE	2	
	SUBTOTAL	12	
8	FAMÍLIA	3	4%
	PAIS	2	
	AMIGOS	1	
	JUÍZO	2	

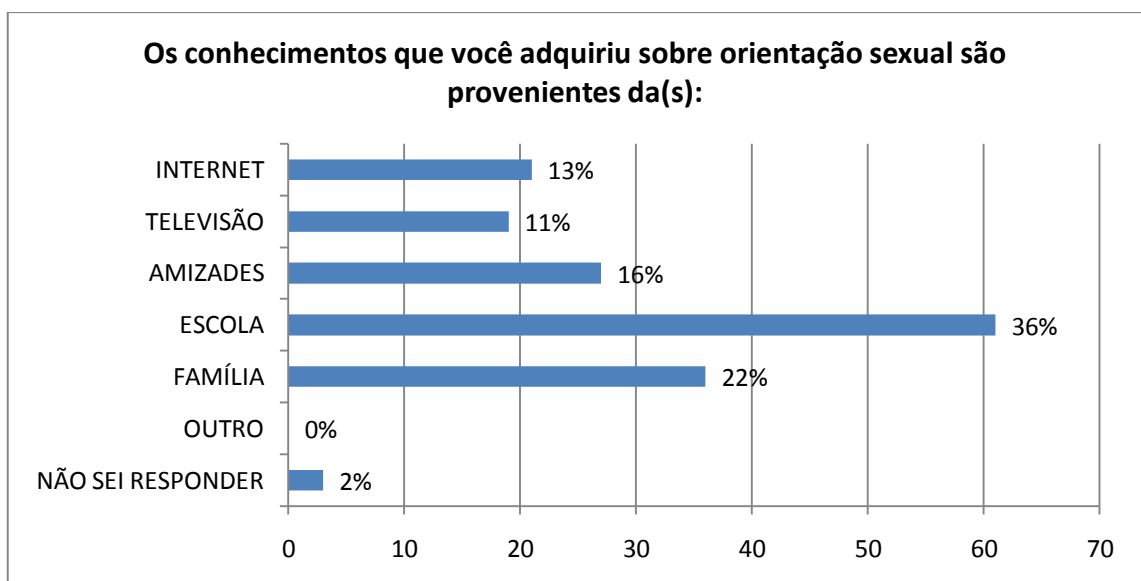
	CONSCIÊNCIA	3	
	SUBTOTAL	11	
9	ESTUPRO	1	2%
	PEDOFILIA	1	
	ABUSO SEXUAL	2	
	MEDO	1	
	SACANAGEM	1	
	SUBTOTAL	6	
10	HOMOSSEXUALIDADE	2	2%
	TRAVESTI	1	
	DISCRIMINAÇÃO	1	
	PRECONCEITO	1	
	SUBTOTAL	5	
TOTAL GERAL		253	100%

Observação: Os percentuais apresentados são referentes às citações.

Na questão cujo enunciado dizia “você reconhece que já teve algum tipo de orientação sexual?” 68% (ou 51 alunos) assinalaram a opção “sim”; 12% (ou 9 alunos) assinalaram a opção “não”; 16% (ou 12 alunos) assinalaram a opção “não sei responder”; e 4% (ou 3 alunos) não assinalaram nenhuma das opções.

Na pergunta “os conhecimentos que você adquiriu sobre orientação sexual são provenientes da(s)” havia uma observação para que assinalassem quantas opções fossem necessárias. Nas palavras que estavam disponíveis como opções houve 167 marcações e as ocorrências foram tabuladas conforme o gráfico da Figura 9, a seguir:

Figura 9 - Origem dos conhecimentos dos alunos sobre orientação sexual – Escola B



No tocante ao reconhecimento se a escola em que estuda oferece orientação sexual, 81% responderam que sim; 7% que não; 8% assinalaram a opção “não sei responder”; e 4% não assinalaram nenhuma das opções. Mas quando a pergunta aos alunos é relativa aos professores, se eles trabalham orientação sexual em sala de aula, as respostas foram 34% “sim”; 15% “não”; 47% “apenas alguns”; e 4% “não sei responder”. Nessa mesma questão, foi pedido aos discentes que, em caso afirmativo, respondessem abertamente como acontece esse trabalho. Então, dos 33 alunos que complementaram sua resposta, 28% o fizeram com a palavra “conversas”; 18% com a palavra “aulas”; 18% com a palavra “PIBID”; 18% com a palavra “palestras”. Houve também a presença de expressões como “conteúdo de Ciências” (9%); “professora de Geografia” (6%) e “oficinas” (3%).

Em relação à percepção que os alunos têm sobre a gestão estar comprometida com a orientação sexual escolar, o questionário trazia a seguinte indagação: “você considera que a gestão escolar está comprometida com a orientação sexual na escola?”. Como respostas, 57% assinalaram a opção “sim”; 12% assinalaram “não”; e 31% assinalaram “não sei responder”. Ressalte-se que metade dos alunos que responderam afirmativamente acrescentou livremente seus porquês, dentre os quais, 31% relacionaram de alguma maneira o apoio que a gestão dá ao PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência; 26% responderam associando o apoio da gestão aos professores; outros 26% disseram que a gestão está comprometida com a orientação sexual escolar porque isso é sua obrigação; 4% associaram o compromisso da gestão com planejamento; outros 4% disseram “por gostar”. Entretanto, 2 alunos que assinalaram “não” em relação à pergunta inicial justificaram sua opinião escrevendo “ela não sabe desse assunto”.

Ao se depararem com a pergunta “você considera importante que haja orientação sexual na escola?”, 93% responderam afirmativamente; 4% responderam negativamente; e 3% não responderam nada. Os que responderam afirmativamente justificaram com palavras e expressões relacionadas a “aprendizagem” (19%); “DST” (19%); “gravidez” (16%); “futuro” (15%); “informação” (12%); “consciência” (6%); além de “porque os pais não falam” e “porque muitos não sabem”.

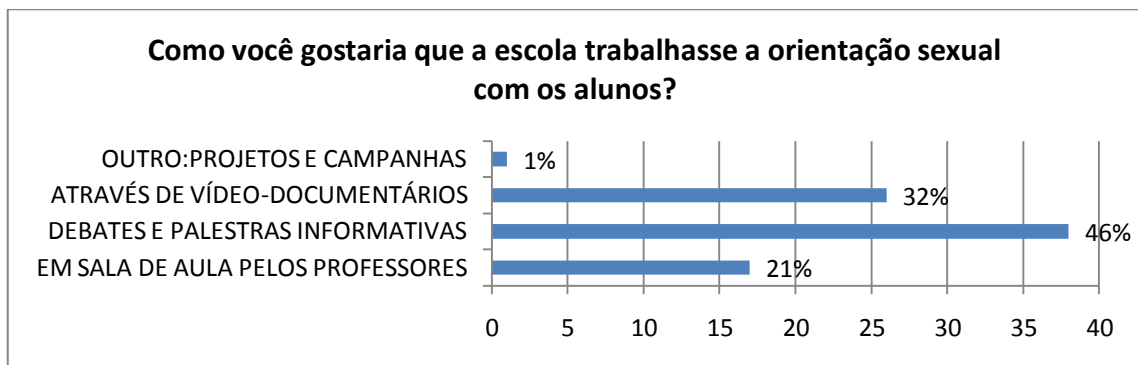
A resposta de Aluno 5 a essa questão chamou a atenção: “só acho que deveria orientar mais cedo”. Assim, ao se verificarem as demais repostas desse aluno, foi possível constatar que se tratava de um jovem de 15 anos, que iniciara sua vida sexual aos 13 e que agora estava com uma DST (diga-se: o próprio aluno

escreveu essa revelação em resposta a outro item do questionário). Não é difícil perceber o tom quase que apelativo desse discente para que haja orientação sexual mais cedo nas escolas. Como que afirmando que não estaria com essa doença sexualmente transmissível hoje se tivesse orientação sexual mais cedo na sua vida escolar. São expressões como essa que revelam a necessidade de sistematização e concretização da orientação sexual no ambiente escolar.

Ademais, os 4% que responderam negativamente acrescentaram seus porquês, dos quais Aluno 6 o relacionou à família, no sentido de que somente ela deve fazer esse tipo de orientação; Aluno 7 defendeu que “isso é coisa que se aprende sozinho”; e Aluno 8 escreveu simplesmente “não é necessário”.

Ao serem indagados sobre como gostariam que a escola trabalhasse a orientação sexual como os alunos, eles responderam conforme está demonstrado na figura 10, a seguir:

Figura 10 - Opinião dos alunos sobre como a escola deveria trabalhar a orientação sexual – Escola B



Destaque-se que as palavras “projetos” e “campanhas” não constavam entre as opções disponíveis para marcação, mesmo assim um aluno assinalou a opção “outro” e acrescentou essas sugestões.

No quesito seguinte foi perguntado “você conhece alguém que engravidou precocemente, indesejadamente?”. Através das opções dadas para que escolhessem suas respostas, 47% (ou 35 alunos) responderam “não conheço ninguém nessa situação”; 36% (ou 27 alunos) responderam “sim, no meu círculo de amizades”; 13% (ou 10 alunos) responderam “sim, na minha família”; 3% (ou 2 alunos) responderam “sim, eu mesmo já engraidei uma mulher assim”; e 1% (ou 1 aluna) respondeu “sim, eu mesma fiquei grávida assim”. Analisando as demais

respostas no questionário dos discentes (Aluno 9 e Aluno 10) que responderam ter engravidado uma mulher de maneira indesejada, observou-se que ambos têm 14 anos. Aluno 9 iniciou sua vida sexual com 13 anos, enquanto Aluno 10, com apenas 11 anos de idade.

Além disso, embora Aluno 9 afirme, através de suas respostas às outras questões, que quando iniciou sua vida sexual já conhecia os métodos para se evitar a gravidez e que o único método que conhece é a camisinha e, ainda, na questão relativa à frequência com que utiliza métodos que evitem gravidez tenha assinalado a opção “sempre”, percebe-se uma contradição na questão que indaga sobre quais dos métodos já utilizou, pois aí ele assinalou a opção “nenhum desses”. Essa contradição torna duvidosas algumas das respostas de Aluno 9.

Já em relação ao questionário de Aluno 10 é perceptível a veracidade das respostas pela coerência com que são apresentadas. Ele respondeu que “nunca” utiliza métodos que evitem a gravidez, embora já tenha utilizado o método “coito interrompido”. Afirma ainda que, durante suas primeiras relações sexuais, não utilizou nenhum método que evitasse gravidez porque não quis. Assim, é bem provável que realmente o Aluno 10 tenha engravidado uma mulher precocemente. Somem-se a esse fato o comportamento de risco que esse aluno tem em relação às DST.

E ainda, observando o conjunto das respostas da aluna que assumiu ter engravidado em condições indesejadas, para efeito de análise neste estudo e conforme a convenção adotada para guardar a identidade dos sujeitos da pesquisa, essa discente será denominada “Aluno 11”, independentemente de gênero. Aluno 11 tem 16 anos e iniciou sua vida sexual aos 15 anos de idade e, embora afirme conhecer diversos métodos que evitem a gravidez (como por exemplo, DIU, pílulas e camisinha), reconhece que não os utiliza sempre, pois nesse quesito assinalou a opção “quase sempre”. Pela coerência das informações registradas no questionário, acredita-se que sejam verdadeiras suas respostas e que, de fato, Aluno 11 tenha engravidado precocemente.

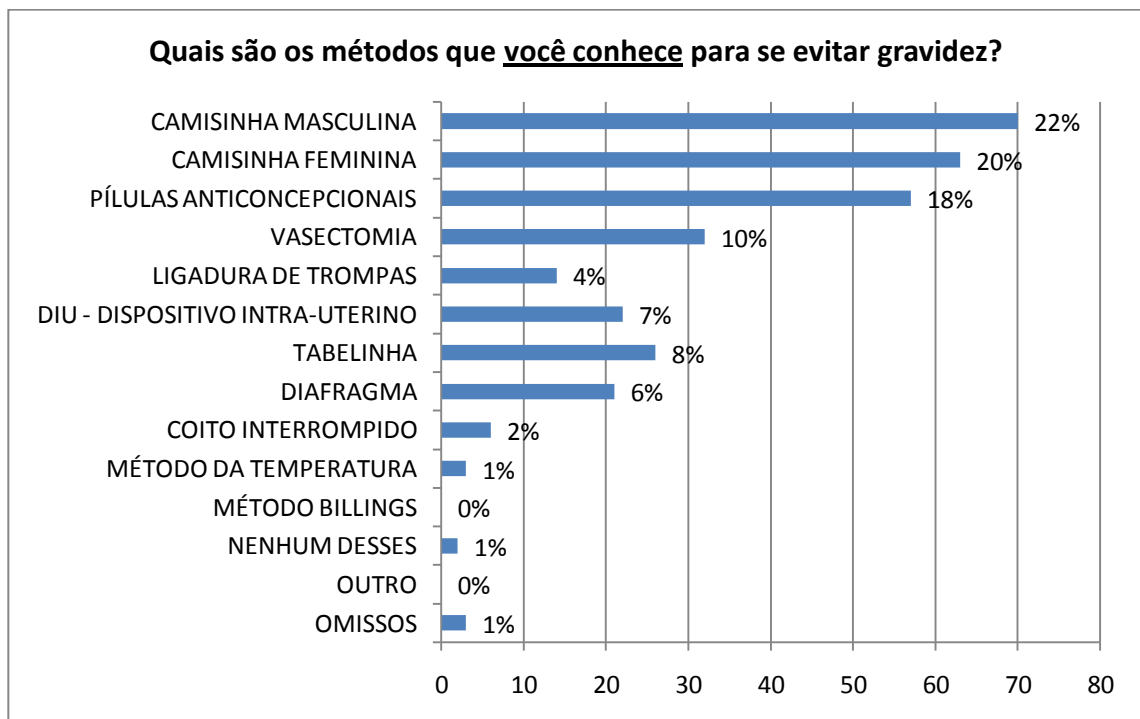
Na questão que se seguiu, a redação era “você conhece alguém que tem ou já teve alguma DST (Doença Sexualmente Transmissível)?”. As respostas foram majoritariamente (73%) “não conheço ninguém nessa situação”; contudo, 12% responderam “sim, no meu círculo de amizades” e 10% “sim, na minha família

mesmo”. A sinceridade, porém, de Aluno 5 está aqui escancarada: assinalou a opção “outro” e acrescentou “sim, eu tenho”.

A pergunta seguinte trazia como enunciado “você conhece alguém que já fez aborto por causa de gravidez indesejada?”. Embora a maioria (66%) tenha respondido “não conheço ninguém nessa situação”, as respostas de “sim, no meu círculo de amizades” foram de 22% e, ainda, as respostas de “sim, na minha família mesmo” somaram 11%. Apenas um aluno assinalou a opção “outro” e escreveu ao lado “uma vizinha” e outro aluno não assinalou nenhuma das opções. Mais uma vez é possível constatar o quanto o aborto faz parte da realidade de uma porção significativa desses adolescentes e jovens.

Em relação ao conhecimento que têm sobre os métodos contraceptivos, foi perguntado “quais são os métodos que você conhece para se evitar gravidez? (pode marcar mais de uma opção)”. As respostas dos alunos da Escola B estão demonstradas no gráfico da Figura 11, a seguir:

Figura 11 - Métodos conhecidos pelos alunos para evitar gravidez – Escola B

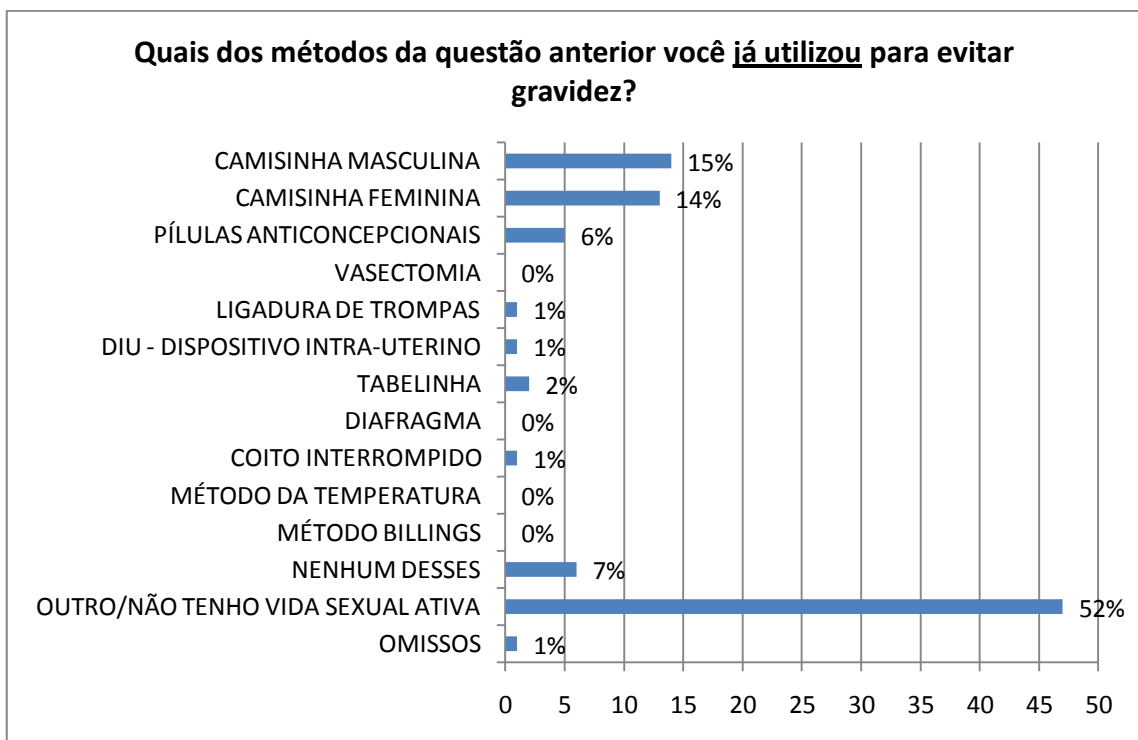


Nas respostas observadas no gráfico anterior, está expresso o reconhecimento por parte dos discentes de que as oficinas e aulas temáticas do PIBID na Escola B são realmente capazes de lhes proporcionar conhecimento

teórico a respeito dos métodos contraceptivos, embora nem sempre o utilizem de maneira prática em suas relações sexuais.

Nas respostas à pergunta subsequente: “em suas relações sexuais, com que frequência você utiliza métodos que evitem a gravidez”, 67% declararam não ter vida sexual ativa; em contrapartida, 22% responderam “sempre”; 4% “quase sempre”; e 7% “nunca”. Isso significa que dos 24 alunos que têm vida sexual ativa 33% mantêm comportamento de risco em relação à gravidez; são os que responderam “quase sempre” e “nunca”. Considerando que os métodos que mais conhecem para se evitar a gravidez são a camisinha masculina (22%) e a camisinha feminina (20%), tem-se que esse comportamento também é de risco em relação às DST, uma vez que esses dois métodos são os únicos que também previnem das DST. Conclusões essas que podem ser confirmadas pelas respostas da questão que se seguiu, a qual buscava saber quais os métodos que cada um já utilizou para evitar a gravidez. Também nesse quesito estava expresso que cada um poderia marcar mais de uma opção. Das 90 respostas assinaladas, 47 foram na opção “outro”, à qual cada um acrescentou expressões que se referiam ao fato de não ter ainda vida sexual ativa. Para facilitar a leitura e compreensão, os dados dessas respostas foram tabulados e convertidos em um gráfico, conforme ilustra a figura 12:

Figura 12 - Métodos já utilizados pelos alunos para evitar gravidez – Escola B

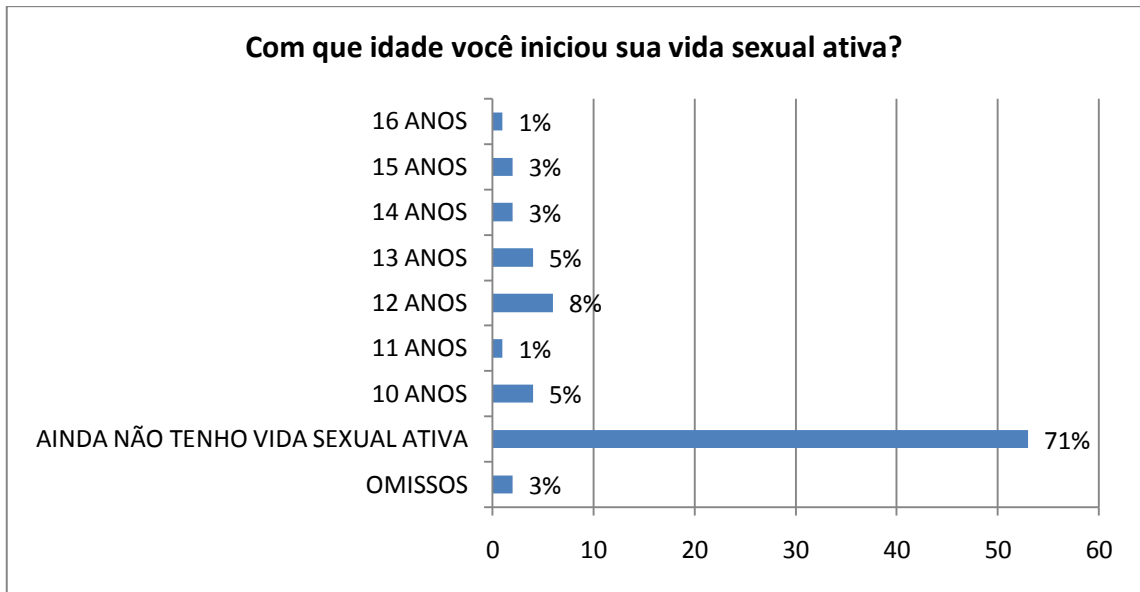


Pelo gráfico anterior, percebe-se que o percentual de alunos que já utilizou preservativo é extremamente reduzido, 29%, sendo 15% para camisinha masculina e 14% para camisinha feminina. Ademais, o alto índice (7%) de alunos que declararam não ter utilizado nenhum desses métodos. Ratifica-se, portanto, o comportamento de risco que esses alunos têm tanto em relação à gravidez precoce quanto em relação às DST.

O fato de ter aparecido uma marcação na opção “ligadura de trompas” chamou a atenção do pesquisador durante a análise dos questionários. A constatação, entretanto, de se tratar de uma aluna de 15 anos de idade torna pouco provável a veracidade dessa informação, uma vez que a cirurgia de ligadura de trompas está regulamentada no Brasil pela Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, segundo a qual esse procedimento só pode ser feito em mulheres com mais de 25 anos ou com mais de dois filhos.

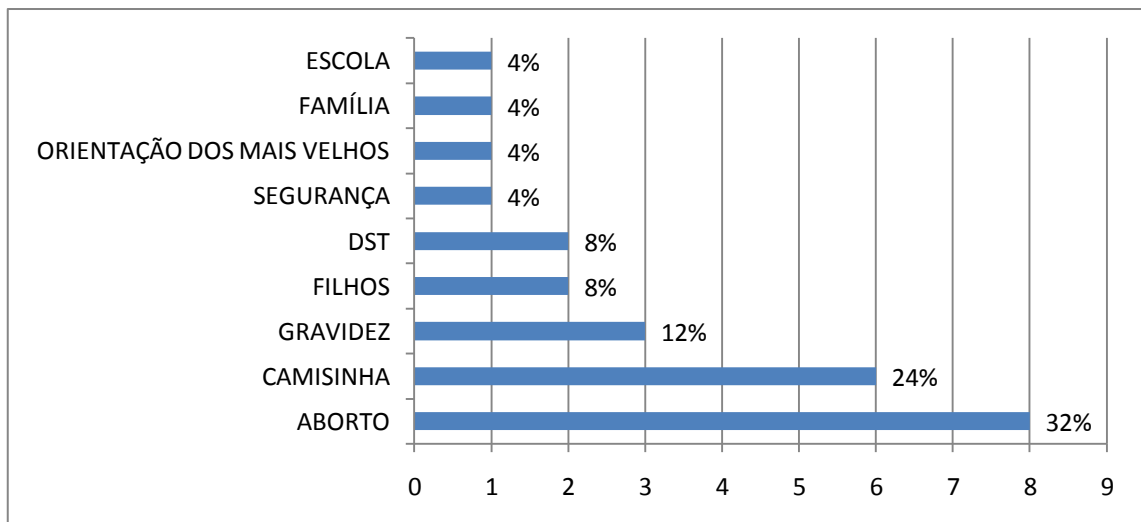
Para se conhecer o nível de consciência acerca da importância de prevenção que cada aluno tinha quando iniciou sua vida sexualmente ativa, foi perguntado “quando você teve suas primeiras relações sexuais, você utilizou algum método que evitasse gravidez?”. Nas opções apresentadas como respostas, cada um assinalou e o resultado foi o seguinte: 41% responderam “sim” (dos quais 80% escreveram ao lado dessa opção “camisinha masculina” e 20% “pílulas anticoncepcionais”), entretanto, 27% responderam “não, porque não deu tempo”; 9% responderam “não, porque não conhecia nenhum”; outros 9% responderam “não, porque eu não quis”; e 14% assinalaram a opção “prefiro não responder”. Os que responderam de alguma forma “não” somam 45%. Desse modo, uma vez mais é constatada a vulnerabilidade a que estiveram expostos tantos adolescentes e jovens durante seu início de vida sexualmente ativa, o que só reforça o apelo de Aluno 5 para que a orientação sexual inicie cada vez mais cedo na escola.

Para se conhecer com que idade cada um iniciou sua vida sexual, também foi formulada uma questão nesse sentido. As respostas estão demonstradas na Figura 13, a seguir:

Figura 13 - Idades com que os alunos iniciaram sua vida sexual – Escola B

Em seguida, questionou-se: “quando você iniciou sua vida sexual ativa, já conhecia os métodos para se evitar gravidez?”. As respostas foram: 25% “sim”; 5% “não”; 3% “não sei responder”; e 65% “não tenho vida sexual ativa”.

Por fim, da mesma forma que na Escola A, foi aberto também um espaço para que cada um escrevesse livremente as considerações que julgasse importantes a respeito da temática abordada no questionário. Também aqui foram elencados apenas os assuntos trazidos individualmente, cujas ocorrências estão expressas em percentual no gráfico da Figura 14, a seguir:

Figura 14 - Assuntos das considerações finais dos alunos – Escola B

A ausência do assunto “palestra” nas considerações finais dos alunos da Escola B (conforme a figura 14, anterior) corrobora com o que Maistro (2006) escreve acerca da presença de palestrantes alheios ao cotidiano dos alunos, os quais são convidados para trabalharem a temática da sexualidade na escola. Segundo a autora, o êxito desses momentos pontuais, descontínuos e não originários de um processo se dilui com o tempo exatamente pela falta de proximidade e conhecimento da realidade da instituição por parte desses convidados.

Também na Escola B, o fato de 32% dos alunos terem se referido ao tema “aborto” em suas considerações finais revela a presença um tanto significativa que esse assunto tem na vida de boa parte deles.

4.5 DISCUTINDO SOBRE O OLHAR DOS SUJEITOS DA PESQUISA:

ORIENTAÇÃO SEXUAL EM AÇÃO A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A interpretação que confere à investigação a característica qualitativa foi organizada em torno de três categorias a partir das quais foram analisados os conteúdos das entrevistas com gestores e docentes e dos questionários aplicados aos alunos. Essas análises estão apresentadas a seguir.

4.5.1 Categoria 1 – Conhecimentos de gestores e docentes sobre orientação sexual

Nessa categoria são analisados os conhecimentos dos gestores e docentes acerca de orientação sexual.

Na Escola A, as respostas que Gestor 1, Gestor 2, Docente 1 e Docente 2 deram quando questionados sobre quais as cinco palavras que primeiro vinham à sua mente ao ouvirem a expressão “orientação sexual” apontam a importância que esses sujeitos dão ao “conhecimento” e à “informação”, uma vez que, nas respostas deles quatro, essas palavras aparecem por primeiro.

As demais palavras e expressões que foram respondidas por Docente 1 e Docente 2, a saber, “amor próprio”, “prevenção”, “saúde” e “equilíbrio emocional” indicam que suas respostas estão direcionadas ao ‘conhecimento’ e ‘informação’ que os alunos passam a ter quando a escola oferece orientação sexual e às

consequências negativas que podem ser evitadas por eles quando trazem para a própria vida aquilo que aprenderam na escola.

Entretanto, as demais palavras das respostas de Gestor 1 e Gestor 2, a saber, “compromisso”, “formação” e “cuidado” demonstram que o ‘conhecimento’ e ‘informação’ a que se referiram estão diretamente relacionados ao tipo de orientação sexual que se desenvolve na escola. Nesse sentido Sayão (1997-b, p. 115) ressalta que:

O fundamental para a preparação do profissional da educação em orientação sexual é a sua formação em temas afins à sexualidade. [...] contato com as questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas e suas abordagens [...].

Nota-se, portanto, que, enquanto a visão de conhecimento dos docentes está estreitamente associada aos alunos, a percepção dos gestores se volta primeiramente aos conhecimentos dos docentes sobre a temática da orientação sexual. Essas percepções distintas revelam o quanto o senso de hierarquia ainda determina a importância que se dá aos fatos. Os docentes veem que são os alunos que têm que adquirir conhecimentos para a própria vida e sexualidade; os gestores, por sua vez, entendem que são os professores que devem buscar conhecimentos para desenvolverem a temática da sexualidade em sala de aula mais adequadamente. Mesmo assim, é significativo destacar que o fim continua sendo os alunos, sua aprendizagem, sua sexualidade, sua vida.

Convém discutir também os conhecimentos dos sujeitos entrevistados nesta escola acerca da orientação sexual sob o ponto de vista da sua origem, ou seja, como adquiriram tais conhecimentos.

Gestor 1, Gestor 2 e Docente 1 afirmam que os obtiveram durante sua formação inicial, na escola, na faculdade e em livros, o que corresponde aos avanços e recuos históricos que a temática da sexualidade teve nos ambientes educacionais brasileiros, mais significativamente desde o início do século XX.

Segundo Sayão (1997-b), o movimento médico-higienista europeu foi um dos motivadores das primeiras ideias de orientação sexual nas escolas brasileiras. Passando por divergências quanto às estratégias de ensino e conteúdos programáticos voltados à sexualidade, na década de 30, pela repressão declarada da Igreja Católica a esse tema até o fim da década de 50, e por experiências

importantes em escolas públicas de alguns estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, que mantiveram programas de orientação sexual para alunos até a oitava série do Ensino Fundamental (então quarto ano ginásial) durante os anos 60, até chegar aos documentos oficiais do Conselho Federal de Educação, os quais mencionavam essa temática em programas de educação da saúde como guias curriculares para o ensino de primeiro grau. A pioneira ação de formação de professores em orientação sexual ficou a cargo da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no final dos anos 80, experiência essa que motivou vários outros estados a também implantarem projetos semelhantes logo no início dos anos 90. Sayão (1997-b, p. 111) ainda destaca que:

Concomitantemente, consolidaram-se várias instituições de natureza não-governamental (tais como: SOS CORPO, ABIA e ECOS, entre outras) voltadas para a produção de material e formação de profissionais da educação para o trabalho de orientação sexual e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS.

Tendo sido motivado pelas mais diferentes razões, como por exemplo, o advento da AIDS e a prevenção às DST, como também pela intenção de se estabelecerem normas morais de comportamento entre os jovens (LEÃO, 2009; SAYÃO, 1997-a e SAYÃO, 1997-b), o reconhecimento da importância da orientação sexual no ambiente escolar brasileiro provocou uma discussão que, uma vez levantada, não parou mais de acontecer.

A resposta de Docente 2 aponta para a família e a igreja como suas formadoras iniciais a respeito de orientação sexual, o que confirma que a discussão sobre sexualidade alcançou não somente as escolas e famílias, mas até os ambientes religiosos. Situação esta que não deixa de ser positiva, independentemente da razão que a motivou, uma vez que nesse sentido, a transmissão de valores sexuais a partir do ponto de vista da moral religiosa tem contribuído para comportamentos menos arriscados entre os adolescentes e jovens, inclusive nas escolas.

O reconhecimento, entretanto, por parte de Gestor 1, Gestor 2, Docente 1 e Docente 2, nesta Escola A, de que seus conhecimentos são ainda insuficientes e limitados é declarado individualmente de viva voz em cada uma das entrevistas e ratificado quando, quase em tom de apelo, sugerem:

Gestor 1:

“É preciso buscar pessoas capacitadas e mecanismos de formação mais aprofundada para todos nós que fazemos a escola [...] a gente precisa formar grupos de estudo para que estejamos mais preparados para os questionamentos dos alunos”.

Gestor 2:

“Observando a vivência [dos alunos] na escola e pelos problemas que vão surgindo, nós temos a necessidade de continuar buscando conhecimento”.

Docente 1:

“Eu gostaria que a gestão da escola promovesse seminários e projetos voltados para os professores, para nós nos prepararmos mais solidamente com as dúvidas e questionamentos das crianças”.

Docente 2:

“Da mesma forma que há palestras para os alunos, [a gestão escolar] deveria também trazer palestrantes para os professores e funcionários, para nos ensinarem até como nos expressarmos nas diferentes séries, pois existem turmas com alunos menores, outras com alunos maiores; isso nós professores temos que aprender... como lidar com esse assunto em sala de aula e não provocar tumulto”.

É salutar essa postura dos sujeitos de assumirem as próprias limitações em relação aos conhecimentos sobre orientação sexual. Sayão (1997-a, p. 102) defende que frente à sexualidade dos adolescentes, que questionam, conversam e principalmente brincam sobre o tema, apenas a boa intenção dos professores não basta, e acrescenta:

É preciso muito rigor científico, preparo profissional e formação pessoal para conversar com os adolescentes sobre sexo. Além disso, utilizar uma linguagem dirigida ao jovem. Não se trata apenas de falar ou escrever em linguagem coloquial, ou de usar gírias próprias dessa tribo. Isso é muito fácil. É preciso que o estilo lhes seja íntimo, para que possam ouvir. [...] E é de acordo com esse estilo, acima de tudo prazeroso, que eles podem dizer muitas de suas verdades e ouvir outras tantas.

Esse conhecimento científico, preparo profissional e formação pessoal a que se reporta a autora também estão previstos como uma das finalidades do PSE, enquanto política pública voltada para a orientação sexual nas escolas, sob a expressão “formação continuada para profissionais da educação” (BRASIL, 2008-a, p. 17).

Na Escola A, os quatro sujeitos entrevistados afirmaram, com segurança, conhecer os PCN como política pública que se destina à orientação sexual escolar. Em relação a isso, Docente 2 destacou, em tom de saudoso prazer:

“Nos tempos da faculdade, a gente estudava bastante os PCN e eram muito proveitosas as discussões em grupo; muito do que aprendi nessas discussões eu tento colocar em prática nas minhas aulas de Ciências”.

O Gestor 1, por sua vez, pontuou que uma das propostas que apresentará em breve aos professores será a formação de grupos de estudo para aprofundamento daquele documento como ação de formação continuada em serviço, visto que, segundo esse sujeito, nem todos os docentes dessa escola conhecem os PCN.

Na Escola B, as respostas “educação”, “formação” e “cultura”, dadas por Gestor 3, Gestor 4, Docente 3 e Docente 4 ao questionamento “quais são as cinco palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve a expressão ‘orientação sexual’?” indicam a importância que esses sujeitos atribuem aos conhecimentos sobre orientação sexual. Tanto é assim que Gestor 4 e Docente 4 apontaram como origem dos seus conhecimentos sobre orientação sexual a universidade e os livros. De fato, não se pode pensar em orientação sexual eficaz sem a devida formação e preparo dos agentes dessa orientação, afim de que não se incorra em mera transmissão de conhecimentos biológicos sobre sexo.

É relevante ainda destacar que Gestor 4 e Docente 4 são os entrevistados que têm ligação direta com o PIBID nessa escola, o que evoca a solidez com que a temática da sexualidade é desenvolvida nessa instituição, uma vez que no meio acadêmico o contato com resultados de pesquisas e publicações científicas é mais estreito, o que favorece significativamente as discussões, ampliação dos conceitos e quebra de preconceitos.

Já Gestor 3 e Docente 3 apontaram como fonte dos seus conhecimentos sobre orientação sexual a família, os amigos e os meios de comunicação, o que revela a superficialidade desses conhecimentos, pois, como lembra Maistro (2006), da mesma forma que a mídia pode ser positiva em relação à sexualidade, por exemplo, quando divulga mensagens contra a exploração sexual e campanhas de prevenção à AIDS, seu caráter negativo não pode ser desconsiderado, por exemplo quando na televisão são exibidas cenas que levam os jovens a emitirem valores e registrarem imagens que não correspondem à realidade acerca da sexualidade, isso os leva a se apropriarem de informações, que segundo a autora, são inadequadas e repletas de falsas crenças.

Os PCN (BRASIL, 2001, p. 292) também se posicionam em relação ao que é veiculado na mídia a respeito da sexualidade:

A mídia, nas suas múltiplas manifestações, e com muita força, assume relevante papel, ajudando a moldar visões e comportamentos. Ela veicula imagens eróticas, que estimulam crianças e adolescentes, incrementando a ansiedade e alimentando fantasias sexuais. Também informa, veicula campanhas educativas, que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público. Muitas vezes também moraliza e reforça preconceitos. Ao ser elaborada por crianças e adolescentes, essa mescla de mensagens pode acabar produzindo conceitos e explicações tanto errôneos quanto fantasiosos.

Logo, acreditar que somente as informações obtidas através dos meios de comunicação social sejam capazes de produzir conhecimentos confiáveis sobre orientação sexual demonstra o despreparo de quem o afirma e a falta de solidez nos conhecimentos que julga ter.

Assim como na Escola A, os sujeitos entrevistados na Escola B também reconheceram que os conhecimentos que têm sobre orientação sexual são ainda insuficientes. Percebe-se, contudo, que em ambas as escolas essa limitação não é um obstáculo intransponível, por isso o trabalho não deixa de acontecer.

Sobre isso, Leão (2009) defende que o professor que se identifica com o trabalho de orientação sexual deve reconhecer suas possibilidades e buscar formação, preparo técnico e fundamentação teórica para lidar com o assunto, devendo criar situações favoráveis à abordagem de temas sexuais em sala de aula.

4.5.2 Categoria 2 – Orientação sexual no currículo de Ciências: ações dos gestores e docentes

Segundo essa categoria, são analisadas as ações dos gestores e docentes para integrar a temática da orientação sexual ao currículo de Ciências das escolas investigadas neste estudo.

Durante a entrevista, a cada um dos sujeitos foi perguntado “A escola em que você trabalha oferece orientação sexual para os alunos? De que forma?” Das respostas, foram extraídas apenas as palavras mais significativas, de acordo com a categoria em estudo.

Escola A

Gestor 1: Proposta Pedagógica, palestras com os alunos, temas transversais e currículo de Ciências.

Gestor 2: palestras, Proposta Pedagógica, debates, diálogos, seminários e atendimentos individualizados.

Docente 1: currículo de Ciências e projetos.

Docente 2: currículo de Ciências, palestras, seminários, discussões em sala de aula.

Pelas palavras e expressões mencionadas, percebe-se que na Escola A existe uma sistematização dos trabalhos de orientação sexual a partir da Proposta Pedagógica daquela instituição, a qual contempla a temática da sexualidade integrada ao currículo de Ciências, de modo que os professores desenvolvem esse assunto a partir de discussões, diálogos, seminários e atividades em sala de aula.

As entrevistas com os sujeitos da Escola A revelaram que a dinâmica como acontece a orientação sexual nessa unidade educacional tem seu alicerce na Proposta Pedagógica, a qual prevê a realização de um projeto de orientação sexual anualmente. As ações próprias desse projeto têm início preferencialmente no início do ano letivo com um ciclo de palestras direcionadas aos alunos e ministradas por um profissional da educação, especialista nesse assunto, ou ainda, de um profissional da saúde. Os temas dessas palestras são diversificados, mas prevalecem aqueles que abordam as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez

na adolescência, namoro e sexo. O projeto sugere que, a partir desse momento, os professores de Ciências e professores conselheiros desenvolvam em sala de aula, ao longo de todo um bimestre letivo, atividades como grupos de discussão, debates, leituras, produções textuais, teatro e seminários que contemplem essa temática.

Segundo Gestor 2, os critérios utilizados pela Escola A para escolher os temas que serão trabalhados com os alunos durante o projeto de orientação sexual baseiam-se na realidade social e familiar em que estão inseridos os alunos dessa unidade educacional, respeitando sempre a individualidade de cada um, mas sem perder o foco da missão da escola, que, segundo Gestor 1, é de ser formadora de cidadãos conscientes e capazes de transformar a realidade em que vivem.

Dessa maneira, percebe-se a correspondência existente entre a prática da orientação sexual nessa escola e aquilo a que se referem os PCN (BRASIL, 2001, p. 315) ao afirmarem:

O trabalho de Orientação Sexual deve se nortear pelas questões que pertencem à ordem do que pode ser apreendido socialmente, preservando assim a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana, pertinente à ordem do que pode ser prazerosamente aprendido, descoberto ou inventado no espaço da privacidade de cada um.

A culminância do projeto acontece no pátio da escola com as exposições e apresentações dos trabalhos produzidos em sala pelos alunos, sob orientação dos professores. Os sujeitos relataram ainda nas entrevistas que, durante o transcurso do bimestre em que se está desenvolvendo o projeto de orientação sexual, é comum que alguns alunos apresentem dúvidas com as quais eles, docentes, não têm segurança em lidar ou ainda situações particulares que necessitam de um acompanhamento personalizado. Nesses casos, tais alunos são encaminhados ao Serviço de Orientação Educacional, que os acolhe, escuta, orienta, aconselha, convida a família para um diálogo ou, se for necessário, viabiliza um atendimento mais especializado, como por exemplo, médico ou psicológico.

Ademais, embora tenha sido revelado nas entrevistas que nem todos os professores da Escola A se envolvem nas atividades do projeto de orientação sexual, o que é natural, uma vez que existem muitos fatores desencadeantes dessa postura, como por exemplo, a falta de preparo dos docentes para desenvolverem ações de orientação dessa natureza, os professores de Ciências conseguem integrar essa temática ao currículo.

Nessa unidade educacional, também ficou explícito, através da concordância entre as respostas dos entrevistados, o compromisso dos gestores em garantir o desenvolvimento das atividades de orientação sexual previstos na Proposta Pedagógica da escola. O fato das afirmações dos docentes coincidirem com as dos gestores em relação a essa atuação específica demonstra que realmente existe empenho dos membros da Equipe Gestora da Escola A em que a orientação sexual seja vinculada ao currículo de Ciências.

Assim, em consonância com os PCN (BRASIL, 2001), a Escola A, ao assumir a responsabilidade de incluir a discussão da sexualidade na sua Proposta Pedagógica e fazê-la acontecer concretamente no cotidiano escolar a partir da sua integração ao currículo de Ciências, está habilitada a corresponder as expectativas próprias dessa etapa de vida dos jovens.

Escola B

Gestor 3: PIBID, oficinas, dinâmicas e leituras.

Gestor 4: PIBID.

Docente 3: PIBID.

Docente 4: aulas temáticas, oficinas, dinâmicas e PIBID.

Unissonamente, os sujeitos entrevistados nessa escola apontaram o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência como a única ação de integração da orientação sexual ao currículo de Ciências.

Nas palavras de Gestor 3, “oficinas” e “dinâmicas”; e na expressão “aulas temáticas”, de Docente 4, ressalte-se a referência de que tais atividades são desenvolvidas como ações do PIBID na Escola B e que dizem respeito à temática da sexualidade.

Percebe-se, portanto, que nessa unidade escolar o vínculo com a orientação sexual está restrito aos momentos semanais de desenvolvimento das ações do projeto institucional daquele programa e aos sujeitos responsáveis por sua execução.

As únicas exceções são as professoras de Língua Portuguesa e de Geografia, citadas por Gestor 3, que esporadicamente propõem leituras de textos e atividades cujos assuntos são relacionados a sexualidade. Entretanto, pelo pouco

destaque que o entrevistado deu a essas ações, conclui-se que não estão vinculadas a nenhum projeto ou sistematização de orientação sexual, mas tratam-se de ações pontuais, as quais são resultantes de questionamentos dos alunos acerca de assuntos vistos nas oficinas do PIBID, como acrescentou o gestor em sua fala.

Conforme os relatos dos entrevistados, a grande maioria dos docentes da Escola B não se envolve com orientação sexual, tampouco demonstra interesse por essa temática. Entretanto, para que os professores se interessem por orientação sexual e por formação nessa área é necessário que antes percebam a importância de sua atuação com a temática da sexualidade em sala de aula. É nesse sentido que Leão (2009, p. 256) escreve:

[...] pode-se afirmar que é importante um trabalho contínuo e sistemático de conscientização dos professores de que não há como educar desvinculando o aspecto sexual, haja vista que o aluno é também um corpo, e não apenas um ser cognoscente, sendo a sexualidade algo inerente à sua constituição.

É significativo também ressaltar a importância que Docente 4 dá às aulas temáticas e oficinas do PIBID, principalmente porque, em sua fala, faz referência enfática aos conteúdos sugeridos no Guia de Formação, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas e apresentados no Quadro 1 (página 28).

Nesse momento da entrevista, o fato de Docente 4 ter feito questão de apresentar ao pesquisador o quadro esquemático de conteúdos e destacado alguns aspectos que julga mais relevantes entre os assuntos que são desenvolvidos nas oficinas e aulas temáticas do PIBID demonstrou não somente seu conhecimento, como também seu compromisso com o programa que realiza na escola e seu envolvimento com a formação dos discentes no que diz respeito à orientação sexual.

A partir da percepção de que Docente 4, enquanto graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da UERR, está desempenhando suas funções na execução das atividades de um programa que assume caráter de política pública voltada para a orientação sexual escolar, pode-se afirmar que esse sujeito da pesquisa exemplifica o alcance de pelo menos dois dos objetivos do PIBID (BRASIL, 2010-b, p. 4) nessa escola, a saber:

IV- inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter

inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
 [...]

 VI- contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

As vivências docentes que esse licenciando está podendo experimentar na Escola B durante as atividades do PIBID certamente não fariam parte do seu histórico acadêmico se não fossem vinculadas ao referido programa.

4.5.3 Categoria 3 – Percepção dos alunos sobre as ações de orientação sexual no ambiente escolar

Concordando com o que está posto nos PCN (BRASIL, 2001, p. 315), segundo os quais “a vivência da sexualidade em cada indivíduo inclui fatores oriundos de ordens distintas: aprendizado, descoberta e invenção”, a partir das respostas dos alunos das duas escolas aos questionários, buscou-se realizar uma análise de conteúdo segundo a categoria da percepção que esses sujeitos têm sobre as ações de orientação sexual em sua escola.

Escola A

O fato das respostas dos alunos à indagação sobre quais as cinco palavras que primeiro vinham à sua mente quando ouviam a expressão “orientação sexual” terem sido predominantemente em torno dos grupos (ver Tabela 1, página 52) “prevenção” (23%), “prazer” (18%) e “DST/AIDS” (14%) reflete, de alguma maneira, o que é trabalhado na escola acerca dessa temática, uma vez que, conforme Figura 2 (página 54), os próprios alunos (79%) reconhecem que já tiveram algum tipo de orientação sexual e indicam em primeiro lugar a escola (32%) como originária dos conhecimentos que têm sobre orientação sexual.

De fato, os PCN (BRASIL, 2001, p. 315) indicam como critérios para escolha dos conteúdos a serem desenvolvidos na escola como orientação sexual:

- relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual;
- consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das

- questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal;
- possibilidade de conceber a sexualidade de forma prazerosa e responsável.

Percebe-se, portanto, a correlação ente os critérios estabelecidos pelos PCN e os grupos de palavras respondidas pelos alunos e listados anteriormente. A saber, o fato dos registros de ocorrências de Doenças Sexualmente Transmissíveis no Núcleo de Controle de DST e AIDS apontarem que, nos últimos 4 anos (2007 a 2010), dos 17027 casos de DST confirmados só em Boa Vista, cerca de 14% (ou 2405) foram em adolescentes e jovens com idades de 10 a 19 anos e que em relação à AIDS, no mesmo período, dos 388 casos confirmados, 11 estavam nessa mesma faixa de idade; somado ao fato dos números do único Hospital Materno-infantil da rede pública de saúde em Boa Vista apontarem que em 2010 foram realizados 5012 partos normais, dos quais 1401 foram em adolescentes e jovens com idades de 10 a 19 anos, o que corresponde a cerca de 28%; que dos 2917 partos cesáreos, realizados no mesmo período naquele hospital, 694 correspondem a mães na mesma faixa etária citada anteriormente, perfazendo um total de quase 24%, e ainda, que naquele mesmo ano foram realizados 1534 procedimentos de curetagem (cirurgia realizada após um aborto), dos quais 362 em adolescentes e jovens de 11 a 20 anos, ou seja, mais de 23%, escancaram a realidade social de que os adolescentes e jovens boa-vistenses necessitam discutir temas dessa natureza, que têm estreita relação com sua realidade sociocultural, biológica e psíquica, visto que esses números apontam que somente no ano de 2010 foram pelo menos 2095 mulheres com idade escolar de Ensino Fundamental e Médio que se afastaram da sala de aula por licença maternidade e não é conhecido quantas delas retomaram seus estudos após o término das licenças.

A declaração, de 40% dos discentes, de que apenas alguns dos professores trabalham a orientação sexual em sala de aula confirma aquilo que fora dito pelos gestores e docentes nas entrevistas, pois as respostas dos alunos apontam 36% para conversas; 30% para aulas; e 19% para conteúdo de Ciências. Ou seja, os professores de Ciências conseguem, segundo as respostas dos alunos, integrar a orientação sexual ao currículo daquela disciplina.

O fato de 98% dos alunos considerarem importante haver orientação sexual na escola, 66% declararem que não têm ainda vida sexual ativa e, dos 34%

restantes, que têm vida sexual ativa, 21% afirmarem que “sempre” usam métodos que evitam gravidez, somados ao fato de que o principal método utilizado, segundo as respostas dos discentes, é a camisinha masculina (27%), a qual previne também das DST, indicam que, embora a Escola A esteja localizada em um bairro de classe média baixa e atenda a alunos de diversos bairros de Boa Vista, inclusive da periferia da capital, os trabalhos de orientação sexual desenvolvidos pela equipe dessa unidade educacional têm surtido efeito positivo na vida dos estudantes ali matriculados.

Sayão (1997-a, p. 99), referindo-se a trabalhos dessa natureza, assim se expressa:

Em tempos de AIDS e do crescimento da gravidez precoce, levada ou não a termo, em tempos em que os jovens iniciam cada vez mais cedo a prática sexual, pais e educadores preocupam-se em municiar os adolescentes, o mais cedo possível do maior número de informações que, eles imaginam e julgam, devam ser devidamente utilizadas por eles pela vida afora.

Isso significa que, não sem limitações e dificuldades, a orientação sexual está sendo desenvolvida na Escola A, e os êxitos desse trabalho estão não somente expressos nas percepções dos alunos dessa escola e em suas respostas aos questionários propostos nesta investigação, mas na vida pessoal da grande maioria deles.

Escola B

Assim como na Escola A, os grupos de palavras que apareceram nas respostas dos alunos da Escola B à questão “quais são as cinco palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve a expressão ‘orientação sexual?’” foram os mesmos, apenas com a uma inversão entre o segundo e o terceiro grupo. As respostas nessa escola trouxeram em primeiro lugar o grupo “prevenção” (22%), em segundo lugar o grupo “DST/AIDS” (20%) e em terceiro lugar o grupo “prazer” (15%), conforme a Tabela 2 (página 68).

Confirma-se também nessa escola a correspondência com aquilo que está posto nos PCN (2001, p. 315) a respeito dos critérios para escolha dos conteúdos a serem trabalhados na orientação sexual escolar, segundo os quais, deve ser levada em conta, além de outros dois critérios, a “possibilidade de conceber a sexualidade

de forma prazerosa e responsável”, embora o grupo de palavras associadas a “prazer” tenha sido considerado pelos alunos como o terceiro colocado, em se tratando de prioridades.

Nessa escola, apenas 68% dos alunos reconheceram que já tiveram algum tipo de orientação sexual, enquanto 16% assinalaram a opção “não sei responder”, o que indica que a percepção dos discentes da Escola B em relação às ações de orientação sexual ainda não está em nível ideal, embora dos 68% que responderam afirmativamente 36% tenham apontado a escola como fonte dos conhecimentos que têm sobre essa temática.

Esse fato remete a uma reflexão acerca da maneira como a orientação sexual está sendo apresentada aos alunos, uma vez que muitos aspectos da vida deles devem ser levados em consideração, como por exemplo, a maneira como veem o mundo, bem como seus relacionamentos familiares e afetivos, como ressalta Sayão (1997-a, p. 100) ao criticar uma orientação sexual pautada apenas em aspectos biológicos:

A prática saudável da sexualidade supõe um conjunto de vários fatores: o funcionamento do corpo, os valores sociais, éticos e morais do meio social em que vive a pessoa, as leis culturais e a estrutura psíquica. Assim, as informações puramente orgânicas, adquiridas nas aulas de biologia, por exemplo, dizem sempre respeito ao corpo de um sujeito teórico, objeto de estudo das ciências, anônimo, portanto: que não vive, não tem história, não deseja, não fala, não sofre, nem vive a angústia de crescer. Jamais serão utilizadas pelos jovens em sua vida concreta.

Em relação à opinião dos alunos a respeito do reconhecimento se a escola oferece orientação sexual, as respostas foram afirmativas em 81%; entretanto, quando a pergunta foi se os professores trabalham orientação sexual em sala de aula, 34% responderam “sim” e 47% “apenas alguns”. Cabe a ressalva de que, ao acréscimo solicitado sobre como eles percebem que acontece esse trabalho, 18% apontaram “aulas”, 18% “PIBID” e 18% “palestras”. Ou seja, mais da metade (54%) dos sujeitos dessa etapa da investigação associaram a orientação sexual ao PIBID, incluindo suas aulas [temáticas] e “palestras”. Nesse caso, a referência a palestras corresponde às oficinas do PIBID, uma vez que nessa Escola B não são desenvolvidas atividades como os ciclo de palestras que acontecem na Escola A.

Confirma-se, portanto, que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, através do Projeto Institucional de orientação sexual desenvolvido

na Escola B, assume um caráter de política pública destinada a essa temática no ambiente escolar.

Vale lembrar o fato da Escola B estar localizada em um bairro de classe média alta e alta da capital roraimense e atender apenas a alunos da sua circunscrição geográfica. Não obstante essa característica, a faixa etária de início da vida sexual ativa é majoritariamente de 10 a 13 anos, diferentemente da Escola A, em que essa faixa de idade varia principalmente de 12 a 15 anos. Diante dessas informações, é oportuna a consideração que Sayão (1997-a, p. 102) faz em relação ao acesso dos adolescentes e jovens aos conteúdos apresentados na mídia:

Sexo vende, isso todo mundo sabe. Principalmente para adolescentes. Claro, adolescente [...] só pensa “naquilo”. Quer ler a respeito, quer conversar sobre, trocar idéias, perguntar, saber. E haja publicações destinadas aos chamados *teens*, com muitos conteúdos e informações sexuais! O mercado está crescendo e movimenta milhões. Mas o que há de aproveitável nisso? Muito pouco. [grifo do autor]

É significativo o reconhecimento que os alunos dão, embora com pequena maioria (68%), aos trabalhos de orientação sexual desenvolvidos na Escola B através do PIBID enquanto política pública, entretanto, como essa ação não é abraçada por toda a escola, é perceptível que os trabalhos não alcançam ainda os ideais pretendidos.

CONCLUSÃO

As reflexões sobre a temática da sexualidade no currículo de Ciências levaram o pesquisador a desenvolver esta investigação tomando como princípio a seguinte questão: “Como são articuladas as políticas e ações para o ensino sobre orientação sexual nas escolas públicas em Boa Vista-RR?” As respostas obtidas neste estudo estão apresentadas a seguir.

A partir da análise quantitativa dos dados coletados, percebeu-se que a Escola A trabalha a orientação sexual de maneira muito próxima daquilo que é proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e no Programa Saúde na Escola – PSE, uma vez que, além de contemplar formalmente essa temática na sua Proposta Pedagógica e colocá-la em prática não somente no currículo de Ciências, mas também da maneira como os PCN chamam de transversalidade (não sem dificuldades e limitações), esta unidade educacional igualmente valoriza as palestras de profissionais da educação e da saúde e as exposições de trabalhos didáticos voltados à orientação sexual, exemplos de ações propostas pelo PSE. O comprometimento da Equipe Gestora e dos docentes com a orientação sexual no ambiente escolar faz o elo entre as políticas públicas voltadas a essa temática e o ensino de Ciências, o que permite aos discentes uma formação que os contemple de maneira integral.

A partir do mesmo prisma quantitativo de análise dos dados coletados na Escola B, pode-se perceber que a relação mais direta que essa instituição estabelece com a orientação sexual se dá através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, o qual se utiliza basicamente das oficinas propostas pelo PSE através do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE.

Dessa maneira, a articulação entre políticas públicas e orientação sexual nessa escola restringe-se às ações de poucos sujeitos que, no âmbito da unidade educacional, estão ligados ao PIBID, porquanto os demais membros da escola, em geral, não se envolvem nem se comprometem com a temática da sexualidade no ambiente escolar. Também o gargalo da formação docente em relação à orientação sexual ainda é bem perceptível, uma vez que as integrações entre esse tema e o currículo de Ciências estão limitadas às ações desenvolvidas pelos bolsistas do programa, cujo projeto tem duração limitada de dois anos em cada escola onde é desenvolvido, logo, também nessa escola tende a ser passageiro.

A análise qualitativa dos conteúdos das entrevistas com os membros das Equipes Gestoras e com os Professores de Ciências, bem como dos questionários aplicados aos alunos de sétima e oitava séries do Ensino Fundamental das duas escolas investigadas, permitiram alcançar cada um dos objetivos da pesquisa.

Inicialmente, averiguando-se as políticas públicas direcionadas à orientação sexual nas escolas públicas estaduais de Boa Vista e analisando os conhecimentos dos gestores e docentes sobre a temática da sexualidade no ambiente escolar foi possível traçar um paralelo entre estes e aquelas.

Os trabalhos de orientação sexual desenvolvidos nas escolas correspondem ao que está previsto em políticas públicas importantes, como as descritas no referencial teórico dessa investigação, embora gestores e docentes não tenham demonstrado conhecimento pleno das mesmas.

Na Escola A, os PCN e PSE foram evidenciados não apenas textualmente nas falas, durante as entrevistas, mas principalmente nas ações relatadas pelos sujeitos dessa unidade escolar. Vale destacar que os conhecimentos apontados por eles a respeito de políticas públicas foram basicamente em relação aos PCN, documentos cujo conteúdo é conhecido e utilizado como fundamentação da Proposta Pedagógica no que diz respeito à orientação sexual escolar nessa instituição de ensino; já o PSE, por sua vez, embora não seja conhecido, por gestores e docentes, enquanto política pública voltada à orientação sexual, ou pelo menos não fora citado como tal, tem suas diretrizes colocadas em prática durante a realização das atividades e projetos de orientação sexual na Escola A.

PIBID e PSE são as políticas públicas direcionadas à orientação sexual assumidas na Escola B. Os conhecimentos de gestores e docentes dessa unidade educacional sobre esses programas foram descritos por eles mesmos durante suas

falas nas entrevistas. Entretanto, em nenhum momento foi feita referência alguma à Proposta Pedagógica da Escola B, ao contrário, os entrevistados sempre pontuaram que o PIBID é um projeto da UERR desenvolvido pelos bolsistas e professores de Ciências com os alunos das séries finais do Ensino Fundamental. Ficou evidenciado também o não envolvimento dos demais membros do corpo docente da escola nas ações do projeto, com exceção apenas das professoras de Geografia e de Língua Portuguesa, as quais esporadicamente abordam em suas aulas temas relacionados aos do projeto.

Em seguida, a análise de como gestores e docentes integram a temática da orientação sexual ao currículo de Ciências permitiu o alcance do segundo objetivo da pesquisa: pesquisar como os gestores e os professores integram a temática da orientação sexual ao currículo de Ciências das escolas públicas.

Na Escola A, o fato das ações dos gestores e docentes no sentido de promover a integração dessa temática ao currículo de Ciências basearem-se fundamentalmente no projeto de orientação sexual, o qual está previsto e estruturado na Proposta Pedagógica da escola, expõe a solidez e a seriedade com que esse tema é desenvolvido nessa instituição educacional.

As reflexões sobre as ações de orientação sexual integradas ao currículo de Ciências demonstram que os resultados obtidos nessa escola são satisfatórios, mas não somente isso; são também aprovados e reconhecidos pelos pais e pela comunidade, fato constatado pela elevada procura de pais residentes em outros bairros, inclusive alguns significativamente distantes, por vagas para matricularem seus filhos na Escola A.

Na Escola B, as ações de integração da temática da sexualidade ao currículo de Ciências são praticamente restritas aos docentes, os quais desenvolvem as oficinas e aulas temáticas do PIBID segundo os conteúdos propostos pelas diretrizes do PSE. Assim, os gestores assumem apenas a postura de apoiadores e de quase que fiscalizadores dessas atividades: apoiadores porque são eles que fazem a articulação com os demais docentes no sentido de cederem espaço em suas aulas para que sejam desenvolvidas as atividades do programa, e fiscalizadores pelo fato de que, em se tratando de um programa institucional em nível estadual com concessão de bolsas cujas verbas são federais, são exigidos relatórios, frequências, e uma série de outros documentos cuja responsabilidade é dos bolsistas, tanto em nível de IES, quanto de Escola.

Assim, por não se constituir em um projeto genuinamente originário da Escola B, conclui-se que essa ação de integração da orientação sexual ao currículo de Ciências não tem acontecido satisfatoriamente, embora seus méritos também não possam ser desconsiderados, como por exemplo, a reflexão por parte dos alunos acerca da própria sexualidade, coisa que certamente não aconteceria não fosse a iniciativa do programa.

Em seguida, a análise qualitativa das percepções dos alunos sobre as ações de orientação sexual no ambiente escolar permitiu ao estudo atingir o terceiro objetivo de pesquisa, a saber, investigar as percepções dos estudantes em relação às ações sobre orientação sexual no ambiente escolar e a realidade vivenciada por eles.

Os alunos da Escola A demonstraram não somente perceber as ações de orientação sexual no ambiente escolar e reconhecer sua importância, como também aplicá-las na própria vida a fim de assumirem uma sexualidade saudável e com consequências benéficas.

A discussão em torno daquilo que os discentes responderam nos questionários possibilitou a conclusão de que as limitações e dificuldades enfrentadas pelos gestores e docentes da Escola A não os impedem completamente de desenvolver um trabalho que reflita positivamente na sua vida de alunos, cujas realidades sociais são quase sempre de pobreza ou, quando muito, sem conforto, mas, em nenhuma dessas situações, sem educação de qualidade, pelo menos no que diz respeito à orientação sexual. Aliás, é difícil pensar em uma escola que se dispõe a desenvolver um projeto arrojado de orientação sexual e deixe a desejar outros aspectos da sua estrutura didático-pedagógica.

A percepção dos alunos da Escola B, entretanto, foi demonstrada nos questionários, de modo que uma porção considerável dos discentes não foi alcançada por aquilo a que se propõe o PIBID.

O não envolvimento dos professores com as ações do programa é percebido negativamente pelos alunos da Escola B.

Ademais, as oficinas e aulas temáticas desenvolvidas pelos docentes têm como conteúdo assuntos e metodologias constantes do Guia de Formação de Profissionais de Saúde e de Educação, ou seja, embora haja uma adaptação (a qual não fora mencionada por nenhum dos entrevistados da Escola B) à realidade e ao momento educacional em que os alunos se encontram – nesse caso, o Ensino

Fundamental –, os conteúdos e metodologias do Guia de Formação foram elaborados para serem ministrados a pessoas que já passaram, pelo menos, por um curso técnico (no caso dos profissionais da saúde) ou por uma graduação/licenciatura (profissionais da educação).

Fazendo-se, então, uma análise reflexiva a respeito das duas realidades encontradas nos ambientes da investigação e lembrando o fato da Escola B estar localizada em um bairro de classe média alta e alta da capital roraimense, atender apenas a alunos da sua circunscrição geográfica e possuir alunos cuja faixa etária de início da vida sexual ativa é majoritariamente de 10 a 13 anos; ao passo que na Escola A essa faixa de idade varia principalmente de 12 a 15 anos, cabem pelo menos duas questões:

1. Continua verdadeira a ideia de que é em bairros e famílias pobres que a sexualidade acontece cada vez mais cedo e de maneira desregrada?

2. O acesso às informações veiculadas na mídia é garantia de orientação sexual e preparo para uma vida sexual saudável?

Ainda analisando comparativamente as duas escolas sob o ponto de vista deste estudo, é significativo pontuar a diferença que faz ao contexto geral da obra o envolvimento de todos os educadores, ou pelo menos da maioria, nos processos educacionais; nesse caso, do processo de integração da orientação sexual ao currículo de Ciências. Em relação à orientação sexual no ambiente escolar e aos demais processos escolares, os resultados positivos são nitidamente percebidos quando a maioria veste a camisa e faz acontecer, ou se não pode fazê-lo ativa e concretamente, não se esquia de contribuir a fim de que os objetivos sejam alcançados. Na Escola A acontece assim. Todavia, as limitações e dificuldades enfrentadas pela Escola B nessa integração estão diretamente relacionadas ao não envolvimento dos profissionais que a compõem. O PIBID tem prazo determinado para acabar nessa escola. O que será feito ali, em relação à orientação sexual, depois disso?

É válido nesse momento destacar algumas limitações e pontos positivos deste estudo. Começando, então, por aquelas, registre-se o trabalhoso processo de identificação de quais escolas desenvolviam formalmente ações de orientação sexual com seus alunos. Dado o universo de 45 escolas estaduais de Ensino Fundamental com sétima e oitava séries em Boa Vista-RR, optou-se inicialmente por contato telefônico com os gestores a fim de saber da realização desse tipo de

trabalho. Por telefone, praticamente todos os gestores afirmavam desenvolver tais atividades nos estabelecimentos educacionais sob sua gestão, entretanto, quando da visita pessoal do pesquisador, a constatação quase sempre era de que anualmente acontecia a distribuição de preservativos aos alunos por servidores da Secretaria Estadual de Saúde, em alusão ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS. Ressalte-se ainda como dificuldade de pesquisa a indisposição dos gestores de algumas escolas em conceder entrevista simplesmente pelo fato de se tratar de um trabalho acadêmico, rejeição essa revelada de viva voz por alguns desses sujeitos quando da primeira visita do pesquisador às escolas estaduais da capital.

Em contraposição, porém, foi bastante positiva a colaboração dos gestores e docentes das escolas pesquisadas, os quais muito generosamente aceitaram participar desta investigação e sempre receberam as visitas do pesquisador com cordialidade, simpatia e especial atenção.

Também foi muito positivo o fato de que o mestrado proporcionou uma verdadeira revolução interior no ser educador do pesquisador, transformando totalmente sua visão acerca da educação, da pesquisa e do conhecimento, acréscimo incomensurável à sua ação docente, fato que certamente pode ser considerado como o mais positivo de todos, por favorecer com que o pesquisador possa contribuir de maneira mais eficaz com o desenvolvimento do Estado de Roraima, a partir da qualidade da educação que é dispensada ao seu povo.

Finalmente, embora considerando que o problema de pesquisa fora respondido e que os objetivos da investigação tenham sido atingidos neste estudo, e assim tenham sido dados alguns passos no sentido de se levantar a discussão sobre a importância da orientação sexual escolar em Roraima, sob os pontos de vista tanto dos discentes como da formação docente, o pesquisador não tem a presunção de achar que esse assunto esteja encerrado ou tenha sido exaurido; ao contrário, por ter consciência de que ainda há longos caminhos a serem percorridos, atreve-se a apontar algumas setas em direção a eles, como por exemplo, investigações sobre os fatores que levam os adolescentes de Roraima a ter uma iniciação sexual etariamente mais cedo que os de muitos outros estados do Brasil; sobre as influências da mídia e da religião no processo de orientação sexual dos alunos; sobre o papel da Secretaria Estadual de Educação na implantação de projetos de orientação sexual nas escolas da rede pública em Roraima; e sobre os conhecimentos dos licenciandos da Universidade Estadual de Roraima – UERR,

Universidade Federal de Roraima – UFRR e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR sobre orientação sexual escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: 5ª a 8ª séries – temas transversais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 234, p. 2-3, 6 dez. 2007. Seção 1.

BRASIL. **Saúde e Prevenção nas Escolas**: diretrizes para implementação do projeto. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008-a.

BRASIL. **Saúde e Prevenção nas Escolas**: guia para a formação de profissionais de saúde e educação. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008-b.

BRASIL. **Cadernos de Atenção Básica nº 24**: saúde na escola. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Portaria nº 72, de 24 de junho de 2010. Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, no âmbito da CAPES. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 68, p. 26-27, 12 abr. 2010-a. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 120, p. 4-5, 25 jun. 2010-b. Seção 1.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 2. ed. Londrina: Ed. da UEL, 2001.

FURLAN, Samira Abu El Haje. Sexualidade, educação e formação de educadoras: contextos, atitudes e possibilidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2007, Concórdia. **Artigos eletrônicos**. Concórdia: UNC, 2007. Disponível em: <http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/SEXUALIDADE_EDUCACAO_FORMACAO_EDUCADORAS_CONTEXTOS_ATITUDES_POSSIBILIDADES.pdf> Acesso em: 12 abr. 2010.

GALLIANO, Guilherme. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 19 jun. 2011.

IBGE. Estados. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>> Acesso em: 19 jun. 2011.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp-Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 345p. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. **Projeto de orientação sexual na escola**: seus limites e possibilidades. 2006. 249p. Dissertação (Mestrado em Ciências e Educação Matemática), Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

MAISTRO, Virginia Iara de Andrade. Abordagem da educação sexual nas escolas – um projeto urgente. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL DA UEM, 2009, Maringá. **Anais on-line**. Maringá: UEM, 2009. Disponível em <<http://www.dtp.uem.br/sies/anais/trabalhos/107.pdf>> Acesso em 25 jun. 2011.

MOIZÉS, Julieta Seixas. **A sexualidade na compreensão de professores do ensino fundamental**. 2007. 82p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

PINTO, Maria Cristina Domingues. **Orientação sexual e educação sexual**. Boletim GTPOS, n. 4, p.1, jul. 1995.

RAMOS, Ricardo Luiz; FARIAS, Maria Eloísa. Educação Sexual nas Escolas Públicas de Boa Vista: um estudo exploratório. In: SIMPÓSIO SUL-BRASILEIRO DE ENSINO DE CIÊNCIAS, 15, 2008, Canoas. **Anais**. Canoas. ULBRA, 2008.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade na história. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. 1. ed. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial FCL, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; REIS, Giselle Volpato dos. **José de Albuquerque e a educação sexual nas décadas de 1920-1950**: um estudo bibliográfico. 26ª Reunião Anual da ANPED: Poços de Caldas, 2003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/tpgt02.htm>> Acesso em: 12 out. 2010.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004-a.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; RIBEIRO, Cláudia; MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero, sexualidade e educação**. 'Olhares' sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E. 27ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2004-b. Disponível em <http://www.ded.ufla.br/gt23/trabalhos_27.pdf> Acesso em: 23 out. 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa...** a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. 28ª Reunião Anual da ANPED: Caxambu, 2005. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/ge23/ge231146int.rtf>> Acesso em: 23 out. 2009.

RICARDO, Elio Carlos; ZYLBERSZTAJN, Arden. Os parâmetros curriculares nacionais na formação inicial dos professores das ciências da natureza e matemática do ensino médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, Porto Alegre, v. 12(3), p. 339-355, dez. 2007.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997-a.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997-b.

SILVA, Rildo Dias da. **Projeto de pesquisa**. Boa Vista: Universidade Estadual de Roraima – UERR, 2008.

SHÖN, Donald Alan. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, Antonio (Org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Brookman, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Questionário para entrevista com Equipe Gestora

APÊNDICE 2 – Questionário para entrevista com Professores(as)

APÊNDICE 3 – Questionário para Alunos(as)

APÊNDICE 1 – Questionário para entrevista com Equipe Gestora



UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA
NÍVEL MESTRADO

Caro Membro de Equipe Gestora,

Este questionário integra a pesquisa de elaboração da dissertação do curso de mestrado inserido no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (ULBRA – Canoas/RS), com o tema: “REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DE BOA VISTA-RR” e tem como objetivo: Investigar a articulação entre as políticas e as ações voltadas ao ensino sobre orientação sexual em escolas públicas estaduais do município de Boa Vista-RR. Todas as informações prestadas devem corresponder à realidade, pois a não veracidade das respostas implicará prejuízo aos resultados esperados.

Os dados referentes às primeiras 4 questões serão necessários para traçar um perfil geral dos entrevistados, enquanto as respostas das demais serão analisadas no sentido de atender aos objetivos deste estudo.

Desde já agradecemos pela sua valiosa contribuição na realização desta pesquisa.

Qualquer informação adicional pode ser obtida pelo e-mail: gilfranmelo@gmail.com

IMPORTANTE: Todas as informações contidas neste questionário serão mantidas em sigilo, sendo preservada a identificação do participante.

Atenciosamente,

Gilfran Melo.

1. Qual o seu sexo?

() Masculino

() Feminino

<p>Equipe Gestora</p>

2. Qual a sua idade?

_____ anos

3. Qual o seu estado civil?

4. Qual o seu cargo/função na Equipe Gestora?

5. Quais as 5 (cinco) palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve o termo “Orientação Sexual”?

6. Qual a origem dos conhecimentos que você adquiriu sobre ORIENTAÇÃO SEXUAL?

7. Em sua opinião, os conhecimentos que você já tem sobre ORIENTAÇÃO SEXUAL são suficientes para desenvolvimento dessa temática na escola? Por quê?

8. Em sua opinião, a escola em que você trabalha oferece ORIENTAÇÃO SEXUAL para os alunos? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

9. Em sua opinião, como a Secretaria Estadual de Educação poderia favorecer a ORIENTAÇÃO SEXUAL para os alunos nas escolas?

10. Em sua opinião, os professores da sua escola trabalham a ORIENTAÇÃO SEXUAL em sala de aula? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

11. Você, enquanto membro de Equipe Gestora, está comprometido(a) com a ORIENTAÇÃO SEXUAL na escola?

() Sim. Como? _____

() Não. Por quê? _____

12. Você já se deparou com questionamentos dos alunos sobre sexualidade, ou situações na escola, que apontavam a necessidade de ORIENTAÇÃO SEXUAL?

() Sim, e senti dificuldade em responder

() Sim, e não senti dificuldade em responder

() Não, nunca

13. A sua gestão escolar oferece oportunidades de formação em ORIENTAÇÃO SEXUAL para que os professores sejam capazes de trabalhar essa temática no dia-a-dia com os alunos?

() Sim. Como? _____

() Não. Por quê? _____

14. Durante a sua gestão, como a escola trabalhou a ORIENTAÇÃO SEXUAL com os alunos?

() Em sala de aula pelos professores

() Com debates e palestras informativas

() Através de vídeo-documentários

() Com distribuição gratuita de preservativos

() Outros: _____

15. Em sua opinião, de quem deve ser a responsabilidade pela ORIENTAÇÃO SEXUAL na escola?

() Gestão escolar

() Todos os professores

- () Coordenação pedagógica
- () Professores que não estão em sala de aula
- () Professores de ciências/biologia
- () Palestrantes convidados
- () Outros: _____

16. Em sua opinião, a Equipe Gestora conhece as políticas públicas voltadas para o ensino sobre orientação sexual na escola? Que evidências comprovam sua resposta?

17. As políticas públicas voltadas para o ensino sobre orientação sexual no ambiente escolar atendem às expectativas da escola?

- () Sim. Como? _____
- () Não. Por quê? _____

18. A Equipe Gestora trabalha junto ao professores o desenvolvimento de ações voltadas para o ensino sobre orientação sexual?

- () Sim. Como? _____
- () Não. Por quê? _____

Caso queira, utilize este espaço para considerações que julgar importante sobre o tema abordado.

APÊNDICE 2 – Questionário para entrevista com Professores(as)



UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA
NÍVEL MESTRADO

Caro(a) Colega Professor(a),

Este questionário integra a pesquisa de elaboração da dissertação do curso de mestrado inserido no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (ULBRA – Canoas/RS), com o tema: “REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DE BOA VISTA-RR” e tem como objetivo: Investigar a articulação entre as políticas e as ações voltadas ao ensino sobre orientação sexual em escolas públicas estaduais do município de Boa Vista-RR. Todas as informações prestadas devem corresponder à realidade, pois a não veracidade das respostas implicará prejuízo aos resultados esperados.

Os dados referentes às primeiras 3 questões serão necessários para traçar um perfil geral dos entrevistados, enquanto as respostas das demais serão analisadas no sentido de atender aos objetivos deste estudo.

Desde já agradecemos pela sua valiosa contribuição na realização desta pesquisa.

Qualquer informação adicional pode ser obtida pelo e-mail: gilfranmelo@gmail.com

IMPORTANTE: Todas as informações contidas neste questionário serão mantidas em sigilo, sendo preservada a identificação do participante.

Atenciosamente,

Gilfran Melo.

1. Qual o seu sexo?

() Masculino

() Feminino

Docentes

2. Qual a sua idade?

_____ anos

3. Qual o seu estado civil?

4. Quais as 5 (cinco) palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve o termo "Orientação Sexual"?

5. Qual a origem dos conhecimentos que você adquiriu sobre ORIENTAÇÃO SEXUAL?

6. Em sua opinião, a escola em que você trabalha oferece ORIENTAÇÃO SEXUAL para os alunos? Sim. De que forma? Não. Por quê?

7. Em sua opinião, os professores da sua escola trabalham a ORIENTAÇÃO SEXUAL em sala de aula? Sim. Como? Não. Por quê?

8. Você considera importante que haja ORIENTAÇÃO SEXUAL para os alunos na escola?

() Sim.

() Não.

Por quê?

9. Você conhece alguma política pública (nacional, estadual ou municipal) de orientação sexual nas escolas?

() Sim. Qual(is)?

() Não.

10. Você acha possível abordar a temática de orientação sexual dentro da sua disciplina?

() Sim. Como?

() Não. Por quê?

11. Você já se deparou com questionamentos dos alunos sobre sexualidade ou situações em sala de aula que apontavam a necessidade de ORIENTAÇÃO SEXUAL?

() Sim. Qual(is) ação(ões) você teve?

() Não.

12. Você gostaria que a gestão escolar oferecesse oportunidades de formação em ORIENTAÇÃO SEXUAL para que os professores fossem capazes de trabalhar essa temática no dia-a-dia com os alunos?

() Sim. Sugestões?

() Não.

13. Como você gostaria que a escola trabalhasse a ORIENTAÇÃO SEXUAL com os alunos?

14. Em sua opinião, de quem deve ser a responsabilidade pela ORIENTAÇÃO SEXUAL na escola?

15. Você já leu os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre a orientação sexual como tema transversal?

16. Em sua opinião, que adaptação ao currículo da sua disciplina seria possível fazer para que a temática da orientação sexual fosse contemplada em algum momento do ano letivo?

17. Deseja fazer alguma consideração sobre a temática abordada nesta entrevista?

APÊNDICE 3 – Questionário para Alunos(as)



UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E
MATEMÁTICA
NÍVEL MESTRADO

Caro(a) Aluno(a),

Este questionário integra a pesquisa de elaboração da dissertação do curso de mestrado inserido no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (ULBRA – Canoas/RS), com o tema: “REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA DA SEXUALIDADE NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DE BOA VISTA-RR” e tem como objetivo: Investigar a articulação entre as políticas e as ações voltadas ao ensino sobre orientação sexual em escolas públicas estaduais do município de Boa Vista-RR. Todas as informações prestadas devem corresponder à realidade, pois a não veracidade das respostas implicará prejuízo aos resultados esperados.

Os dados referentes às primeiras 3 questões serão necessários para traçar um perfil geral dos entrevistados, enquanto as respostas das demais serão analisadas no sentido de atender aos objetivos deste estudo.

Desde já agradecemos pela sua valiosa contribuição na realização desta pesquisa.

Qualquer informação adicional pode ser obtida pelo e-mail: gilfranmelo@gmail.com

IMPORTANTE: Todas as informações contidas neste questionário serão mantidas em sigilo, sendo preservada a identificação do participante.

Atenciosamente,

Gilfran Melo.

1. Sexo: () Masculino () Feminino

Alunos

2. Idade: _____ anos

3. Qual o seu estado civil?

() Solteiro/a () Casado/a () Divorciado/a () Outro

4. Quais as 5 (cinco) palavras que primeiro vêm à sua mente quando você ouve o termo "Orientação Sexual"?

5. Você reconhece que já teve algum tipo de ORIENTAÇÃO SEXUAL?

() Sim () Não () Não sei responder

6. Os conhecimentos que você adquiriu sobre ORIENTAÇÃO SEXUAL são provenientes da(s):
(Marque quantas opções forem necessárias)

() Família () Escola () Amizades () Televisão () Internet
() Outro _____ () Não sei responder

7. Em sua opinião, a escola em que você estuda oferece ORIENTAÇÃO SEXUAL?

() Sim () Não () Não sei responder

8. Em sua opinião, os professores da sua escola trabalham a ORIENTAÇÃO SEXUAL em sala de aula?

() Sim () Não () Apenas alguns () Não sei responder

Em caso afirmativo, como:

9. Em sua opinião, a gestão da escola está comprometida com a ORIENTAÇÃO SEXUAL na escola?

() Sim () Não () Não sei responder

Por quê?:

10. Você considera importante que haja ORIENTAÇÃO SEXUAL na escola?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

11. Como você gostaria que a escola trabalhasse a ORIENTAÇÃO SEXUAL com os alunos?

- () Em sala de aula pelos professores
- () Com debates e palestras informativas
- () Através de vídeo-documentários
- () Outros:

12. Você conhece alguém que engravidou precocemente, sem planejamento, indesejadamente?

- () Sim. Eu mesma fiquei grávida assim
- () Sim. Eu mesmo engravidei uma mulher assim

- () Sim, na minha família
 () Sim, no meu círculo de amizades
 () Não conheço ninguém nessa situação
 () Outros: _____
-
-
-

13. Você conhece alguém que tem ou já teve alguma DST (Doença Sexualmente Transmissível)?

- () Sim, na minha família mesmo
 () Sim, no meu círculo de amizades
 () Não conheço ninguém nessa situação
 () Outro _____
-

14. Você conhece alguém que já fez aborto por causa de gravidez indesejada?

- () Sim, na minha família mesmo
 () Sim, no meu círculo de amizades
 () Não conheço ninguém nessa situação
 () Outro _____
-

15. Quais são os métodos **que você conhece** para se evitar gravidez? (Pode marcar mais de uma opção)

- () DIU – Dispositivo Intra-Uterino () Tabela () Ligadura de trompas
 () Pílulas anticoncepcionais () Método Billings () Vasectomia
 () Diafragma () Método da temperatura () Coito interrompido
 () Camisinha masculina () Camisinha feminina () Nenhum desses
 () Outro _____
-

16. Em suas relações sexuais, com que frequência você utiliza métodos que evitem gravidez?

- () Sempre
 () Quase sempre
 () Raramente
 () Nunca
 () Não tenho vida sexual ativa

17. Quais dos métodos da questão anterior **você já utilizou** para evitar gravidez? (Pode marcar mais de uma opção)

- () DIU – Dispositivo Intra-Uterino () Tabela () Ligadura de trompas
 () Pílulas anticoncepcionais () Método Billings () Vasectomia
 () Diafragma () Método da temperatura () Coito interrompido
 () Camisinha masculina () Camisinha feminina () Nenhum desses
 () Outro _____
-

18. Quando você teve suas **primeiras relações sexuais**, você utilizou algum método que evitasse gravidez?

- () Sim. Qual? _____
 () Não, porque não conhecia nenhum
 () Não, porque não deu tempo
 () Não, porque eu não quis
 () Não, porque meu (minha) parceiro(a) não quis
 () Prefiro não responder
 () Não tenho vida sexual ativa

19. Com que idade você iniciou sua vida sexual ativa?

- Com _____ anos
 Ainda não tenho vida sexual ativa

20. Quando você iniciou sua vida sexual ativa, já conhecia os métodos para se evitar gravidez?

- Sim Não Não sei responder Não tenho vida sexual ativa

Caso queira, utilize este espaço para considerações que julgar importante sobre o tema abordado.
